

**Globalização, Regionalização
e as Novas Ruralidades!**

Organizadores

André Luís André & Sílvia Lillian Ferro

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

Organizadores

ANDRÉ LUÍS ANDRÉ

SILVIA LILIAN FERRO

**Globalização,
Regionalização
e as
Novas Ruralidades!**

Prefácio de Leonardo dos Passos Miranda Name

Brasil

2017

[2]

Globalização, Regionalização e as Novas Ruralidades!

(Org.) ANDRÉ, André Luís e FERRO, Silvia Lilian.

Globalização, Regionalização e as Novas
Ruralidades!

1ª Edição – Brasil. 2017.

I – Globalização. II – Regionalização. III – Novas Ruralidades.

ISBN: 9781521344026

Prefácio

Leonardo dos Passos Miranda Name

Autores e Autoras

André Luís André
Angélica Santamaría Alvarado
Elias Gomes da Silva
Pedro Lucas Gil Silva e Fellipe Carvalho
Marcos Afonso Lopes Ziemann
Renan Silvestro Alencar Silva
Wilson Alvares dos Santos

Silvia Lilian Ferro
Dalila Tavares Garcia, Luiz Felipe Rodrigues e Maria Regina
Bispo do Nascimento
Nestor Ariel Prieto Villalba
Jose Luis Choquecallo Bautista y Rafael Giovanetti Teixeira
Polianna Teixeira Olegário
Fátima Rocha e Fernando Celestino da Conceição
Amanda Orguim Simioni

“Há cento e trinta anos, depois de visitar o País das Maravilhas, Alice entrou num espelho para descobrir o mundo ao avesso. Se Alice renascesse em nossos dias, não precisaria atravessar nenhum espelho: bastaria que chegasse à janela”.

[ou tivesse acesso às suas redes sociais]

Eduardo Galeano, *Se Alice voltasse*.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, nossos sinceros agradecimentos aos estudantes que se esforçaram para que seus trabalhos estivessem expostos nesta coletânea. Considerando os limites momentâneos de cada um e de cada uma, construir um texto não é tarefa simples e torna-lo público exige superar questões pessoais muito particulares de cada pessoa. Escrever é algo que depende muito do momento físico e psicológico de quem escreve, para além da técnica e do entendimento de determinado assunto, escrever e tornar público o que foi escrito é um grande desafio, daí nossos sinceros agradecimentos aos estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana cujos trabalhos estão expostos aqui.

Agradecemos a Pró-Reitoria de Graduação da UNILA por disponibilizar uma parte dos seus recursos, através do Programa de Vivência dos Componentes Curriculares – PVCC – para as atividades de campo que serviram de base para a organização deste livre. Com os recursos do PVCC pudemos custear parte da alimentação e da hospedagem dos estudantes em campo.

Agradecemos o Instituto Latino-Americano de Território, Infraestrutura e Tecnologia – ILATIT – por contribuir com este trabalho, liberando recursos para o transporte que levou os (as) e a nós ao campo por uma semana.

Por fim, agradecemos enormemente à UNILA por proporcionar a todos nós um ambiente de muitos encontros e muitas trocas, de

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

saberes, de culturas, de linguagens e de aprendizados.

Realmente é um privilégio ser e estar na UNIVERSIDADE
FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA!

Apresentação

Este livro, uma coletânea de trabalhos de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA -, majoritariamente do curso de Geografia, mas também de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, Relações Internacionais, Ciências Políticas e Sociologia e, por fim, do curso de História, prefaciado pelo geógrafo, arquiteto e urbanista Leonardo dos Passos Miranda Name – docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, da pós-graduação em Literatura Comparada e da pós-graduação em Políticas Públicas da instituição, bem como coordenador do DALE – Descolonizar a América Latina e seus Espaços, deve ser compreendido dentro da perspectiva de que não há docência sem discência, de que a melhor maneira de aferir o conhecimento é confrontá-lo com a realidade empírica vivida pelas pessoas, considerando suas múltiplas formas de segmentação, de que não existem fenômenos políticos, econômicos, culturais e psicológicos, capazes de se concretizar fora dos corpos e lugares, como espaço das identidades, dos negócios, dos mandos, das imagens, das resistências e resignações, do poder ou dos poderes.

Os trabalhos reunidos aqui devem ser compreendidos dentro da perspectiva de que as fronteiras disciplinares de cada Ciência funcionam como um limite da produção de conhecimento, que, cabe aos (as) intelectuais, a partir de seu entorno acadêmico, buscar estabelecer pontes, diálogos e encontros entre docentes e discentes, entre campos

diferentes do saber e diferentes saberes, entre a teoria e a empiria, entre a Universidade e a Sociedade na qual ela está inserida.

No que se refere aos estudantes da UNILA e ao curso de Geografia, sobretudo, este trabalho pode ser visto como uma sequência das atividades acadêmicas que levaram à publicação em 2015 do livro *Metrópoles Latino-Americanas: Geografias de Buenos Aires*, a partir da disciplina oferecida pelo curso de Geografia da instituição e um conjunto de atividades de campo realizadas na cidade de Buenos Aires.

Este livro foi pensado, talvez com o mesmo delírio do livro anterior, como parte das atividades das disciplinas *Globalização e Compartimentação do Espaço Mundial, Região e Regionalização – Processos e Teorias – e Sociologia do Mundo Rural*, ministradas no segundo semestre de 2016.

Entre 23 e 30 de outubro, saindo da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina -, percorremos diferentes lugares do Estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema, a Grande São Paulo e a Baixada Santista, para então retornar à Cidade de Foz do Iguaçu.

Em dois docentes, Profa. Sílvia Lílian Ferro e Prof. André Luís André, e 30 estudantes, visitamos o Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema, dentro do município de Mirante do Paranapanema, uma região do Estado de São Paulo conhecida pelo histórico de lutas pela terra de movimentos sociais e sindicatos rurais.

Fomos ao campus da Universidade Estadual Paulista – UNESP – na cidade de Presidente Prudente, onde fomos recebidos pela profa. Eda Maria Góes, docente do Departamento de Geografia da Universidade, ligada ao GASPERR - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais, pela então acadêmica do curso de Geografia, Renata Menezes e por representantes dos grupos de pesquisa ligados ao curso de Geografia da instituição, NERA, GADIS e o GEDRA, respectivamente o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Grupo Acadêmico Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial, e o Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária.

De lá seguimos para a cidade de São Paulo onde realizamos uma visita técnica ao CEAGESP e a Bolsa de Valores e Futuros, cada um, um mercado a sua maneira. O maior centro de abastecimento da América Latina, negociando mercadorias com mais de 20 países da América Latina e do mundo, o outro, concentrando $\frac{3}{4}$ do mercado de ações envolvendo os países latino-americanos. Entre um local e outro, percorremos de metrô, trem e caminhando, num exercício de “*flanagem*”, ou melhor, de “*deriva*”, bairros semiperiféricos da Cidade de São Paulo, seu centro histórico, no entorno da Praça da Sé, seu centro financeiro na Avenida Paulista e, experimentamos uma pequena parte da sua efervescência cultural nos espaços que estão sendo readequada, num processo sistemático de elitização da Rua Augusta.

Quando se *flana* ou se *deriva* pelas ruas de qualquer cidade, com

suas particularidades obviamente, é que se percebe que nenhum lugar responde somente às finalidades corporativas ou políticas, as ruas emanam vidas, usos, apropriações, efeitos e contradições, que podem escapar ao valor de troca e ao planejamento estatal – em suas diferentes escalas. A “geopolítica” concebida na esfera estatal, que transforma lugares em território ou territórios, e a “geoestratégia” corporativa, que transforma lugares em recursos, nós e redes de fluxos de mercadorias, cargas, capitais e imagens, se chocam com a política espacializada das “gentes” vivendo o espaço vida cotidiana. Na grande metrópole, “cidade mãe”, o espaço concebido para ser do poder e dos negócios, nos coloca diante da vida condicionada, mas ainda não determinada!

Ainda na Grande São Paulo, com destino à Baixada Santista, percorremos, no Parque Caminhos do Mar, a antiga estrada que um dia conectou a Cidade de São Paulo à Cidade de Santos. Um percurso de 9 km pela Serra do Mar, marcado pela beleza e exuberância do que sobrou de Mata Atlântica, por sistemas de engenharia do passado, que ajudaram a transformar São Paulo no centro econômico do Brasil, e por sistemas de engenharia do presente que transformaram o “pé da Serra” num dos maiores polos petroquímicos da América Latina.

Na Baixada Santista visitamos o Museu do Café, antiga bolsa de valores do produto, cuja acumulação financiou o processo de metropolização do Brasil, concentrado na Cidade de São Paulo, expressão do papel agroexportador dos territórios latino-americanos e

seu paradoxo de acumular riqueza sem produzir bem-estar e direitos. De certa maneira, as atividades de campo se encerraram aí. Havíamos programado ainda visitas ao Porto de Santos, ao Museu do Porto e ao Parque da Jureia, no litoral sul do Estado de São Paulo, mas não houve condições de encerrar com estas atividades.

Os trabalhos produzidos pelos estudantes envolvidos expostos aqui foram organizados em eixos temáticos coincidentes com os tópicos principais propostos nas nos componentes curriculares do curso de Geografia da UNILA, que por sua vez, acabaram se transformando nos aspectos mais marcantes para os participantes no momento de decidir o enfoque dos seus trabalhos. Sendo assim, no conjunto, este livro apresenta trabalhos que estabeleceram reflexões sobre os processos de globalização, regionalização, compartimentação e fragmentação, bem como a importância do debate sobre as redes e os lugares, reunidos no *Eixo, Globalização, Regionalização e Fragmentação*. Não obstante, há aqui reflexões sobre os processos históricos e os processos que envolvem a Reforma Agrária nos dias atuais, abordando perspectivas comparadas do caso brasileiro, boliviano e o caso paraguaio; outra questão presente remete aos Assentamentos Rurais e a Educação do Campo, interfaces cidade-campo a partir da observação no centro de redistribuição de alimentos na cidade de São Paulo e, por fim, as migrações internas campo-cidade. Estes trabalhos foram reunidos no Eixo *O novo rural e as relações cidade-campo*. De todo modo, ao retornarmos do campo, a

realidade empírica nos trouxe uma série de questões, inquietações, indagações, aflições e preocupações, que agora nos move a buscar tornar a complexidade dos lugares um pouco mais legível.

Cada uma das duas partes que compõem este livro é precedida de uma reflexão sobre as temáticas discutidas, com trabalhos dos próprios organizadores, respeitando, em cada um dos eixos, a proposta bilíngue da UNILA de usar o português e o espanhol como idiomas ordinários na produção intelectual da Universidade, bem como sua proposta de manter um ambiente de formação e produção do conhecimento de forma interdisciplinar.

Como na dialética proudhoniana, agora as teses e antíteses nos parecem muitas!

PREFÁCIO

**O Trabalho de Campo num Mundo Saturado
de Informações**

Leonardo dos Passos Miranda Name

O Trabalho de Campo num Mundo Saturado de Informações

Leonardo dos Passos Miranda Name

Os discursos a respeito das várias porções da superfície terrestre há muito não mais estão restritos às aulas e escritos da geografia. Se por um lado parecem-nos atualmente antiquadas publicações como a National Geographic ou o Manual do Escoteiro-Mirim – que não eram necessariamente produzidas por geógrafas e geógrafos, mas foram muitíssimo populares fontes de informação, inclusive geográfica, no passado de quem atualmente tem ao menos trinta anos –, por outro lado gibis, guias e revistas de viagem, filmes e programas de TV são alguns dos muitos produtos que contemporaneamente apresentam e representam um sem-número de lugares e paisagens, várias vezes de forma estereotípica. Sobre os mesmos, a internet fornece todo tipo de dados, sejam produzidos por “leigos” em blogs de viagem e na Wikipédia, por exemplo; sejam nos livros e artigos acadêmicos, de todos os campos da geografia, cujo acesso *online* é cada vez mais fácil. O mundo é também crescentemente mais devassável por meio de tecnologias de informação geográfica que vêm fazendo com que os mapas sejam mais e mais banais: todo o globo terrestre cabe na tela do Google Earth, afinal. E mesmo que consideremos somente informações mais tradicionais, sobre os diferentes lugares há atualmente número maior e mais acessível de indicadores ambientais e dados cartográficos e

estatísticos, por exemplo, do que no passado.

Estamos diante da face contemporânea da “era da reprodutibilidade técnica”, conceituada na década de 1930 por Walter Benjamin. Não se pode ignorar, por um lado, que há geografias de apelo bastante popular inerentes aos produtos das mídias de massa e às imagens de satélite popularizadas em aplicativos digitais, mas potencialmente de controle geopolítico; e que, por outro lado, elas concorrem com as geografias “doutas”, acadêmicas, mais abundantes e dispersas na *world wide web*. Ambas nos dão a impressão de que não há mais lugar no planeta sobre o qual não se possa encontrar informações.

Nesse contexto do presente há então quem possa perguntar: para que serve um trabalho de campo? Se o mundo atual é saturado de informações sobre os mais diversos lugares, são suficientes os apelos à autenticidade dos lugares e à “perspectiva da experiência” para se validar a necessidade de atividades de campo no auxílio ao ensino e à aprendizagem em geografia?

O trabalho de campo é prática cuja prevalência nos discursos da geografia tem variado ao longo do tempo, porém jamais deixou de ser apresentado como um elemento distintivo frente a outras disciplinas. No Brasil, por exemplo, Aziz Ab’Saber e Aroldo de Azevedo foram alguns dos intelectuais que defenderam não haver conhecimento geográfico válido sem o contato direto com as distintas regiões, os diferentes biomas e as variadas paisagens do país. No entanto, em *Trabalho de campo na (re) construção da pesquisa geográfica*, artigo de 2011 de Gisela Pires do Rio

para o periódico *GEOgraphia*, a autora demonstra que poucas vezes a valorização do trabalho de campo na disciplina veio acompanhada de uma discussão epistemológica e metodológica sobre as ideias que lhe dão sentido, os horizontes éticos e políticos de quem pesquisa (que necessariamente moldam o dado que se quer obter) ou os pressupostos que condicionam o como, o porquê e o quando das atividades de campo. Em outras palavras, se o trabalho de campo é inegavelmente importante para a geografia, a geografia não discute o trabalho de campo.

O presente livro dá centralidade à questão por ser fruto de atividades de campo realizadas no estado de São Paulo, no contexto de três diferentes disciplinas das matrizes curriculares do bacharelado e da licenciatura em geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA): Globalização e Compartimentação do Espaço Mundial; Região e Regionalização: Processos e Teorias; e Sociologia no Mundo Rural. Conduzidas por André Luís André e Sílvia Lilian Ferro, que por certo estão entre os/as melhores docentes da instituição, estas atividades objetivavam promover uma vivência de três diferentes áreas (Pontal do Paranapanema, Região Metropolitana e Baixada Santista), de modo que o alunado refletisse sobre as relações entre campo e cidade, urbano e rural, globalização, regionalização, urbanização, industrialização da agricultura e recampanização – conteúdos referentes aos componentes curriculares.

As trajetórias acadêmicas de Ferro e André abarcam temas de pouca aderência na geografia mais tradicional, como a violência urbana,

o racismo e as questões de gênero. Suas elucubrações, por isso, se não descartam concepções marxianas bastante consolidadas na geografia e em outras disciplinas, agregam um diálogo aberto a epistemologias do Sul, particularmente os escritos decoloniais que fornecem a necessária centralidade à América Latina (e que são muito presentes nos debates acadêmicos de nossa instituição). Sua compreensão do que venha a ser a globalização não se apoia, por isso, na enunciação deste fenômeno como algo novo e de características singulares nunca antes observadas, mas como a face contemporânea de um sistema-mundo moderno-colonial geo-historicamente reproduzido, cuja tarefa de hierarquizar espaços e grupos sociais combina elementos de classe social, raça e gênero. Nesse sentido, o trabalho de campo que precedeu os artigos neste livro apresentados provavelmente não foi desenhado com vistas a se apresentar ao alunado os arranjos produtivos contemporâneos, as técnicas inovadoras e as logísticas eficientes no campo, nem legitimar São Paulo como indiscutível cidade global conectada a territórios-redes. Por certo Ferro e André desejavam fazer compreender tais espaços em perspectivas de *longue durée*.

Quaisquer alunados estão de fato expostos a estereótipos a respeito de lugares e grupos sociais, maiormente produzidos pelas diferentes mídias. A ida a campo pode e deve permitir, assim, que estudantes percebam que o lugar visitado não se reduz ao que dele se reproduz em imagens e discursos midiáticos— se é que se trata de uma localidade da qual são produzidas muitas representações. Escritos

acadêmicos, contudo, também auxiliam na legitimação de versões reducionistas, ainda que hegemônicas, da realidade – sobre cidades globais, sobre o (sub) desenvolvimento de áreas rurais ou sobre a inevitabilidade de um espaço-tempo homogeneizado em escala global, por exemplo. A experiência empírica, potencializada a de contato com outras realidades e pessoas, pode auxiliar na tarefa de confrontar cuidadosamente os apontamentos e observações destes escritos, de modo a confirmar suas posições, revelar suas imprecisões ou desmascarar seus preconceitos e provincianismos acadêmicos.

Um bom roteiro de um trabalho de campo pode fazer ver, outrossim, as rugosidades dos lugares visitados e as opacidades que a alguns deles são impostas devido à seletividade e ao silêncio das (meta) narrativas, sejam as acadêmicas ou as midiáticas. Certamente o roteiro escolhido por Ferro e André auxilia minimamente no questionamento das narrativas a respeito de contundentes urbanidades e cosmopolitismos dos espaços paulistas e no contraste entre as áreas ruralizadas visitadas e a paisagem de arranha-céus – que, aliás, está longe de ser homogênea – consagrada em imagens da capital, também no roteiro. Mais ainda, no plano teórico, permite um posicionamento contra as imprecisões e os silêncios de uma análise em escala global – recorte espacial cada vez mais naturalizado na geografia e em outras disciplinas, variadas vezes acrítico –, de modo a fazer ver que não há redes técnicas sem a exploração do trabalho, especialmente o de mulheres e não brancos; que não há globalização sem processos de regionalização,

reestruturação de cidades, redefinição de relações no campo e produção de imaginários de subalternidade do campo em relação à cidade, e de determinadas cidades em relação a outras – enfim, sem complexas combinações de intervenção e invenção sobre os lugares.

O que se pode perceber como o mais interessante do livro, porém, é o fato de que seus artigos possuem temas variados, escritos por estudantes de diferentes lugares do Brasil e do restante da América Latina, cujo foco não se restringe às áreas visitadas em campo. Nesse sentido, é incontestável que o conteúdo nos textos não é reprodução *ipsis litteris* de discursos professorais dentro ou fora da sala de aula; e que o trabalho de campo não foi concebido como o contato com uma verdade única e incontestável proveniente da autenticidade ou da materialidade do lugar, mas como situação propícia a surpresas, capaz de revelar contradições em narrativas e potencializar a autonomia intelectual de alunas e alunos – livres para relacionar o conhecimento obtido em campo com temas e lugares outros, por elas e eles já vivenciados e/ou estudados.

Num mundo saturado de informação, mas também de estereótipos, preconceitos e reducionismos midiáticos ou acadêmicos postos como verdades, as atividades de campo – se pensadas como ferramentas éticas e políticas – permitem enfrentar o que está naturalizado pelas geopolíticas do conhecimento, ampliando horizontes conceituais e epistemológicos.

Se a geografia não detém a exclusividade desta tarefa, a

centralidade do trabalho de campo em sua constituição como disciplina lhe fornece imensa vantagem. As autoras e os autores deste livro certamente já sabem disso.

Leo Name

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do
Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da UNILA

Foz do Iguaçu, maio de 2017.

Sumário

PRIMEIRA PARTE: Globalização, Regionalização e Fragmentação!	23
<i>André Luís André</i> Correlações espaciais: Períodos geopolíticos, regionalização, transfronteirização e urbanização na América Latina	24
<i>Angélica Santamaría Alvarado</i> Migraciones Internas. Campo-Ciudad: CENAPROV y la fundación del Barrio Policarpa en Bogotá	48
<i>Elias Gomes da Silva</i> O Papel das Técnicas e das Normas na Reconfiguração Territorial do Município de Ipojuca/PE-Brasil	65
<i>Pedro Lucas Gil Silva e Fellipe Carvalho</i> Comentários Sobre a Compartimentação do Município de São Paulo	80
<i>Marcos Afonso Lopes Ziemann</i> CEAGES - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, Ou: “Shopping Center”?	94
<i>Renan Silvestro Alencar Silva</i> Formação Socioespacial Serra do Mar no Estado de São Paulo: do Brasil Colônia aos dias atuais	116
<i>Wilson Alvares dos Santos</i> Algumas considerações sobre lugar, rede e luta pela terra	137

SEGUNDA PARTE: Velhas e Novas Ruralidades no Mundo

Contemporâneo 156

Sílvia Lílian Ferro

Desafios para construir una Sociología de los Mundos Rurales Latinoamericanos 157

Dalila Tavares Garcia, Luiz Felipe Rodrigues e Maria Regina Bispo do Nascimento

Sistema Campo-Cidade e a Agricultura para o Mercado Global no Paraguai 175

Nestor Ariel Prieto Villalba

Paraguay: Contrarreformas, Campesinos, Iglesia y Estado 190

Jose Luis Choquecallo Bautista y Rafael Giovanetti Teixeira

Brasil y Bolivia en perspectiva comparada: análisis de las políticas de reforma agraria y las acciones de los movimientos sociales 213

Polianna Teixeira Olegário e Marcos Afonso Lopes Ziemann

Apontamentos Teóricos Sobre o Processo de Reforma Agrária no Brasil a partir da Observação em Campo no Assentamento Che Guevara 230

Fátima Rocha e Fernando Celestino da Conceição

Pontal do Paranapanema: Uma região e muitos interesses 266

Amanda Orquim Simioni

A educação do campo e a socialização dos sujeitos - uma análise sobre o caso da Escola Estadual Assentamento Santa Clara no Pontal do Paranapanema

282

PRIMEIRA PARTE

Globalização, Regionalização e Fragmentação!

Orgs. André Luís André e Sílvia Lilian Ferro

**Correlações espaciais: Períodos geopolíticos,
regionalização e urbanização na América Latina**

André Luís André

Correlações espaciais: Períodos geopolíticos, regionalização e urbanização na América Latina

André Luís André

Resumo

Este trabalho expressa nossa tentativa de reconhecer as correlações entre períodos geopolíticos, as dinâmicas de acumulação sistêmica no cenário internacional, os regionalismos e processos de regionalização, com as dinâmicas das cidades e dos espaços urbanos na/da América Latina. Nesta perspectiva, nossa intenção é demonstrar que cada período geopolítico pelo qual passou a região esteve entrelaçado às mudanças na camada de cima do sistema de governança e dos negócios. Por sua vez, considerando que no período geopolítico atual, período da globalização, a realização dos planos e interesses dos Estados Nacionais, das grandes corporações, bem como instituições e organismos internacionais, capazes de influenciar o sistema interestatal, perpassam a conformação de novos regionalismos e processos de regionalização, cujos objetos, ações e sujeitos, assim como suas contradições, encontram nos espaços urbanos das principais cidades da América Latina sua empirização, provocando transformações nas metrópoles, o aumento da importância das cidades médias e a redefinição das cidades localizadas em fronteira.

Palavras-chaves: Períodos Geopolíticos, globalização, regionalização, urbanização.

Introdução

Este texto tem como objetivo apontar algumas das dimensões

da reestruturação geopolítica do mundo contemporâneo a partir das condições colocadas para América Latina, mediante o processo de globalização, os processos de regionalização em curso e as forma de urbanização e fragmentação das cidades, que invariavelmente impõe ao cotidiano de seus habitantes, ainda que de forma segmentada, um conjunto de situações e conflitos com origem na escala geográfica internacional, na qual atuam Estados Nacionais, corporações, grandes investidores, instituições públicas e privadas de caráter supranacional ou transnacional.

Partimos do pressuposto que para entender algumas das dinâmicas espaciais e territoriais do mundo contemporâneo é necessário entender a correlação entre período geopolítico, regionalização e urbanização, cujo nosso olhar especificamente busca compreender aos processos de fragmentação urbana.

Nesta perspectiva, antes de tudo, é importante expor o que estamos compreendendo por geopolítica, globalização, regionalização e fragmentação, e qual a importância de investigar a geopolítica do mundo contemporâneo, a partir dos territórios, latino-americanos, considerando os processos configuração regional e as dinâmicas urbanas.

No que se refere à geopolítica, expressão cunhada por Rudolph Kjéllen e a partir dele compreendida como um conjunto de modelos, teorias e estratégias dos Estados Nacionais para obtenção, manutenção e ampliação do poder sobre um determinado território, seus recursos e sua população, enquanto Geografia Política, por sua vez, abarca um campo

do conhecimento, cujos objetivos giram em torno da investigação da relação entre Estado, Território e sua respectiva população (COSTA, 1992). Nesta abordagem, a Geografia Política é essencialmente uma formulação acadêmica e a geopolítica, em tese, é considerada uma simplificação do saber científico aplicado às estratégias dos Estados Nacionais por intermédio dos seus círculos militares (VESENTINI, 2000). Este debate teve variações ao longo de todo o século XX, porém ainda hoje, esta distinção prevalece. Embora haja a preocupação nesta distinção, os discursos geopolíticos e da Geografia Política confundem na maior parte dos casos, no sentido que as formulações da Geografia Política podem se mostrar tão interessados e engajados na disputa por poder territorial, nos quais círculos acadêmicos demonstram estar, em alguma medida, em sintonia com os Estados Maiores.

Todavia, compreendemos que a geopolítica está além de qualquer formulação teórica, de acadêmicos ou militares, a geopolítica, sobretudo a que experimentamos na atualidade, é a própria condição da relação entre Estados, corporações, investidores, classes, famílias, comunidades, organizações e instituições, e, no limite, os sujeitos, com o espaço geográfico em suas diferentes formas de configuração e apropriação: como território nacional, região, lugar, cotidiano e, dentre outras, zona autônoma (BEY, 2007), ou nas suas distintas, porém, articuladas escalas geográficas: escala global, nacional, regional, espaço urbano, comunidade, espaço familiar e individual (SMITH, 2000; 2015).

Sendo assim, como uma questão metodológica é fundamental

recorrer à periodização, para tornar legível a geopolítica contemporânea e suas implicações para os territórios da América Latina, considerando os processos de regionalização e as dinâmicas de fragmentação urbana. Milton Santos (1986, p.21), na pretensão de oferecer uma dimensão temporal à análise do espaço geográfico, com referência em Braudel (1990), escreveu o seguinte:

La introducción de la dimensión temporal en el estudio de la organización del espacio implica consideraciones de una dimensión muy amplia, esto es, de escala mundial. El comportamiento de los subespacios del mundo subdesarrollado está generalmente determinado por las necesidades de las naciones que se hallan en el centro del sistema mundial. La dimensión histórica o temporal es así necesaria para ir más allá del nivel de análisis ecológico y corográfico. La situación actual depende, en buena medida, de influencias impuestas. Algunos elementos ceden su lugar, completa o parcialmente, a otros de su misma clase, aunque más modernos; otros elementos resisten a la modernización; en muchos casos, elementos de diferentes períodos coexisten. Algunos elementos pueden desaparecer completamente sin sucesión, y elementos completamente nuevos pueden llegar a establecerse. El espacio, considerado como un mosaico de diferentes épocas, sintetiza, por una parte, la evolución de la sociedad, y, por otra, explica situaciones que se presentan en la actualidad. Sin embargo, no se puede hacer una interpretación válida de los sistemas locales desde la escala local. Los eventos a escala mundial, sean los de hoy o los de antaño, contribuyen más al entendimiento de los subespacios que los fenómenos locales.

Neste sentido, a análise da geopolítica do mundo contemporâneo, desde as relações internacionais e interestatais, naquilo que Braudel (1987) chamou de o “lar do capitalismo” ou na dimensão do “contramercado”, nos quais atuam principalmente Estados Nacionais, corporações, instituições e organizações transnacionais, no controle dos

fluxos econômicos das mais variadas naturezas - trabalho, mercadorias e capitais - até aquilo que o próprio Braudel (IDEM) chamou de vida material, em oposição à vida econômica, ou o que Milton Santos (1996) chamou de espaço banal, ou ainda, o que Henry Lefebvre (1961) e Henri Ramond (2004) chamaram de cotidiano, precisa ser situada dentro do atual momento histórico, a que chamamos aqui de período geopolítico da globalização.

Globalização que é entendida aqui como a fase mais recente do sistema-mundo moderno/colonial, como é a perspectiva debatida por Carlos Walter-Porto Gonçalves (2006), em aproximação com o pensamento decolonial, diferente da perspectiva miltoniana que aborda a globalização como um novo período histórico, num sentido de ser quase uma ruptura, em virtude do que o autor chama de unicidade da técnica, a cognoscibilidade do planeta, a convergência dos momentos e o motor único para o capitalismo (2000). Embora seja esta também uma perspectiva importante para a compreensão dos processos aos quais estamos submetidos. Para nós, a globalização é a condição que alguns Estados Nacionais, governos, empresas, classes, comunidades, famílias, instituições, organizações e indivíduos, possuem de realizar seus planos e interesses em qualquer parte do mundo, numa continuidade do Estado Nacional como principal organização política, demográfica e territorial, e do capitalismo como modo de produção mercadorias, bens, serviços, capitais e, cada vez mais, imagens.

Tal condição ocorre concomitantemente aos processos de

regionalização, como discute Haesbaert (2005; 2010), aos processos de compartimentação fragmentada do território (SANTOS, ADÉLIA e LAURA, 1994), que atingem um nível exponencial no espaço urbano das cidades da América Latina (DAVIS, 1999; SOUZA, 1999) e aos processos de militarização (IDEM, 2008) e aburguesamento do espaço (HARVEY, 2013), bem como aos processos de transfronteirização (CARNEIRO, 2013).

Neste ponto, cabem duas questões importantes que precisam ser esmiuçadas ainda que brevemente: as dinâmicas que condicionam os processos de regionalização e os novos regionalismos e a relação inerente entre as formas sistêmicas de acumulação dos capitais e os processos de urbanização.

Na questão regional desde a geografia tradicional, surgida no bojo da partilha da África pelos Estados Nacionais europeus, a região foi considerada uma forma superior de análise das diferenças espaciais, considerando obviamente as distinções entre a região natural da geografia alemã, a região e os gêneros de vida da geografia francesa, e o método regional da geografia anglo-saxônica.

No período pós-segunda guerra mundial, com a dissolução do mundo multipolar centrado nos países europeus, a emergência de superpotências de fora da Europa, como os Estados Unidos e a euroasiática União Soviética, houve a consolidação do que ficou conhecida como geografia pragmática ou teórica, de matriz estadunidense, mas com forte influência nos principais países da

América Latina, especialmente, Brasil, Argentina e México. A geografia pragmática rompeu em certa medida com a perspectiva regional da geografia tradicional, apontando a região como uma questão intelectual e não como uma questão dada da realidade, como fez a geografia tradicional. Daí surgiu a concepção de que a região é resultado do conjunto de variáveis ou critérios definidos intelectualmente. Não obstante, no contexto das revoltas estudantis na Europa, dos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos, da descolonização da África e da Ásia, e das resistências às ditaduras cívico-militares na América Latina, a partir de meados dos anos de 1970, a geografia acadêmica passou a incorporar elementos teóricos do marxismo, do anarquismo e do existencialismo, naquilo que ficou conhecido genericamente como Geografia Crítica. Internamente os intelectuais ligados a este processo de incorporação da teoria crítica à geografia, mantiveram posições antagônicas no que se refere à questão regional (CORRÊA, 1987; MORAES, 2003).

A Geografia Crítica, com forte repercussão no Brasil, à princípio, abandonou por algum tempo a abordagem regional, considerando que a força centrífuga do capitalismo anulava as diferenças espaciais na esteira do advento dos processos de globalização econômica. Porém, num segundo momento, geógrafos como Milton Santos e Maria Laura Silveira (1996) levantaram a questão das especializações regionais e arranjos regionais corporativos; Roberto Lobato Corrêa apontou a importância da relação entre região e

organização espacial, considerando Estado e empresas como os principais ordenadores do espaço (1987); Nigel Thrift (1996) e George Benko (1996) levantaram a importância de compreender a região, diante do processo de globalização econômica, como a inerente à questão local; Haesbaert (2010b), na tentativa de conciliar a perspectiva da geografia tradicional e a perspectiva de uma geografia renovada, problematizou a importância de compreender a região como arte-fato, isto é, dentre outras coisas, como herança histórica ou como projeto político, o que é de suma importância no debate sobre as condições, possibilidades e limites da integração de povos e territórios na América Latina, diante das transformações geopolíticas contemporâneas.

A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação “analítica” do espaço seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato” também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (‘fato’). (HAESBAERT, 2010b, p.7)

Ainda sobre a questão regional é importante trazer duas abordagens. A do venezuelano Franklin Molina (2007) e a do brasileiro Wanderley Messias da Costa (2009). Ambos têm como escala geográfica

a América do Sul. Em parte, de forma mais tímida, como faz Molina e de forma mais contundente como faz Wanderley Messias, a ideia de América Latina como região é rechaçada. Os dois argumentos principais são o termo surgido a partir da geopolítica francesa no contexto da disputa pela hegemonia mundial na metade do século XIX e sua respectiva tentativa de aproximação com o México e a arquitetura institucional que foi constituída na segunda metade do século XX, precipitada pelos acordos econômicos e políticos de caráter regional.

Molina (2007, p. 14) escreve o seguinte:

Entendemos por regionalismo una etapa política de la integración donde se crean contextos de regioncentrismo, Estados nacionales deciden crear regímenes de cooperación e integración con la finalidad de acercar mercados-países, mientras que la regionalización es una dinámica económica que aspira a crear una región de integración.

Josep Ibáñez (1999) hace una distinción conceptual entre regionalismo y regionalización. El primero es un proyecto y el segundo es un proceso. El regionalismo englobaría las iniciativas políticas de representantes gubernamentales, para estrechar la cooperación política y económica entre Estados y actores que forman parte de una misma región. Conformarían la corriente regionalista el conjunto de proyectos políticos que surgen de la interacción entre actores gubernamentales estatales y actores no gubernamentales estatales y transnacionales (fundamentalmente empresas nacionales, grupos de presión y empresas transnacionales).

Molina (IBIDEN) descreve sucessivos momentos de regionalização da América Latina: a união aduaneira latino-americana pós-segunda guerra; o modelo cepalino dos anos de 1960; o modelo proposto pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio também

nos anos de 1960; o modelo da ALADI nos anos de 1980; o regionalismo aberto dos anos de 1990 sob a receita do consenso de Washington; e, por fim, o que o autor descreve como o novo regionalismo a partir, sobretudo dos anos 2000, momento em que há um maior protagonismo dos Estados da região, na conformação de acordos econômicos e políticos.

Por sua vez, Wanderley Messias da Costa (2009) escreve o seguinte:

Como último ponto da abordagem aqui proposta, queremos destacar o problema político e teórico da escala de análise envolvida nesse debate sobre a integração da América do Sul. Desde logo, firmamos a nossa posição de que para a geopolítica contemporânea, não existe essa entidade abstrata e indefinida chamada América Latina enquanto objeto teórico e empírico das relações internacionais. Não se trata aqui apenas de rejeitar a antiga denominação europeia (de Napoleão III) para centenas de povos americanos [...]. O aspecto crucial é outro, e diz respeito ao processo em curso de constituição de novas entidades político-regionais - ou simplesmente geopolíticas - no Continente [...]: o NAFTA, integrado pelos EUA, o Canadá e o México, o MERCOSUL, pelo Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela (o Chile, a Bolívia e o Peru possuem status de “países associados”) e o CAFTA, pelos países da América Central e a República Dominicana. Deve-se mencionar ainda o Pacto Andino, formado pela Colômbia, o Peru e o Equador, a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) [embrião da UNASUL] e a recém-criada ALBA [...].

Neste ponto é importante expor que a organização geopolítica e as decisões tomadas na escala das relações internacionais ou mesmo a

partir dos acordos de integração regional, não se realizam sem verticalizar os territórios e projetar neles suas formas econômicas e institucionais, seus respectivos sistemas de objetos e sistemas de ações, para usar uma expressão miltoniana (SANTOS, 2000). É nas cidades e nos seus respectivos espaços urbanos que a incorporação dos objetos, ações, técnicas, sistemas de engenharia e ideologias, com origem nas relações internacionais e decorrentes das formações regionais encontram seu lugar privilegiado de empirização.

A cidade é o espaço por excelência do encontro entre os fluxos e os lugares (CASTELLS 2003), os negócios e as identidades, das verticalidades da globalização e das horizontalidades do cotidiano, da ordem próximo da reprodução social e da ordem distante do sistema interestatal. É nas cidades e nos seus espaços urbanos que o contramercado de Braudel (1987) atinge as pessoas, ainda que de forma segmentada, em suas vidas materiais. É na cidade que as diferentes formas de capitais completam seu ciclo de acumulação, é nelas que a concepção estatal ou corporativa de espaço rivaliza com o espaço vivido (LEFEBVRE, 1991).

Não obstante, é nas cidades que as crises de acumulação, de poder ou hegemonia, ganham a paisagem através das variadas práticas espaciais de resistências, programadas ou não, coletivas ou individuais, anômicas ou sistemáticas (HARVEY, 2012), a ponto de “saltar” escalas (SMITH, 2000), rompendo o cotidiano da reprodução social e cultural podendo redefinir em alguma medida, conjunturas políticas e/ou

econômicas, estabelecendo assim sinais de possíveis redefinições estruturais.

Agora, quando buscamos compreender os papéis desempenhados pelas cidades e espaços urbanos na América Latina, dentro da perspectiva de que é importante estabelecer a correlação entre dinâmicas geopolíticas de poder e acumulação, num dado recorte temporal, é que chegamos ao entendimento de que de certo modo, ainda permanecemos com dificuldades de reconhecer as dinâmicas urbanas e citadinas como condição e expressão do conflito entre a geopolítica de Estados, corporações, grupos de interesses, classes sociais dominantes e suas respectivas concepções de espaço, bem como seu uso da cidade e do espaço urbano. Não obstante, nossa tradição de investigação da cidade ainda permanece bastante atrelada aos referenciais teóricos elaborados para compreender cidades que não são as cidades latino-americanas, o que por ora, exige estabelecer rupturas de natureza epistemológica.

A concepção de cidade europeia, como lugar da liberdade, da cidade como obra e da cidade como espaço de realização do direito (LEFEBVRE, 1991), jamais chegou a se estabelecer nos territórios latino-americanos. As cidades nesta parte do mundo ganharam papéis funcionais ao processo de colonização, ao processo de formação dos Estados Nacionais na região, aos contornos do nacional-desenvolvimentismo, ao neoliberalismo e aos diferentes caminhos trilhados pelos governos com plataformas de justiça social que chegaram

ao poder neste princípio de século XXI. A formação das cidades latino-americanas com o advento do sistema-mundo moderno colonial transformou a produção do espaço urbano nesta parte do mundo no lugar do exercício do poder e da ultraviolência em estado puro (ANDRÉ, 2015).

As cidades coloniais, seja o damero das cidades hispânicas ou as cidades barrocas, num urbanismo de fachada da própria da colonização portuguesa, foram não apenas o lugar central do qual emanava o poder nos territórios coloniais, foram o ponto de partida da concretização da acumulação/fragmentação, dos quais as cidades latino-americanas ainda não foram capazes de superar.

Neste ponto, é relevante trazer a concepção de compartimentação fragmentada do espaço problematizada por Milton Santos. Para o autor o processo de compartimentação do espaço é a capacidade da sociedade, ainda que segmentada, de projetar sua influência sobre o espaço, conformando assim aquilo que o autor chama de território usado. Ao se debruçar sobre o processo de globalização Milton Santos considera que uma das características deste processo é a incapacidade que a maior parte das pessoas tem de controlar seu espaço de reprodução socioespacial, uma vez que os destinos dos territórios e lugares estão sendo definidos no bojo da geopolítica mundial e das relações internacionais. Esta concepção é muito próxima da concepção lefebvrea (1961) de alienação do cotidiano.

Contudo, se considerarmos a formação de nossas cidades, desde

o damero e das cidades barrocas, passando pela formação das metrópoles e de suas respectivas cidades da margem, chegando à urbanização do interior dos países, com a expansão das cidades médias ou mesmo das pequenas cidades. A incapacidade de gestão do espaço de entorno, da vida material cotidiana, é uma característica que está na origem das cidades com passado colonial. Nas cidades latino-americanas, povos nativos foram aniquilados a partir de processo de despossessão, povos africanos desterrados e territorializados aqui numa ruptura ultraviolenta de suas identidades e topofilias, os povos colonizadores puderam, com o exercício do poder em estado puro, controlar os recursos, mediante a hierarquização socioespacial, produzindo uma horizontalidade fragmentada entre estabelecidos e outsiders, isto é, grupos em permanente processo de marginalização na estrutura social e no espaço. O que não se rompeu com a dinâmica de formação das cidades metropolitanas, no período de formação dos Estados Nacionais ou no período nacional-desenvolvimentista, nem tampouco se rompeu com as pulverizações dos objetos próprios da globalização e dos novos regionalismos.

É neste sentido que as favelas, as *villas miserias*, os *cantegrilles*, as *chacaritas*, os *barrio malos*, e tantas outras formas precárias e desesperadas da urbanização na América Latina, o que costumamos chamar na literatura brasileira de favelização, não pode ser compreendida como o avesso da urbanização nesta parte do mundo, nem tão pouco como apenas uma contradição. O processo de urbanização marginalizante que

historicamente conformou parte dos territórios na América Latina é a nossa própria condição urbana. É a empirização dos sucessivos períodos geopolíticos em que esta região do planeta é colocada como subalterna divisão internacional do trabalho, respondendo às diferentes ordens geopolíticas e suas respectivas hegemonias: do territorialismo ibérico, passando pelo imperialismo britânico, chegando ao capitalismo estadunidense, que rivaliza atualmente com a ascendência chinesa (ARRIGHI, 2008).

É a partir desta análise que para compreender a relação entre geopolítica do mundo contemporâneo, a globalização como etapa mais recente do sistema-mundo contemporâneo/pós-colonial, os processos de regionalização em curso e as dinâmicas de produção fragmentada do espaço urbano das cidades latino-americanas é que precisamos recorrer ao que venho chamando de períodos geopolíticos (ANDRÉ, 2016, p.18):

Entendemos que é necessário um esforço de grande monta do ponto de vista intelectual para estabelecer relações entre geopolítica, hegemonia mundial e as cidades latino-americanas. [...] Nossa estratégia caminha por reconhecer períodos geopolíticos, cuja base são os ciclos sistêmicos de acumulação [...], hegemonias correspondentes e cidades que se tornaram o “coração” político e econômico de cada período[...].

Sendo assim, ao considerar o período geopolítico atual, período da globalização, não como uma ruptura histórica para nossos territórios, mas como uma reestruturação, mobilizadora de regionalismos e

regionalização, ainda em plena disputa, econômica, política, territorial e ideológica, se considerarmos, sobretudo as experiências recentes do MERCOSUL, da ALIANÇA DO PACÍFICO, da COMUNIDADE ANDINA e da UNASUL, e, simultaneamente, como produtor de reestruturações urbanas - como é o caso principalmente das áreas metropolitanas e suas cidades da margem -, de crescimento das cidades médias e suas respectivas redes urbanas pelo interior dos territórios dos países da região, levando até as áreas de fronteira o processo de urbanização marginalizante que nos é secular, produzindo novas formações urbanas portadores de fragmentação socioespacial, como condição da acumulação de capital e simultaneamente condição da permanência das hierarquias sociais experimentadas no cotidiano das gentes, com a permanência dos contornos étnicos, raciais e patriarcais, que tiveram origem no período geopolítico de colonização.

A urbanização, como localização de sistemas de engenharia, objetos, poderes e ações nas cidades, como materialidade e condição dos fluxos de pessoas, mercadorias, cargas, capitais e imagens, globais e regionais, intensifica a condição do espaço urbano latino-americano como lugar de encontro de uma ordem distante e de uma ordem cotidiana. Contudo, a modernização técnica das cidades médias e d fronteira, por exemplo, provocam um curto-circuito na rede urbana, sem deixar de trazer processos de fragmentação vertical, com a empirização dos planos e interesses próprios dos operadores econômicos e políticos globais e regionais, e processos de fragmentação horizontal, a

territorialização de grupos sociais com alto-poder e grupos sociais em processo de marginalização (ANDRÉ, 2016).

Neste sentido, compreender a correlação entre geopolítica, regionalização e urbanização, a partir da formação e reestruturação dos territórios latino-americanos, é fundamental para tornar legível a condição, as potencialidades e os limites da integração dos povos e territórios da América Latina. No que se refere à geopolítica regional e sua inserção na geopolítica do mundo, a América Latina experimenta um período de incertezas e disputas, que repercutem na formação dos blocos regionais e suas respectivas polarizações. Não obstante, o espaço urbano das cidades tornam-se veículos das disputas e incertezas, e transformam as cidades num campo de batalhas em que se engajam as instituições, os grupos de interesses, as classes, as comunidades e, em última instância, os sujeitos.

A viabilidade da integração regional da América Latina num sentido de insubordinação passa por jogar luz sobre a produção urbana fragmentada das metrópoles às áreas de fronteira, e como a experiência urbana nestas condições impõe limites claros para processos de solidariedade regional. Em razão da “disciplinaridade” das análises e investigações, ordinariamente o espaço cotidiano das cidades tem sido alienado do espaço de fluxos da economia política internacional. É importante caminhar na direção de oferecer contribuições para a reconciliação das análises, ainda que elas possam ter caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos próprios, elas não podem ser

excludentes, sob pena de sermos incapazes de nos aproximar da compreensão da complexidade da vida neste conjunto de territórios a que conhecemos como América Latina.

Hoje, mais do que nunca, precisamos tornar legíveis as relações mais recentes da geopolítica com este conjunto de territórios que estamos habituados a reconhecer como América Latina, numa espécie de metáfora regional, e suas principais cidades, delimitando períodos geopolíticos nesta parte do mundo, relacionando-os aos ciclos sistêmicos de acumulação do capital e a dinâmica das principais cidades ou espaços urbanos que despontaram em cada período.

É importante seguir compreendendo como os planos e interesses estatais e corporativos, às vezes, se confundem para se impor na composição dos processos regionais e na produção do espaço urbano, implicando geralmente uma posição subalterna, para não escrever, função, para a América Latina, seus processos de integração e suas cidades, o que ocorre em contextos metropolitanos e não-metropolitanos. Para então revelar, em alguma medida, como o regionalismo e o urbanismo podem ser também dinamizados por ações verticalizadas das escalas regionais, nacionais e global, quebrando hierarquias na rede urbana e na geopolítica de gestão do território. Sem deixar de considerar que esses mesmos lugares podem ser portadores de resistências, de esperanças, de utopias, capazes de impedir uma completa determinação, destinação e condenação dos territórios, e de parte de seus habitantes, marginalizados a cada período geopolítico e a cada mudança

na hegemonia mundial, que conectam, para o bem e para o mal, a algumas cidades com o mundo, sejam metrópoles, sejam cidades médias do interior dos países, sejam cidades em transfronteiriças.

Bibliografia

ANDRÉ, André Luís. **Ensaio: Geopolítica, Cidades e Violência**. Agbook, 2016.

_____. **Visíveis Pela Violência: Identidades, Fraternidades no crime e Espaço Metropolitano**. Agbook, 2015.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Ed. Celeste, 2000.

ARRIGHI, GIOVANNI. **O longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2008**.

ARROYO, M. **A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos, uma obra revisitada. São Paulo: EDUSP, p. 55-62, 1996**.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 1996.

BEY, Hakim. **The temporary autonomous zone, ontological anarchy, poetic terrorism**. BiblioBazaar, 2007.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. rio de Janeiro: rocco. 1987.

_____. A longa duração. In: _____. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. 6. ed. p. 7-39. (Original de 1969).

BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. Knowledge and organization: A social-practice perspective. **Organization science**, v. 12, n. 2, p. 198-213, 2001.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos**: da marginalização à preocupação com sua autonomia. Cad. CRH vol.21 no.53 Salvador May/Aug. 2008.

CARLOS, Ana Fani (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea** – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996. p.55-62.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2013.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica nos discursos sobre o território e o poder**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

_____. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins, juillet (disponible sur: <http://confins.revues.org/6107>)**, 2009.

DAVIS, Diane E. **El Leviatán urbano: la ciudad de México en el siglo XX**. Fondo de Cultura Económica, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.

GULLO, Marcelo. **Insubordinación y desarrollo**. Las claves del éxito y el fracaso de, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Bertrand Brasil, 2010.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES: Letras e Humanidades**, n. 3, p. 02-24, 2010b.

_____. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. **Produção do espaço e redefinições regionais. Presidente Prudente: Unesp, FCT, GAsPERR**, 2005.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Ediciones Akal, 2012.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. HENRI, Raymond et al. **La critique de la vie quotidienne**. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

_____. **Critique de la vie quotidienne: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté**. l'Arche, 1961.

_____. **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

- LOBATO, Roberto. **Região e organização espacial**. São Paulo: **Ática**, 1987
- MOLINA, Franklin. **Visiones del regionalismo y la regionalización en América del Sur en el nuevo milenio**. 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2003.
- PRESCOTT, John Robert Victor. **Political Frontiers and Boundaries (Routledge Library Editions: Political Geography)**. Routledge, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder; tradução: Maria Cecília França. **São Paulo: Ática**, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectiva desde una epistemología del Sur**. La Paz: Plural Editores, 2010.
- SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão: O Vol. 8**. Edusp, 2007.
- _____. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004. 2. ed.
- _____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. DE SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, María Laura (Ed.). **Território: globalização e fragmentação**. Editora Hucitec, 1994.

_____. Espacio y método. **Geo Crítica: cuadernos críticos de geografía humana**, 1986.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. **O espaço da diferença. Campinas: Papirus**, p. 132-159, 2000.

SORJ, Bernard e FAUSTO, Sérgio. **América Latina: Transformaciones geopolíticas y democracia**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Bertrand Brasil, 1999.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 215-247, 1996.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI**. Contexto, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

**Migraciones Internas. Campo-Ciudad: CENAPROV
y la fundación del Barrio Policarpa en Bogotá.**

Angélica Santamaría Alvarado

**Migraciones Internas. Campo-Ciudad: CENAPROV
y la fundación del Barrio Policarpa en Bogotá.**

Angélica Santamaría Alvarado

Resumen

El crecimiento de las ciudades latinoamericanas ha estado marcado por acelerados procesos de migración interna. En el caso de las ciudades colombianas, la migración campo-ciudad, que se inició en la década de los 30's. Bogotá acogió a miles de familias campesinas que llegaron desde principios del siglo XX, a la ciudad-moderna, no llamadas por la industrialización, o las nuevas posibilidades laborales, sino por una ola de violencia desprendida por guerras de poder internas, partidistas y clasistas. Rápidamente la urbe quedó sin espacio para comportar el número de nuevos moradores que llegaban a ella, así que ocupar los terrenos baldíos, fue la respuesta a la falta de políticas gubernamentales que permitiera el acceso a otra tierra, ya que la tierra rural fue negada: la tierra urbana. En ese contexto, Central Nacional Pro Vivienda, surge como resultado de un movimiento social para hacer frente a la lucha por la tierra urbana, se configura como un protagonista de la historia popular de las ciudades colombianas, como el inicio de lo que serían procesos exitosos de ocupaciones y formalizaciones de barrios por parte de familias campesinas que conquistaban un derecho anhelado: la tierra, un lugar, un hogar.

Palabras-Claves: Migración Campo-Ciudad; Ocupación; Movimientos sociales.

La formación histórica de la Central Nacional Provienda (CENAPROV)

La Central Nacional Provienda-CENAPROV, nace en la década de 1940, a partir de luchas por la vivienda y la tierra por parte de desplazados que ocuparon usos baldíos urbanos en la ciudad de Santiago de Cali, Valle del Cauca. **Julio Rincón** y **Alfonso Barberena**, dos dirigentes liberales¹, iniciaron un trabajo conjunto, y aprovechando la legislación y con acciones directas, para defensa de su derecho de ocupar baldíos urbanos y su resistencia en el lugar, así como su posterior formalización. De estas luchas nacieron los barrios **Primero de Mayo** y el **Barrio Nacional**. (NARANJO, 2014, p. 101-102)

En la década de los 50s, con la violencia encarnizada, las ciudades colombianas se hincharon y los movimientos eran más frecuentes también en busca de techo para los nuevos moradores de la ciudad, creando más comités Provienda a nivel nacional (Cali, Ibagué, ciénaga, Valledupar, entre otras), encabezados en su mayoría por militantes del Partido Comunista Colombiano. Ésta expansión a otras ciudades, permitió la consolidación de un movimiento nacional único. (NARANJO, 2014)

¹ El Sistema Colombiano Político, ha sido predominantemente bipartidista, Partido Liberal y Partido Conservador, que son los partidos tradicionales en su historia y pleiteo en las urnas. Es solo a mediados de la década de 1950's que surge la creación de nuevos movimientos y partidos políticos que buscan romper con el monopolio del poder electoral en Colombia.

El Partido Liberal fue considerado como un partido de masas, más progresista, pues de hecho varios intelectuales de izquierda lo componían, sin embargo, los objetivos y visión de libre apertura del mercado, respondían a intereses de empresarios y altas clases del país. En contra posición, el Partido Conservador representaba especialmente a los terratenientes y las élites tradicionales colombianas, que buscaba medidas proteccionista del Estado, en especial para el mercado nacional de alimentos y la propiedad privada.

El 16 de febrero de 1959 se celebró la primera reunión de la Central Nacional Provienda, convocada por el Partido Comunista.

Fue la organización pionera de las luchas de los destechados, en la segunda mitad del siglo XX; concibió y dirigió muchas de las ocupaciones de hecho más notables que dieron lugar a un nuevo tipo de barrios caracterizados por la organización de sus habitantes, las prácticas colectivas de construcción, equipamiento urbano y seguridad y una activa participación en las protestas sociales y políticas de otros sectores sociales. (ARANGO, *apud in*: NARANJO, 2014, p. 103)

La investigadora Naranjo, propone 4 fases de acción y de expansión del CENAPROV:

- **Primera fase 1959-1971:** Se caracteriza por la ocupación de terrenos y edificaciones ociosas, en la mayoría de ocasiones se procuraba que fueran ejidos, o de propiedad municipal. Los procesos organizativos fueron planteados, pues las personas que recurrían a la central eran desplazados en condiciones precarias y con urgencia de un techo para su familia. Es por ello que los miembros de la Central y del Partido Comunista, crean la **Central de Inquilino**, que tenía como objetivo la formación política y de lucha de las familias, así como la planeación de las ocupaciones y las estrategias de lucha.
- **Segunda fase 1972-1983:** Sería un periodo de consolidación y formalización de los barrios nacidos de las ocupaciones. En esta fase se prioriza la negociación con el Estado, así como la

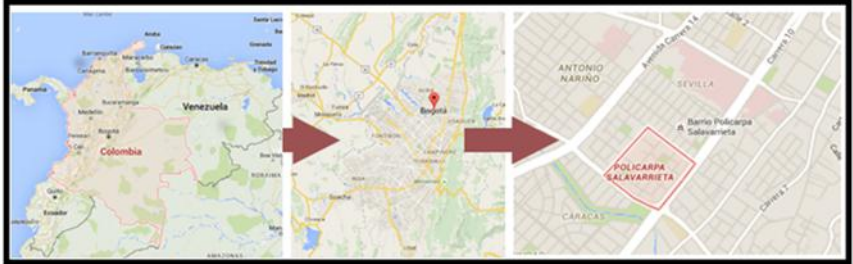
compra de lotes, y la lucha por la formalización de los barrios y la instalación de los servicios básicos.

- **Tercera fase 1983-1995:** En este periodo se reemplaza la ocupación de terrenos ociosos y edificios, por la negociación con el Estado, la compra de terrenos subsidiados y acceso a créditos de VS, así como la participación política, tanto electoral, tanto en la discusión o presión por leyes en pro de la vivienda y la formalización de “barrios subnormales.
- **Cuarta fase 1995-2005:** En éste periodo es posible ver la retracción de la organización debido a que una buena parte de los miembros y dirigentes de la central pertenecían a la UP o al Partido comunista, la persecución y matanza de varios líderes, así como la destrucción de barrios de la Central por parte del ejército y de los paramilitares, hizo que las nuevas dirigencias de la Central intentaran solo adaptarse a las políticas de vivienda social ya existentes y se dejara la lucha a un lado, así como distanciarse de los partidos políticos y constituirse como una organización de asistencia técnica y urbanista para la formalización de los barrios subnormales.

El Barrio Policarpa Salavarrieta, Bogotá D. C. - Localización

El barrio Policarpa Salavarrieta, se encuentra ubicado en el centro-sur de la ciudad de Bogotá D. C., Colombia, entre La carrera 10 y 12C, y las calles 1sur y la calle 5 sur.

1 - Cuadro de la localización del Barrio Policarpa Salavarrieta



Fuente: maps.google.com.co

Historia y Experiencia

El inicio del barrio Policarpa Salavarrieta no escapa de la historia de violencia y desplazamiento que cubre a Colombia, muy por el contrario es fruto de esto. En las décadas de los 50s y 60s en Colombia hubo un éxodo masivo de campesinos desplazados de sus tierras hacia las ciudades emergentes, siendo Bogotá el principal destino. Al ser familias con escasos recursos y numerosas, no podían acceder a habitaciones en la ciudad, ya sea por falta de recursos, o porque en los “inquilinos” no se recibían niños, lo cual los deja en un lugar desconocido, sin techo, recursos y con la urgencia de abrigarse y sobrevivir.

La Central Nacional Provienda ya tenía acciones en otras ciudades del país, y con el Policarpa se estrenaría en Bogotá. Fue con la dirección de los militantes de la UP y miembros de la Central **Pedro Salas** y **Luis**

Morales y con familias desplazadas principalmente del Tolima y Boyacá, que en 1961 se inició la ocupación de un lote baldío cercano al centro de la ciudad, detrás del actual Hospital San Juan de Dios. Las ocupaciones al lote eran planeadas en la dirección de la Central desde Ibagué, se encargaban a militantes su dirección y trabajo de la logística. Las primeras casas iban agolpándose atrás del muro del Hospital, utilizándolo como soporte. Las primeras casas eran de palos de madera y tela asfáltica.

La represión y presencia por parte del cuerpo policial era cotidiana para las familias de la *Pola*. En una entrevista al diario El Espectador de Colombia, Mercedes Corredor, una de las fundadoras cuenta: *“Nos demorábamos más levantando el rancho que la Policía en destruirlo. Pero con la ayuda de todos volvíamos a levantar las casas, y la Policía volvía a tumbarlas una y otra vez. Hasta que entendieron que la tierra ya era nuestra”*.

El 8 de abril de 1966 se conoce como el *Viernes Santo* en la *Pola*. En horas de la mañana se inició la ocupación del terreno. La ley de la época daba un plazo de ocupar de 72 horas sin intromisión de las autoridades, sin embargo, ese mismo día las fuerzas policiales hicieron presencia en el lugar y asesinó a 6 de las personas que hacían parte de la ocupación, así como múltiples heridos, casas destruidas, personas presas, etc. José Liberato, uno de los dirigentes de la ocupación por parte del Partido Comunista y la Central cuenta:

Mientras unos peleaban los otros ponían las casitas.
Unos se dejaban matar y otros estaban al frente. Eso fue

una batalla campal. Eso era con garrote, con palos, con piedra, con lo que fuera. La policía llegó y atropelló a todo el mundo, tumbaba las casas, aporreaban a la gente, parecía a la hora de llegada. (DÍAZ, apud in: LOMBANA, 2011)

La ocupación resistió y se fue consolidado, ya cumple casi 60 años de su fundación. Por lo general, los barrios creados con la dirección y ayuda de la Central acuñaron nombres que remeten a la lucha, ya sean íconos históricos, como es el caso de Policarpa Salavarrieta, o como la causa obrera, tales como el barrio Primero de mayo, barrio Obrero, etc., siempre el nombre dado por las familias fundadoras, tejiendo así una entrañable relación con esa tierra, con ese barrio.

La unidad de las familias hizo posible también esta resistencia. Ya en su etapa de formalización, el arraigo de las familias para con sus viviendas y el lugar es grande, y se representa a través de las casas, una tipología similar en el barrio, un apego al lugar y el sector. (SALINAS & SILVA 1994).

Image 1



Imagem 2



Imágenes de los conflictos de Viernes Santo.

Fuente en la secuencia: democracia.wordpress.com; cenprov50.wix.com;
miguelagmblog.wordpress.com; elespectador.com.

Imagem 3



Imagem 4



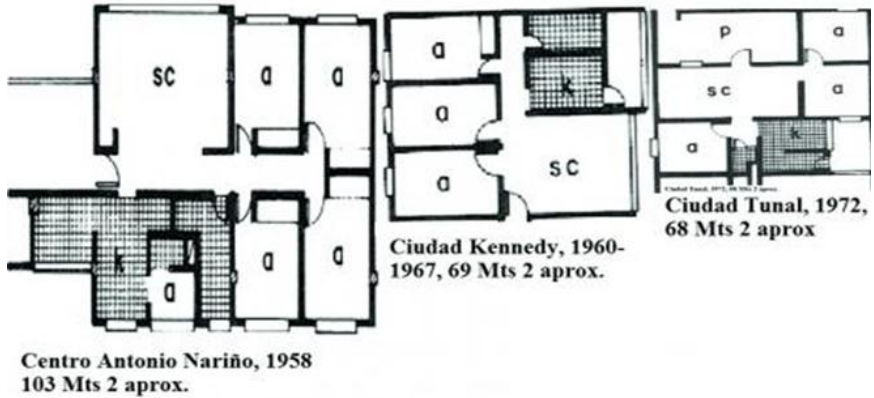
Acto de celebración de 50 años del barrio y homenaje a las fundadoras.

Fuente: nelsonlombana.wordpress.com; seminariovoz.com.

Construcción y constitución del barrio y las viviendas

No existe información disponibilizada *online* sobre el proceso de construcción formal de las viviendas del barrio. Sin embargo, en ésta época de expansión de las ciudades colombianas, lo usual era que después de adquirido el lote, la familia compraba un “plano tipo”, que por lo general se ofertaban en los barrios nuevos. Se trataba de la misma casa, el mismo proyecto que era vendido en diferentes partes de la ciudad, e iba a siendo adaptada a las necesidades de las familias según iba transcurriendo el tiempo de ahorro para mejoras, ampliaciones, etc.

Por lo general las viviendas eran de un pavimento, con espacio para garaje y sala en frente y los cuartos y servicios atrás. Su metraje cuadrado ronda los 60m².



Típica casa en barrio popular de autoconstrucción en barrios de Bogotá.

Fuente: bifearevueves.org

La familia cuando ve un aumento en sus ingresos o mediante un crédito de construcción o mejora de vivienda a través de entidades bancarias y/o estatales, comienza a construir verticalmente, y en ocasiones divide la casa en “apartamentos” que son arrendados, o son para hijos, parientes, etc. En cuanto a su fachada, con el tiempo son reformadas por los propietarios, tanto en color, como en materiales y ornamentos.

Sin embargo, al ser un barrio de origen de invasión, los espacios públicos de convivencia son reducidos, y es uno de los puntos que más preocupan a los moradores. Aunque el barrio cuenta con dos parques públicos y diversos equipamientos locales, a nivel educativo y gubernamental cercanos, al estar ubicado en una zona céntrica de la ciudad, pero no es suficiente. La oferta hospitalaria ni educacional suple

las necesidades del barrio ni del sector.

Imagem 5



Fachada de algunas de las casas del barrio en 2016.

Fuente: casamitula.com.co; casamitula.com.co

Es por ello que la junta local del barrio tiene una gran importancia, y se busca siempre tener varias actividades que visan a una formación y acción política para la continuación por la lucha de vivienda, entendiendo vivienda, no solo como un techo, sino como el conjunto de elementos, instrumentos y equipamientos que fomente el desarrollo integral de las personas y las familias. (SALINAS & SILVA, 1994)

Políticas Públicas para la autogestión habitacional en Colombia

Actualmente existe regulada una vía para el acceso a vivienda

social por autogestión de manera colectiva y son las **OPV: Organizaciones Populares de vivienda**, la cual se define como una organización sin ánimo de lucro y fundamentada en la economía solidaria, cuyo objetivo es el de formular planes de vivienda social con participación popular o autogestión de sus miembros. Las familias miembro deben tener ingresos inferiores a 4 SMLV² (PCOL 2.757.816 = RL 2.600.00 aprox.) mediante la conformación de una asociación, comunidad, junta, etc., que estén en la misma situación de necesidad de vivienda y quieran trabajar mancomunadamente para este fin, según la Ley 9 de 1989. (GOBERNACIÓN DEL VALLE, s/d)

Según la Política Nacional de Vivienda y de Desarrollo Humano, hay algunos grupos vulnerables considerados como especiales y de prioridad para acceso a programas de este tipo, tales como: Desplazados, madres cabeza de familia, víctimas de desastres naturales o calamidades, hogares en reasentamiento, hogares de madres comunitarias, minorías étnicas indígenas y grupos de recuperadores de material reciclado. Para estos casos en específico, el **Fondo Nacional de Ahorro FNA** otorgará subsidio de vivienda sin necesidad de un ahorro programado anterior por parte de los miembros. (GOBERNACIÓN DEL VALLE, s/d)

Modalidades de construcción de vivienda por medio de las OPV

² Salario Mínimo Legal Vigente Colombia 2016 =689.454 pesos colombianos, aproximadamente = 670 Reales Br.

- **Sistema de autogestión o participación comunitaria**, por el cual todos los miembros de la OPV participan en la gestión técnica, administrativa, financiera del proceso de construcción o mejoramiento de vivienda.
- **Sistema de construcción por delegación**, por el cual la OPV puede contratar a un tercero (una constructora o personal de construcción) para la construcción del plan de habitación, sin embargo no puede delegar la gestión, administración ni planeación de las habitaciones siendo responsabilidad de la OPV.

Conclusiones

La ocupación de la tierra y la autogestión en la construcción de la vivienda ha sido la opción para las familias campesinas, que han migrado a la ciudad para escapar de las violencias del campo, o las dinámicas rurales que los han expulsado de su territorio, y de su actividad económica y cultural tradicional, que es la agricultura.

Igualmente es relevante ver el papel de los partidos y movimientos políticos, en el flujo migratorio campo-ciudad, así como en las luchas claves para la ganancia de derechos por parte de la población, cuando éstos amenazan los intereses de las elites, que un país como Colombia, la mayoría es terrateniente y extractivista, cosa que se condice con los altos niveles de violencia registrados en las zonas de mayor

producción ganadera, agrícola y de extracción mineral. La CENAPROV, ha sido víctima de persecución al igual que sus integrantes, por mayoritariamente estar afiliados al Partido Comunista, y por la búsqueda de brechas en la legislación que alcancen a que la población informal acceda a la tierra y a la formalidad.

Siendo así, se hace más que evidente la relación entre el campo, su éxodo, y el hinchamiento de las ciudades colombianas. Las formas de las ciudades y sus brechas son apenas un reflejo de las luchas internas en los campos del país. La ciudad, antes que comportar, rechaza a sus nuevos migrantes, y al igual que en el campo, los deja en una posición de abandono, violencias e insuficiencias. El barrio Policarpa, en Bogotá, se configura apenas como el primer retrato de lo que es la lucha por la tierra urbana, la vivienda y la lucha popular, y así como este barrio, hay otros tantos en Colombia y en Bogotá, que cuentan una historia que día a día se purga en la ciudad, que es no solo la falta de vivienda digna para el pueblo, sino los intereses privados que dominan sobre el territorio y que lo irán formando y deformando según intereses de mercado.

En ese sentido, saltan dos preguntas a analizar para su respuesta. Sin un freno a la lógica, leyes y accionares del sistema capitalista en el cual está inserto Colombia, y sin un proyecto de industrialización, ¿Es el campesinado y el agro en general una categoría en vía de extinción, pues los conflictos internos siguen desplazando a campesinos, responsables por el 70% de la producción alimentaria de Colombia? ¿Cuáles serán las estrategias y políticas para la ciudad, bajo el nuevo escenario del cese al

conflicto armado interno con la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-FARC-EP, si el clásico modelo de especulación no responde a las desigualdades que crearon esta y otras expresiones de protesta ante el sistema?

Bibliografía

GOBERNACIÓN DEL VALLE-SECRETARIA DE VIVIENDA Y DESARROLLO. **Organizaciones Populares de Vivienda-Instructivo**. Cali: Gobernación del Valle, s/d.

LOMBANA, Nelson. **Barrio Policarpa Salavarrieta 50 años: Lucha, resistencia y dignidad**, enero 18 de 2011. Disponible en: <https://nelsonlombana.wordpress.com/2011/01/18/barrio-policarpa-salavarrieta-50-anos-de-lucha-resistencia-y-dignidad/>. Accesado en: 1 de julio de 2016.

NARAJÓ, María Elvira. “Provienda, protagonista de la colonización popular en Colombia”. In: **Revista Historia y Memoria**, N° 9, Julio-Diciembre. Tunja: Unal, 2014. P. 89-118.

SALGAR, Daniel. “*Las Luchas del Policarpa*”. In: **El Espectador.com**. Bogotá: 24 de enero de 2011. Disponible en: <http://www.elespectador.com/noticias/bogota/luchas-del-policarpa-articulo-246894>. Accesado en: 1 de julio de 2016.

SALINAS, Claudia & SILVA, María. **Crónicas, vivencias y esperanzas de urbanistas descalzos: Barrio Policarpa Salavarrieta**. Bogotá: Uniandes, 1994.

**O Papel das Técnicas e das Normas na
Reconfiguração Territorial do Município de
Ipojuca/PE-Brasil**

Elias Gomes da Silva

O Papel das Técnicas e das Normas na Reconfiguração Territorial do Município de Ipojuca/PE-Brasil

Elias Gomes da Silva

Resumo

Este artigo busca entender as transformações territoriais pelas quais passa o município do Ipojuca localizado no Estado de Pernambuco-Brasil. Procurou-se compreender como as técnicas e as normas impostas verticalmente pelos agentes hegemônicos foram se articulado para adequar o território as necessidades do Mercado. Nosso estudo mostra que as profundas transformações que reconfiguram este território começam a partir de 1975 com a implantação do Complexo Industrial Portuário do Suape (CIPS) que gerou conflitos relativos ao uso e ocupação do solo. Observou-se que a comunhão entre Capital e Estado criou as condições necessárias para a instalação de um novo sistema técnico representado pelo CIPS e, normas que garantiram a adequação deste território ao imperativo do Mercado tendo como consequência um processo excludente de divisão do território.

Palavras-Chaves: Território; Meio-Técnico-Científico-Informacional; Formação Socioespacial.

Introdução

Elegemos o território como lócus de nossa análise pela importância que tem seu uso e apropriação pelos diversos agentes que o compõe. Importa-nos compreender seu uso e sua ocupação por estes agentes e, como as normas vão sendo utilizadas a fim de garantir que suas ações se concretizem. Destacamos em nosso trabalho as lógicas de espacialização das atividades econômicas tendo o território do município de Ipojuca como palco da proliferação do Capital, espaço apropriado pelos agentes hegemônicos da economia que comandam o Mercado tendo como aliado o Estado pois este se comporta como produtor de normas que legitimam as ações destes agentes. Partimos como propõe a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) de um resgate histórico na tentativa de compreender os conflitos socioterritoriais. Trabalhamos com a periodicidade proposta pelo Geógrafo Milton Santos (2006) no qual as variáveis técnicas são responsáveis diretas nas transformações ocorridas no território. Segundo, Santos cada período “*Pré-técnico ou natural, Técnico-Científico e Técnico-Científico-Informacional*” (2006: 87), pelo qual o município de Ipojuca passou geraram conflitos socioterritoriais responsáveis por novas configurações em seu território.

A formação socioterritorial do município de Ipojuca: O meio natural ou período pré-técnico

O município de Ipojuca está localizado no litoral sul do estado

de Pernambuco, corresponde a uma área de 527,32 km² aproximadamente 0,5% da área total do estado. A palavra Ipojuca vem do tupi-guarani *yapó-yuc* que significa “*água escura*”. A ocupação desse território é bastante remota data do século XV. Segundo o IBGE (1958) “*O distrito foi criado anteriormente a 1608 com a denominação de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. No entanto, sua criação oficial costa em 30/03/1843 pelo Decreto-Lei Provincial nº 152.*”

A ocupação deste território tem início com a colonização do Brasil. Para garantir de forma efetiva a conquista da colônia recém-descoberta e, com o intuito de facilitar sua exploração Portugal precisou dividir o território em Capitânicas Hereditárias que consistiam em imensos lotes de terra estendendo-se do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Quanto à natureza jurídica de posse da capitania tratava-se do “[...] *usufruto de suas terras e não a sua propriedade territorial, coerente mesmo com o caráter patrimonial do Estado português de então*” (SOUZA, 1999:13). Esses donatários das Capitânicas foram investidos de direitos sem, contudo, poderem vender os territórios recebidos. “*Os referidos direitos compreendiam fundar vilas, cobrar impostos e dominar tribos rebeldes*” (THOMPSON, 2014:19).

Intelectuais como Prado Júnior (2004) e Sérgio Buarque de Holanda (2013) apontam que a divisão do território em capitânicas foi o que de fato permitiu garantir a coroa portuguesa à posse efetiva do longo território. Nesse contexto:

Dois documentos estabeleciam deveres e direitos dos donatários: 1—A Carta de Doação, pelo qual o soberano concedia as terras aos capitães-mores, com direito de juro e herdade; 2 – O foral, fixando os direitos, foros e tributos respectivamente ao Rei e ao capitão-mor (THOMPSON, 2014: 20).

Portanto, estas Capitánias representaram a primeira divisão político-administrativa do território colonial. Foram estes donatários que ao chegarem às terras brasileiras iniciou seu povoamento dividindo a terra em lotes menores chamados de Sesmaria e as doando as pessoas de sua confiança. Estas doações eram concebidas a partir de Carta de Concessão, que constituiu o ato legal de legitimação da posse da terra:

Ficava, portanto, a apropriação da terra vazada em determinada forma jurídica, pois a designação sesmarias não se referia genericamente a qualquer forma de doação, mas, pelo contrário, subordinava-se especificamente a certos caracteres jurídicos (PRADO JÚNIOR, 2004:14)

Foi neste período que Ipojuca começou a ser transformado pela ação colonizadora europeia. Desta forma, a distribuição da terra neste município pode ser apontada como sendo o aspecto mais profundo que contribuiu para a transformação deste território no momento de sua colonização.

Nesta fase tem início no Nordeste o desenvolvimento da agroindústria açucareira, atividade econômica motriz que garantiu o sucesso das capitánias hereditárias, sobretudo em Pernambuco. Mattoso (2013) ao tratar das formas de exploração produtiva estabelecidas no

território de Ipojuca na época de sua colonização afirma que:

Os primeiros engenhos de Ipojuca surgiram de sesmarias concedidas por Duarte Coelho e seus sucessores que aqui aportaram. Essas concessões tinham objetivo claro: era desejo de Duarte Coelho transformar sua capitania em um polo produtor de açúcar (MATTOSO, 2013: 40)

Logo, o meio natural encontrado em Ipojuca sofreu suas primeiras transformações causadas pelas ações de ordem jurídicas e técnicas impostas pelos colonizadores. Os europeus ao desembarcarem na América trouxeram “[...] *uma concepção de modernidade assente em suas próprias experiências e técnicas, em gerais imbricadas numa forte noção de controle e regulação.*” (ANTAS JÚNIOR, 2005:81).

Contudo, ainda nesse momento, o meio que predominava era o meio natural. Porém, esse meio natural, que os portugueses encontraram em Ipojuca foi se transformando a partir da solidariedade entre as possibilidades técnicas (mesmo que rudimentares) e as ações políticas normativas impostas pelos colonizadores.

Desta forma, fica evidente que, além das normas presentes no Tratado de Tordesilhas (1494) e das Cartas de Concessões das Sesmarias (1532) os objetos instalados neste território, também, foram essenciais para os objetivos dos colonizadores.

O período técnico-científico

Na passagem do século XVII para o século XVIII aconteceram mudanças profundas em todo o território, fatos como a transferência do

governo metropolitano português para a colônia (1808) e a abertura dos portos neste mesmo ano deu à colônia uma aparência de prosperidade. Todavia, eram só aparência de otimismo, pois.

En los primeros años del siglo XVIII, extensas regiones de las fronteras de expansión de las plantaciones esclavistas de azúcar en Pernambuco ya eran conocidas e identificadas como espacios de hombres y mujeres que sobrevivían precariamente" (PALACIOS, 1998: 23)

Como podemos perceber se por um lado as elites financeiras desta época viviam um clima de otimismo o mesmo não se pode falar da população que viviam do cultivo da terra principalmente na região nordestina, onde diversas cidades se encontravam em uma completa situação de pobreza. No município de “Ipojuca combinaban en sus jurisdicciones una cada vez más deprimida agricultura esclavista de plantación con esquemas campesinos de pequeños plantíos de agricultura alimentaria” (PALACIOS, 1998:26). Portanto, foram essas contradições econômicas, políticas, sociais e espaciais as responsáveis por diversos conflitos agrários que aconteceram em terras brasileiras e que, junto com as normas jurídicas e ações técnicas manipuladas pelos agentes hegemônicos levaram a um aprofundamento na reconfiguração do território nacional, em nosso caso, especificamente, no território da cidade de Ipojuca.

Neste momento da história aconteceu à substituição das ferramentas manuais pelas máquinas e conseqüentemente transformou o

modo de produção doméstico no modo de produção fabril. Portanto, “*Os últimos anos do século XVII e os primeiros do século XVIII foram uma época de interesse crescente em mudanças tecnológicas e poupadoras de despesas*” (SCHWARTZ, 1988: 119).

Portanto, as revoluções tecnológicas ocorridas neste período, fomentada pelo espírito capitalista, propiciou a mecanização dos sistemas de produção atingindo diretamente o território de Ipojuca. A importância dessas mudanças técnicas no complexo industrial canavieiro, representado pelas usinas, para a cidade de Ipojuca se encontra no fato deste ter sido determinante na formação de sua estrutura socioeconômica e na configuração do seu território. É a partir do poder expansivo dessas usinas que:

A grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas. Tal fato tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social. (ANDRADE, 1996:113)

Todavia, devido às várias crises neste sistema de produção e a consequente baixa dos preços no açúcar no comércio internacional fizeram muitos senhores-de-engenho encerrar suas atividades industriais. Nesta fase, os engenhos que representavam latifúndios foram divididos em pequenas propriedades e alugadas a foreiros que passou a produzir cana-de-açúcar em pequenas porções de terras.

Ipojuca a partir dessa nova divisão do território em parcelas menores e, do predomínio dos diversos meios técnicos na configuração

do seu território sofrerá uma mudança radical na sua paisagem. Nesse período a cidade de Ipojuca:

Era um espaço tipicamente agrícola, no qual predominava a monocultura da cana-de-açúcar. No Nordeste e mais especificamente da Zona da Mata, pode ser observado que o processo de organização desse espaço esteve ligado à produção da monocultura da cana-de-açúcar (ANDRADE, 1996:104)

Tais mudanças carregadas de um forte aparato técnico-científico ao se estabelecerem no município de Ipojuca transforma seu território utilizando-se de um forte sistema normativo. Desta forma, se quisermos compreender como o uso e a ocupação do território do Ipojuca vai se transformando em favor das grandes empresas instaladas no CIPS em detrimento da população que vive ali, se torna imprescindível conhecer os sistemas técnicos e normativos que fazem parte desta dinâmica. Temos claro que as empresas instaladas no CIPS visa única e exclusivamente o acúmulo do capital, sem preocupação com as transformações por que passa o território do Ipojuca, temos claro também que este processo acontece com a anuência das várias esferas de governo (União, Estado e Município) em suas formas diferentes de poder (legislativo, executivo e judiciário). Esta dinâmica na qual Capital e Estado se encontram para criar condições de adequação deste território ao imperativo do Mercado se intensifica no atual estágio da globalização, o “período técnico-científico-informacional”

O período técnico-científico-informacional

Os sistemas técnicos e normativos impostos em Ipojuca nos dois primeiros períodos se intensificam no atual período técnico-científico-informacional. No contexto contemporâneo podemos falar que além da densidade técnica há, também, uma forte densidade normativa que regular o território. Logo, "*[...] o funcionamento dos objetos técnicos, hoje altamente especializados, é assegurado pela imposição, simultânea, de normas técnicas rígidas visando à fluidez do espaço*" (SILVEIRA, 1997:37). Tal regime de regulação de forma densa, vista no atual período, é fruto da complexidade das ações realizadas pelos objetos técnicos contemporâneos. Antas Júnior afirma que:

As ações só se realizam por meio da técnica e da norma, sobretudo atualmente, quando as ações se tornaram sobremaneira complexas e estão divididas em uma grande quantidade de etapas realizadas por objetos técnicos e definidas igualmente por um detalhado ordenamento de normas, sejam elas jurídicas, técnicas ou morais (2003:80)

Portanto, assistimos, na atualidade, a cidade de Ipojuca ser tomada por um complexo e crescente sistema técnico regulado por um sistema normativo que vão dialeticamente agindo, de forma intensiva, na reconfiguração do seu território. As normas e as formas se associam compondo duas ações opostas "*[...] uma ação globalizada como norma, um território local como norma e uma variedade de situações intermediárias*"

(SANTOS, 2012:169).

Neste embate, onde de um lado encontram-se as normas e as formas corporativas oriundas de uma lógica exógena globalizada que carrega em si os interesses dos grandes conglomerados capitalistas e, do outro lado encontram-se os agentes que constitui o espaço local cuja lógica é aquela da sobrevivência diária e de um fazer solidário, assistimos as transformações que a cidade de Ipojuca sofre a partir da ocupação e usos do seu território. Dessa forma, Ipojuca se especializa passando por profundas transformações estruturais ao mesmo tempo em que seu território sofre um intenso processo de fragmentação. Este município apresenta um ritmo de crescimento econômico acelerado, porém, a concentração de renda no município ainda persiste. Logo, a estruturação da atividade industrial em Ipojuca trouxe profundas transformações para o seu território. Como consequência diversos conflitos socioterritoriais se instalam.

Estes conflitos estão levando o município a vivenciar uma fragmentação socioterritorial responsável por uma divisão da cidade em partes e, apresentam padrões de uso e ocupação do solo bem definidos e delimitados. Porém, se há parcelas do território que se modernizam há outras que não atendem aos interesses e às necessidades mais básicas de parcelas dessa população. Desta forma, *“Ipojuca convive com a existência de grandes bolsões de miséria, onde as condições socioeconômicas de grande parte da população são extremamente precárias.”* (FRANÇA, 2007:67). Esse contexto é reforçado por uma fragilidade nas normas que regulamentam os usos

desse território. “*Muito desses conflitos estão relacionados às fragilidades dos instrumentos de regulação do território.*” (MEDEIROS, 2014: 78).

Portanto, é a partir da instalação do CIPS, em conjunto com o sistema normativo que este megaprojeto se impõe no município do Ipojuca e, como se deu de maneira verticalizada trouxe mudanças profundas na paisagem deste território. O quadro atual nos mostra que o território deste município está permeado por uma conjunção de forças movidas por interesses diferenciados cujas relações estabelecidas no processo de apropriação desse território refletem relações de poder (político, econômico, social, espacial). Neste jogo de forças o Estado não é uma instância à parte que se posicionaria de forma neutra e em nome dos interesses coletivos, muito pelo contrário, ele assume uma postura de classe, em favor dos interesses de determinadas frações do capital.

Considerações Finais

Procuramos mostrar as transformações territoriais pelo qual passou o município de Ipojuca ao longo da história. Observamos que reconfigurações territoriais se aprofundaram de forma intensiva a partir da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e acontece através de um processo no qual um complexo sistema técnico entrelaçado a um sistema normativo vão dialeticamente agindo de forma constante sobre o município. Esta dinâmica levada a cabo pelos agentes hegemônicos da economia, tendo como aliado o Estado vai adequando parcelas deste território a favor das grandes empresas instaladas em

Suape em detrimento de outras parcelas ocupadas pelo contingente mas pobre da população. Vimos que na atualidade o uso do território de Ipojuca é orientado e direcionado por um grupo privilegiado de agentes econômicos que se pautam sob a lógica do exclusivismo socioespacial significando a negação da cidade enquanto totalidade o que acaba por reconfigurar este território segundo as conveniências destes atores hegemônicos reduzindo, desta forma, o espaço a uma condição de mercadoria onde o município é tratado como um simples produto de negócio.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel C. **Poder Político e Produção do Espaço**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife. 1984

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1996.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mende. **Território e Regulação: Espaço Geográfico, Fonte Material e Não-Formal do Direito**. Associação editorial Humanista – FAPESP. São Paulo. 2005.

FRANÇA, Ana Lúcia Gonçalves de. **O Turismo em Porto de Galinhas – PE: Políticas de Desenvolvimento e o Desafio da Sustentabilidade**. Dissertação do Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais. UFPE. Recife. 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das letras. São Paulo. 2013.

IBGE. **Enciclopédia Dos Municípios Brasileiros**. Rio De Janeiro: Ibge, 1958. V. 18.

MATTOSO, Arnaud. **IPOJUCA: Passado, Presente e Futuro do Município que mais cresce em Pernambuco**. Ed. Carpe Diem. Recife. 2013.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. & Et. **Os Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS nos Municípios do Cabo e Ipojuca**. ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014.

PALACIOS, Guillermo. **Cultivadores Libres, Estado y Crisis de la Escravitud en Brasil en la Época de la Revolución Industrial**.

Fundo de Cultura econômica. México. 1998

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2004

_____. **Evolução Política do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo. 1984

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1973.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. EDUSP. São Paulo. 2012.

_____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia, Nº 54. São Paulo. Jun.1977

SCHWARTZ, Stuart, B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835**. 3ª. Ed. Companhia das Letras. 1988

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos Socioambientais e Participação Social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**.

Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2010.

SILVEIRA, Maria L. **Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade**. *Ciência Geográfica*, Bauru, AGB, v. 15, n.1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

_____. **Concretude Territorial, Regulação e Densidade Normativa**. EXPERIMENTAL, Nº2 São Paulo. 1997.

SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. **Breve Passeio Pela História do Direito Brasileiro, Passando Pelos Tributos**. Brasília. 1999

THOMPSON, Celso Pércles Fonseca. **Com Quantas Naus se Faz um País?** Em: *História do Direito Brasileiro*. Org. Moura, Solange Ferreira de. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

**Algumas Considerações Sobre a Compartimentação
do Município de São Paulo**

Pedro Lucas Gil Silva e Fellipe Carvalho

Algumas Considerações Sobre a Compartimentação do Município de São Paulo

Pedro Lucas Gil Silva

Fellipe Carvalho

Resumo

O presente trabalho problematiza o modelo de regionalização empregado pela administração pública, bem como por outras instituições, públicas e privadas, ao território do município de São Paulo frente à realidade observada no nível cotidiano de seu espaço urbano e à luz do contexto da globalização.

Palavras-chave: Compartimentação; São Paulo; Globalização.

Introdução

Vivemos uma turbulenta crise do modelo político da democracia representativa a nível global. A recente escalada da direita populista em todo o mundo nos deixa em estado de alerta quanto ao que nos aguarda no futuro. De um lado observamos a emergência de discursos ultrapassados transvestidos de opção em meio a um cenário de crises cada vez mais recorrentes, que colocam em xeque o projeto liberal globalizador que anseia por homogeneizar o mundo (SANTOS, 2000).

Este intento seria o ponto principal no agravamento das crises, uma vez que, frente às instabilidades postas, aquelas identidades tradicionais que deveriam ser suplantadas pelo discurso totalizador

acabam por emergir, recusando-se a dar passagem para a homogeneização (STUART, 2000), criando assim um clima de conflito entre diferentes projetos, em diferentes escalas.

Outro fator que também colabora para uma descrença coletiva no projeto globalizador, é o aumento brutal da concentração de renda, ainda que nos últimos anos tenhamos observado, sobretudo no caso brasileiro, um grande número de pessoas que saíram da linha da miséria, os níveis de desigualdade aumentam cada vez mais, culminando no cenário que observamos hoje, em que o 1% mais rico da população mundial possui renda superior ao todo restante (HARDOON, 2015).

A realidade posta pela globalização é demasiado complexa para ser esgotada neste breve ensaio, além de não ser o foco de nossa análise. Esta introdução, contudo, é importante para embasar nossa argumentação, a partir de uma breve descrição do mundo contemporâneo, bem como de seus principais paradigmas. Propomo-nos aqui então a desvendar qual a relevância de compreendermos os processos envolvidos na reprodução do capitalismo global e sua influência nas dinâmicas espaciais da capital paulista, para depois tratar de alguns aspectos que envolvem a questão da compartimentação e regionalização no território do município de São Paulo.

O cenário político no contexto da globalização

A centralidade das técnicas de comunicação no desenvolvimento deste processo (SANTOS, 2000) ajuda a explicar porque em diferentes

países observamos discursos políticos tão semelhantes. Não é por acaso que vemos nos últimos anos uma escalada de discursos anticomunistas, mesmo após quase três décadas depois da queda do muro de Berlim, marco da derrocada da URSS, última grande potência comunista com um projeto de expansão dos ideais socialistas. Além também de vermos políticos de diferentes países proferindo insultos direcionados aos mesmos movimentos sociais, como é o caso do feminismo.

Ainda no plano da política institucional, observamos uma crescente descrença no modelo democrático representativo, expressa pela quantidade de votos nulos e abstenções, que a cada novo pleito obrigam os poderes judiciários a desenvolverem grandes campanhas que mostram a necessidade dos cidadãos participarem do processo.

Essas são algumas das evidências que atestam a necessidade de repensarmos o modelo político posto, de forma a reorganizar o pacto social. Avaliar até que ponto a democracia liberal corresponde aos paradigmas da globalização, o que não significa sujeitar a sociedade às imposições do capital privado, uma vez que ainda é necessário que o Estado atue em diversos níveis, dada a sua legitimidade com relação à administração dos bens públicos (CASTELLS, 1999) e ao resguardo das concepções que constroem os princípios de igualdade e isonomia (GUEHENNO, 2003).

Em meio a todas as problemáticas ligadas a globalização aqui expostas, fica evidente a necessidade de repensar as categorias e os métodos de análise espacial, de modo a dar conta desse novo e

conturbado contexto no qual vivemos (MOREIRA, 1997), sempre buscando estender a cidadania de forma ampla e irrestrita a todos os habitantes da cidade.

Para além dessas influências do contexto da globalização, a cidade de São Paulo por si só já foi estruturada a partir de um urbanismo perverso e extremamente acelerado (SANTOS, 2005), que acabou por consolidar desigualdades que alimentam conflitos constantes que já fazem parte de seu cotidiano, marcado pela tensão constante proveniente do contato com os espaços marginalizados.

A partir deste cenário, analisaremos a compartimentação do território do município de São Paulo, buscando observar como a divisão em zonas cardeais reconhecida por órgãos públicos e pela população em geral se articula com a realidade cotidiana e se de fato auxiliam na apreensão das dinâmicas espaciais ali postas, levando em consideração a tendência de diversificação das identidades, bem como do reforço das tradições, processos que inspiram o agravamento de um momento de crise, sobretudo quando aliados a uma realidade já abalada por desigualdades sociais seculares.

A complexidade e heterogeneidade das dinâmicas espaciais no território paulistano

Um aspecto que chama a atenção na paisagem paulistana é a heterogeneidade de sua composição. É emblemática uma fotografia que retrata um condomínio de alto padrão que possui uma favela literalmente

colada em seus limites. Essa dinâmica também não escapou aos nossos olhares. Para além das contradições visíveis, é necessário tomar em conta a centralidade da metrópole em relação não apenas ao estado de São Paulo, como também ao restante do Brasil e da América Latina.

Na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, o CEAGESP, uma espécie de centro de distribuição de alimentos da administração municipal, nos ajudou a verificar essa relação. Para ali convergem as produções não apenas da região rural da cidade, como também de regiões mais distantes, desde a escala nacional até a global. Sendo assim, o CEASA, como também é conhecido, constitui um ponto de grande importância em uma rede que extrapola diversos limites territoriais. É importante ressaltar ainda que essa relação não se limita apenas às dinâmicas comerciais que ali se desenvolvem, uma vez que a localização estratégica ao lado de uma das maiores vias rodoviárias da cidade, a Marginal Pinheiros, e da Linha 9 Esmeralda da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), também contribui com a atração de mão de obra dos rincões mais distantes do município, assim como das outras cidades que compõem a região metropolitana, como Itapevi, Osasco e Barueri, e que estão próximas.

Já no centro financeiro da cidade, nas dependências da BOVESPA, a Bolsa de Valores de São Paulo, que recentemente se fundiu com a BM&F, Bolsa de Mercadorias e Futuros, sagrando o posto de maior bolsa da América Latina, pode-se observar o local onde são negociadas ações de empresas brasileiras e estrangeiras, além

mercadorias futuras, atribuindo assim, grande importância frente ao mercado financeiro global.

Aquela região corresponde ao centro financeiro não ao acaso, uma vez que se observa a presença de diferentes instituições bancárias, além de sedes de órgãos ligados ao poder público, que contribuem por lançar às ruas ao entorno uma torrente de pessoas em trajes executivos. E é em meio a este cenário que, imersos na dinâmica cotidiana que supera a análise limitada a leituras, percebemos que o centro financeiro não está apenas sujeito aos fluxos econômicos globais. É possível enxergar uma variada gama de atores que compõem o cotidiano daquele local, como vendedores ambulantes, moradores de rua, turistas, transeuntes que podem de fato estar ali por conta das dinâmicas financeiras, como também apenas utilizando as vias de passagem.

Uma importante evidência neste sentido é o fato de o pregão da BOVESPA operar hoje apenas pela internet. Aquela memorável cena do pregão lotado de corretores que gritam entre si já não corresponde à realidade. Mas apesar disso não houve um esvaziamento daquela região do centro de São Paulo, o que pode indicar a existência de outras dinâmicas que fogem a nossa análise dada à limitação de dados. O que podemos de fato afirmar a partir dessa observação, que embasamos desde a visita à CEAGESP, é que, dado o tamanho da cidade e a variedade de relações que ali se desenvolvem, torna-se extremamente complicada a regionalização do território.

Diferentes intencionalidades que podem se complementar, se

chocar ou até mesmo se ignorar, compartilham o mesmo espaço. Está aí o grande desafio da administração pública na contemporaneidade. Não é viável, do ponto de vista do planejamento, pensar a cidade como um todo homogêneo, mas qual seria a melhor escala a ser levada em conta na compartimentação territorial? Quais as características inerentes a cada uma dessas pequenas regionalizações e quais se articulam com outros locais, afetando cotidianos tão distantes?

Ainda na região central, observa-se o Pátio do Colégio, local que marca a fundação da cidade e que colabora para a nossa percepção de quão heterogênea é a paisagem urbana em São Paulo. Apesar de ainda estarmos no centro da cidade, e em realidade a apenas alguns quarteirões de distância, pode-se um importante ponto da rede global do mercado financeiro e um local tombado como patrimônio histórico da cidade, estabelecidos em meio a um enorme fluxo de pessoas de diferentes bairros, cidades, países e status sociais, com diversas intencionalidades, possibilidades e limitações.

As compartimentações do espaço: o papel do planejamento territorial

Quanto aos processos de compartimentação do território do município de São Paulo, existem inúmeros modelos de divisões territoriais, propostas e efetivadas sejam por órgãos planejadores estatais ou empresas privadas prestadoras de serviços públicos. A incompatibilidade entre essas divisões *“torna muito difícil a compreensão dos*

propósitos, critérios e significados de cada uma das compartimentações” (HIDALGO, 2013, p.100). Neste sentido, é flagrante a necessidade e a importância de uma classificação das divisões territoriais que dê conta de abordar o difuso e complexo quadro que se apresenta no espaço urbano paulistano.

Essa atual divisão que se apresenta no Município de São Paulo, em Distritos, “configura-se como uma regionalização municipal, elaborada para a criação de uma base territorial para gestão e para coleta de dados estatísticos” (HIDALGO, 2013, p.95). A partir daí é possível considerar que muitas dessas divisões territoriais de São Paulo são regionalizações, pois se tratam justamente “de recortes espaciais que visam fins específicos de controle e gestão territoriais e são obtidos segundo os critérios e necessidades dos órgãos que os elaboram” (HIDALGO, 2013, p.46). Aqui apresentamos a ideia de regionalização como um tipo de divisão territorial com finalidade específica, mais prática – segundo classificação de Lysia Bernardes (1970) –, servindo para controle e gestão do território por determinados órgãos, governamentais ou não, visando o auxílio ao planejamento territorial, principalmente no que diz respeito ao levantamento e à organização de dados estatísticos.

Assim, a “regionalização, enquanto divisão territorial efetuada pelo Estado para controle do território, é aplicável ao contexto de um município, pois não há escala específica para esse processo” (HIDALGO, 2013, p.45). Sem a pretensão de neste artigo nos

aprofundar na ampla e complexa discussão que envolve o conceito de região, consideramos importante ao menos partir de algumas questões, levantadas por Haesbaert (2010), referentes à relação entre a região e as dinâmicas de globalização e fragmentação, e o que se denomina de regionalidade. Parte-se então da ideia de região como uma construção realizada por diferentes sujeitos sociais e como *“produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação”* e dos processos de diferenciação socioespacial (HAESBAERT, 2010, p.7); e de regionalidade como:

[...] a criação concomitante da ‘realidade’ e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas. (HAESBAERT, 2010, p.8)

A partir dessa ideia de regionalidade entende-se melhor a problemática – que também é tratada, de certa maneira, por Hidalgo (2013) – da regionalização no que diz respeito à dificuldade de delimitação de distritos ou áreas de atuação dentro do território do município de São Paulo, adversidade essa que se agrava sem a garantia de participação popular. Essa atuação, se garantida e efetivada, facilitaria talvez os processos de regionalização mais ligados com as “regionalidades” dessas áreas, ou seja, provavelmente se levaria mais em conta aspectos que Haesbaert (2010, p.17) afirma serem necessários na análise regional:

[...] qualquer análise regional que se pretenda consistente [...] deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material - “natural”) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) – em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação.

Ao pensarmos o caso do município de São Paulo, nos deparamos com um cenário no qual o processo de regionalização segue claramente uma lógica de “des-articulação”, pois se observa facilmente a ocorrência desses processos segundo interesses de determinados grupos, que não necessariamente, e dificilmente, representam a maioria da população. Nesse sentido, “sem dúvida, o que representa articulação para uns pode representar desarticulação para outros” (HAESBAERT, 2010, p.21). Os planejamentos vêm sendo elaborados e executados segundo interesses específicos, atuando de modo setorial, ignorando a totalidade do território e suas categorias de análise – forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 2004) – o que acaba contribuindo, em muitos casos, na (re) produção de desigualdades socioespaciais.

Um planejamento territorial mais progressista demandaria uma política de Estado realmente preocupada com a sociedade, diferente da que se vê atualmente no Brasil, como ressalta Milton Santos (1997), onde a política está mais preocupada com os interesses privados de determinados grupos sociais, com a reprodução do capital, não se

importando com as condições de vida da maioria da população, e enxergando o território através de uma ótica setorial e utilitária.

Um primeiro passo, modesto, mas talvez significativo, que redirecionou um pouco a maneira de se planejar o território do município se deu durante o mandato de Fernando Haddad, com a aprovação de um Plano Diretor Estratégico (PDE) que ficou marcado pela maior participação popular e por manifestações e forte pressão de movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que reivindicavam o direito à moradia. Ainda assim, a influência de alguns setores empresariais privados, como por exemplo, o mercado imobiliário, foi, como era de se esperar, bastante expressiva no processo de aprovação do PDE (ISAÍAS; COELHO, 2015).

A dificuldade de se trabalhar então a partir da classificação das compartimentações do município de São Paulo se torna evidente, devido principalmente a essa heterogeneidade do território e à dinâmica imbricação dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que ali se dão. Com isso, pensar o território além de suas práticas concretas é imprescindível, contudo, admitindo sempre sua importância, pois “é tão perigoso reduzir regionalizações a meras construções intelectuais quanto a práticas concretas” (HAESBAERT, 2010, p.17), ou seja, é necessário certo equilíbrio nesse sentido, o que pode ser garantido com análises que considerem e reconheçam a complexidade que envolve as relações dialéticas socioespaciais.

Referências Bibliográficas

- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **Regionalização**. Fundação IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970. p.121-131.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GUÉHENNO, Jean-Marie. **O futuro da liberdade**: a democracia no mundo globalizado. Bertrand Brasil, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Região, Regionalização e Regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, n.3, jan/jun 2010. p.2-24.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARDOON, Deborah. **Wealth: Having it all and wanting more**. 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf>. Acesso em 17 nov 2016.
- ISAÍAS, Thaís Lopes S.; COELHO, Helena Carvalho. O Processo de Aprovação do Plano Diretor de São Paulo: o papel dos movimentos sociais. *In* **XXIV Congresso Nacional do Conpedi**. Belo Horizonte, 2015. p.541-557.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, n. 6, p. 1-11,

1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

_____. Da Política dos Estados à Política das Empresas.

Cad. Esc. Legisl. Belo Horizonte, 3(6): 3-191, jul/dez, 1997, p.9-24.

_____. **Por uma Geografia Nova:** da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.

**CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo, Ou: “Shopping
Center”?**

Marcos Afonso Lopes Ziemann

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, Ou: “Shopping Center”?

Marcos Afonso Lopes Ziemann

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a construção de reflexões acerca da funcionalidade e operacionalidade da **Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)**, bem como tentar entender o grau de suas contribuições para o desenvolvimento regional de seu entorno, especificamente no entreposto da capital de São Paulo que, por ser uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representa um dos mais importantes elos na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas para toda a região da grande São Paulo e demais municípios do entorno.

Palavras-Chaves: CEAGESP; São Paulo; Abastecimento.

Introdução

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) surgiu em maio de 1969, da fusão de duas empresas mantidas pelo governo do Estado de São Paulo: o Centro Estadual de Abastecimento (**CEASA**) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado

de São Paulo (**CAGESP**). A Companhia, que centralizava o abastecimento de boa parte do país, rapidamente consolidou sua atuação nas áreas de comercialização de hortícolas e armazenagem de grãos, tendo atualmente como principal produto armazenado; açúcar a granel.

A rede de armazenagem acompanhou o crescimento da Companhia e em 1970, foram construídos os primeiros silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para guardar produtos agrícolas) horizontais do país, acoplados a graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel).

Dessa forma, a companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados. Mas, essa garantia ficou no passado, pois atualmente não é o que se pôde evidenciar, uma vez que o CEAGESP se apresenta como uma instituição obsoleta, pois suas instalações não conseguiram acompanhar as evoluções tecnológicas que ocorreram, principalmente nas duas últimas décadas.

A cada período, novos conteúdos se sobrepõem a esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que é o espaço (SANTOS, 1991). Hoje, esses acréscimos de ciência, técnica e informação definem a constituição e o refazimento dos lugares. Todavia, como a modernidade é seletiva, não impõem todos os objetos e as ações e, por isso, cada lugar é diferentemente tocado pelo processo modernizador, tanto nos seus aspectos

formais quantos nos funcionais. Podemos pensar que não existe espaço global, mas espaços da globalização. Parafraseando Aristóteles, o global nunca se dá como um todo (SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. 1991, p.10).

Porém, mesmo estando obsoleta, para se ter uma noção da dimensão desta empresa, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos e graneleiros do Estado de São Paulo. Conta também com a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina. Entretanto, suas instalações não mais suficientes e muito menos adequadas para atender às demandas existenciais dos múltiplos milhões de habitantes da Grande região funcional metropolitana de São Paulo.

O Entrepósito Terminal São Paulo (ETSP), situado na Zona Oeste da capital paulista, em uma área total de 700.000 m². Com uma área comercial de 126.000 m² e área construída de 271.000 m² com 54.000 m² reservados para estacionamento; com 41 galpões de comercialização que oferecem espaço comercial para 2.700 permissionários (atacadistas) e 300 (varejistas), garantindo 450 empregos diretos e 18.000 empregos indiretos.

Porém, o que não foi possível deixar de perceber imediatamente, quando ali estivemos presentes, foi as péssimas condições de trabalho em que são expostos os milhares de trabalhadores que exercem suas inúmeras funções trabalhistas ali, todos os dias. A CEAGESP, deixando

de funcionar apenas em duas datas no ano, que são; na manhã do dia 25 de dezembro e a noite do dia 31, também de dezembro, leva a seus funcionários à escala de trabalho no mínimo exaustiva, uma vez que as folgas (quando existem) muitas vezes são em dias alternados.

A CEAGESP conta também com 03 bancos, 100 lojas, 02 restaurantes e 27 quiosques de alimentação. E, circulam diariamente pelo local, cerca 50 mil pessoas e 12 mil veículos.

Segundo Milton Santos (1985), para se compreender a organização espacial e sua evolução, quer dizer, a evolução da totalidade social espacializada, torna-se necessário que se interprete a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma. Estas são categorias analíticas que permitem a compreensão da totalidade social em sua espacialização; *“como os homens organizam sua sociedade no espaço, e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças”* (SANTOS 1995, p. 53).

No final dos anos 70, a empresa iniciou o processo de descentralização, com a inauguração, em São José do Rio Preto, da primeira unidade de comercialização fora da capital. Atualmente, a Companhia mantém 12 centrais de abastecimento no interior, próximas a polos de produção e consumo. Na mesma época, a CEAGESP também investiu no atendimento ao consumidor. Em 1979, criou o primeiro varejão com produtos frescos a preços controlados. Em 1983, vieram os sacolões para vender legumes e verduras por quilo a preço

único. Em 1984, surgiram os comboios que funcionaram como pequenos varejões. Finalmente, em dezembro de 1994, houve a implantação do varejão noturno no ETSP.



Foto aérea do CEAGESP na Cidade de São Paulo.

Em março de 2015, por meio do decreto presidencial 8.417/2015, a CEAGESP saiu do Plano Nacional de Desestatização (PND). A decisão partiu do entendimento da viabilidade da Companhia como empresa pública e, conseqüentemente, da importância do poder público no desenvolvimento e na aplicação de políticas específicas para o setor de abastecimento de frutas, legumes, verduras, pescados, flores e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos). Soma-se a isso ainda o fato de que, nos últimos anos, foi demonstrado que ela pode funcionar

com eficiência e equilíbrio financeiro, a partir de uma gestão com maior autonomia.

Para Sandra Lencioni; *“em muitas análises, a região passou a ser vista como produto de uma divisão social do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista”* (LENCIONI 2005 p.196).

Porém, o que se pode evidenciar é que, sem os préstimos da CEAGESP, não seria possível uma cidade idêntica a São Paulo desenvolver-se e muito menos, simplesmente, continuar existindo. Já para o professor, escritor e geógrafo Roberto Lobato Corrêa;

Uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização e outras relações espaciais. As regiões elaboradas anteriormente à guerra são desfeitas, ao mesmo tempo que a ação humana, sob a égide do grande capital, destrói e constrói novas formas espaciais, reproduzindo outras: rodovias, ferrovias, represas, novos espaços urbanos, extensos campos agrícolas despovoados e percorridos por modernos tratores, *shopping centers* etc. Trata-se de uma mudança tanto no conteúdo como nos limites regionais, ou seja, no arranjo espacial criado pelo homem (CORRÊA, 2000 p.09).

Não é possível deixar de destacar a respeito da influência que o entreposto também exerce em todo o território nacional, uma vez que, a CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários Estados Brasileiros, inclusive de vários outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade, é o que afirmam seus gestores.

Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entre postagem. Ainda seguindo a mesma linha de raciocínio, para o professor Roberto Lobato Corrêa;

Os estudos de geografia regional ou de área são realizados dentro de propósitos preestabelecidos. A partir de uma referência teórica, como a das localidades centrais ou a do uso agrícola da terra, ou de um suposto problema, como o do desenvolvimento regional, estuda-se um segmento da superfície da Terra. Isto quer dizer que a área é vista como laboratório de estudos sistemáticos, realimentando os referenciais teóricos que estes formulam. Assim, na *nova* geografia, estudos sistemáticos e de área não se distinguem entre si: mais do que uma complementação, eles são, em última instância, a mesma coisa (CORRÊA 2000 p.22).

A realidade

Infelizmente, eficiência e equilíbrio não são o que se apresenta realmente na atualidade, por este motivo, pudemos observar que o CEAGESP vem acumulando um saldo negativo em sua balança comercial há muitos anos. Também pudemos tomar ciência e observar as especificidades dos processos de regionalização que passou e passam os municípios do interior e capital do Estado de São Paulo. Porém, é importante neste ponto que coloquemos o conceito de *Regionalização* como um processo de divisão do espaço em partes [...] que, para Rogério Haesbaert, em seu texto denominado: “*Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*” apresentam;

A *regionalização*, enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas, e a *regionalidade*, enquanto propriedade do ‘ser’ regional (especialmente em sua dimensão simbólica e vivida), enfrentam hoje, num mundo *globalizado*, reconfigurações que atestam uma crescente complexidade em termos do seu *desenho espacial* e do entrecruzamento dos sujeitos e dimensões que as constroem. A *região*, assim, deve ser vista muito mais dentro de um processo *mutável* de *desarticulações*, em rede (num jogo nem sempre coincidente entre coesões funcionais e coesões simbólicas), do que nas formações zonais integradas e bem delimitadas com que tradicionalmente era trabalhada (HAESBAERT; 2010 p.02).

Ainda segundo o engenheiro agrônomo Hélio Watanabe; a exclusão do PND abriria um novo tempo para a CEAGESP, que poderia se ver livre de determinadas amarras que dificultam seu gerenciamento, como a impossibilidade de firmar parcerias tanto públicas quanto privadas e de ter acesso à linha de créditos para investimentos. Com isso, seria possível viabilizar vários projetos de modernização dos entrepostos e dos armazéns da Companhia. Afinal, todos os investimentos na infraestrutura, manutenção, administração etc., feitos até então, são provenientes exclusivamente da receita obtida com o aluguel e taxas pagas pelos atacadistas e varejistas (permissionários), que utilizam o espaço dos entrepostos, bem como pelos serviços prestados de armazenagem.

Das normas

De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social, é de competência da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP):

I. Guardar e conservar mercadorias de terceiros, em armazéns, silos e frigoríficos, executando serviços conexos e praticando também quaisquer atos pertinentes aos seus fins, e na forma da legislação em vigor, emitir recibos de depósitos, conhecimentos de depósitos e “warrants” das mercadorias armazenadas; **II.** Instalar entrepostos para, sob a sua administração, no âmbito do sistema estadual do abastecimento, permitir o uso remunerado de seus espaços a terceiros que visem a comercialização dos produtos do agronegócio, tais como, agropecuários, avícolas e pesqueiros, executando ainda serviços conexos e praticando quaisquer atos pertinentes aos seus fins; **III.** Operar a sala de vendas públicas na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; **IV.** Elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico; **V.** Comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente; **VI.** Qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio; **VII.** Permitir o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais, a terceiros, para outras atividades correlatas ou afins sem prejuízos das atividades dos incisos I e II.

Seguindo ainda os preceitos de transparência e responsabilidade

social de qualquer companhia pública são listados, a seguir, os objetivos, missão, visão e o código de ética e normas de conduta da CEAGESP, onde seu objetivo seria executar e controlar a política do abastecimento alimentar no Estado de São Paulo por meio da instalação e administração de entrepostos atacadistas e centrais de armazenagens, por si ou em parcerias, levando a oferecer aos produtores e aos consumidores mecanismos eficientes para fazer chegar alimento à mesa de toda população, indistintamente da classe social, com boa qualidade e preço justo, tendo como missão oferecer e disponibilizar infraestrutura de apoio ao sistema de abastecimento agroalimentar por meio da rede de entrepostos e armazéns gerais e de sistemas de informação de mercados, bem como prestar apoio no desenvolvimento e execução da política agrícola definida pelo Governo Federal para o setor.

Com essa visão a CEAGESP almeja ser reconhecida como referencial de excelência na gestão de centrais de abastecimento e serviços de armazenagem, compromissada com a sustentabilidade econômica (gestão por resultados), social e ambiental em âmbito nacional e internacional (América Latina) e possui um Código de Ética e normas de conduta, por meio dos quais estabelece diretrizes de gestão de ética empresarial e de padrões de conduta ética nas relações com as partes interessadas.

Nesse sentido, podemos usar o conceito de organização espacial da nova geografia para entender a dinâmica da CEAGESP quando

Roberto Lobato Corrêa cita em seu livro *Região e Organização Espacial* que:

Consideraremos, em termos de organização espacial, os seguintes tópicos: uma proposição conceitual; suas ligações com o capital e o Estado; vista como reflexo social; sua condição para o futuro; estrutura, processo, função e forma, ou seja, suas categorias de análise e suas relações com os movimentos sociais urbanos. Estes temas não são mutuamente excludentes. Ao contrário, complementam-se (CORRÊA 2000 p. 27).

Ao tomarmos conhecimento das normas específicas que serviriam para gerir/administrar a central de abastecimento (CEAGESP) podemos verificar imediatamente que na teoria tudo é maravilhoso e perfeito enquanto ainda se encontra no campo das ideias, mas quando busca sua aplicabilidade à realidade se apresenta como se estivesse a quilômetros de distância do ideal planejado/idealizado, infelizmente.

Ações sociais

Nos aspectos sociais, dentro das diretrizes da atual diretoria, o Banco CEAGESP de Alimentos (BCA) tornou-se uma das principais vitrines da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). O serviço, ligado à Coordenadoria de Sustentabilidade (CODSU), foi criado em 2003, no entreposto Terminal São Paulo (ETSP) tendo por objetivo coletar, selecionar e distribuir alimentos

oferecidos por produtores e comerciantes atacadistas (permissionários) para entidades sociais do Estado de São Paulo.

Além disso, o BCA também passou a colaborar no atendimento à famílias vítimas de catástrofes naturais. Nos últimos anos, foram distribuídas em média 166 toneladas de alimentos por mês para mais de 160 instituições, além de bancos localizados em outros municípios. Os descartes do Banco CEAGESP de Alimentos impróprios para o consumo são transformados em adubo orgânico por meio de compostagem. A CEAGESP promove ainda a reciclagem de palha, madeira, ferro e papelão. Atualmente, o projeto está presente em 11 entrepostos do interior: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

O BCA também produz informativos mensais sobre nutrição e segurança alimentar e nutricional, bem como receitas que incentivam o aproveitamento integral dos alimentos, principalmente das partes não convencionais, como cascas, sementes e talos.

O Banco CEAGESP de Alimentos promove constantemente campanhas de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras. É responsável por ações educativas à comunidade e estabelece parcerias de estágio com universidades para a realização de suas atividades. Recentemente, tem produzido também alimentos desidratadas, a partir das doações *in natura* recebidas.

Tudo isso pode ser muito bonito e realmente estar acontecendo, entretanto, em apenas algumas horas que ali estivemos observando a rotina de operacionalização do CEAGESP, por conta de nosso trabalho de campo, o que pudemos notar desconstrói essas informações, ou ao menos é possível perceber, que muito ainda tem que ser feito no sentido de minimizar as necessidades dos menos favorecidos que ali buscam os alimentos básicos para sua subsistência. Pois foram inúmeros os casos por nós observados, que nos levaram imediatamente a suspeitar da veracidade de toda essa “funcionalidade e eficiência”, que os números fornecidos através de dados estatísticos destacavam.

Esses dados, que foram fornecidos pelos responsáveis da administração do CEAGESP, poderia nos levar a acreditar que tudo estava perfeito e nada mais haveria para se fazer, se acaso não tivéssemos a oportunidade de observar, infelizmente, o que realmente acontece aos menos favorecidos que perambulam por ali todos os dias. E, sendo assim, suas políticas sociais em nossa humilde compreensão, seriam no mínimo, ineficazes, para não dizer inverídicas, no sentido de uma assistência social eficiente aos acometidos de vulnerabilidade social. Foram inúmeras às pessoas que pudemos observar recolhendo frutas e legumes que se encontravam caídas no chão ou dentro das várias lixeiras existentes nos pátios da CEAGESP. Uma imagem deprimente e revoltante, pois se perpetua ao longo dos anos e não existe uma ação pública/privada eficiente, que dê conta de resolver o problema da

distribuição desses alimentos antes que venham a perecer.

Imagem 02 – Coleta irregular de produtos em decomposição por moradores do entorno.



Foto: Marcos Ziemann - Outubro 2016.

Pudemos observar que as pessoas que recolhiam os alimentos do chão não tinham o mínimo de cuidado higiênico, na tentativa de se evitar contaminações com os alimentos em adiantado estágio de putrefação, como exemplo da imagem abaixo. Mas como esperar isso deles? Como fazer eles pensarem em contaminação apenas pelo contato das mãos com os alimentos, se as “melhores partes” desses alimentos, eles consumirão com seus familiares.

Além do BCA existe a Associação de Apoio à Infância e Adolescência “Nossa Turma”, estabelecida dentro do Entreponto Terminal São Paulo (ETSP), que atende cerca de 160 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que vivem no entorno da região. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a empresa e a Associação. A “Nossa Turma” oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva.

Em janeiro de 2015 foi realizada uma ampla reforma para melhoria e adequação das instalações. Isso viabilizou um convênio com a Prefeitura de São Paulo para a criação de um Centro Educacional Infantil (CEI), que atende crianças de 1 a 3 anos. Houve ainda a ampliação da equipe de profissionais. A “Nossa Turma” oferece outras atividades como; escolinha de futebol, educação ampliada, educação de jovens e adultos (EJA) e horta comunitária. A Associação busca atender não somente os familiares das crianças e adolescentes, mas também outras pessoas da comunidade local com ações culturais e de saúde, segurança alimentar, jogos esportivos entre outros.

É importante mostrar o que se tem feito, mas não podemos deixar de dizer que 160 crianças e adolescentes, para uma população de mais de 18 milhões de habitantes não aparenta ser um número um tanto quanto insignificante? Ainda mais se comparado aos números em reais que circulam diariamente na CEAGESP, resultante das negociações que

ali são efetuadas, que passam dos 25 milhões diários, e, 1,57 bilhões seria o volume total financeiro, resultante de um ano de exploração comercial. E o que é pior ainda, deste montante negociado, de mais de 1, 57 bilhões, a administração do CEAGESP, quase todos os anos termina com seu saldo comercial negativo ou no máximo empatado, nunca, produzindo um saldo positivo aos cofres do Governo Federal, segundo informações fornecidas pelo engenheiro agrônomo Hélio Watanabe, que ali presta seus exemplares serviços por mais de 36 anos.

Como isso pode ser possível? Uma vez que a CEAGESP não é responsável por nenhuma perda caso ocorra algum sinistro. Seria má administração? Poderia ser, mas aparentemente não é, pois os diretores são os mesmos há décadas e podemos crer que se não fossem competentes já teriam sido transferidos. Mas o que acontece é uma incógnita, pois seus dirigentes (competentes ou incompetentes) perpetuam-se no poder e à frente da condução de uma empresa tão importante e que, infelizmente, não gera nenhuma riqueza ao país.

Outro importante projeto social, segundo seus responsáveis, existente no ETSP é o **Eco Gira Mundo**. A iniciativa promove oficinas de marcenaria e reciclagem de materiais descartados no local, porém está em processo de reestruturação para melhor acomodar seus inscritos.

Entretanto, apesar de todas essas manifestações positivas, no sentido de minimizar a problemática social, muito ainda há que ser feito para que a paisagem observada imediatamente na atualidade seja distinta

da que se apresenta, em primeira análise, pois o que muito se pôde observar foram crianças em idade escolar ou menores que isso, coletando alimentos contaminados que caem ao solo, dos milhares de caminhões que por ali circulam com grandes cargas, sem as embalagens apropriadas, que poderiam diminuir suas perdas e conseqüentemente levar a não perpetuação desse trânsito de coletores infantis, adultos e sexagenários, que por ali circulam em busca de com o que se alimentar, pois além de ser deprimente essa triste visão, ocasiona diversos acidentes operacionais. Entretanto, apenas podem coletar do chão, porque no chão está.

Conclusão

Partindo para a conclusão, ao atentarmos para a discussão do conceito de formação espacial, a contribuição dos geógrafos brasileiros tem sido muito importante. Apesar da CEAGESP ainda ser de fundamental importância para o abastecimento alimentício de grande parte da população da grande São Paulo e região, ele está caminhando a passos rápidos para o processo denominado pelo douto professor e geógrafo Milton Santos como; *processo de rugosidade*, pois suas instalações, mesmo que sendo adaptadas ao longo dos anos, se apresenta insuficiente e não funcional para suprir plenamente as necessidades de abastecimento e distribuição alimentícias da região paulistana.

E, infelizmente, diferente do que observa George Benko (1999), a CEAGESP ao passar para o novo regime de acumulação acabou por

não acompanhar as fundamentais e multiformes mudanças que se fizeram necessárias para poder continuar atuante e funcional no pleno sentido da expressão.

A tempos que se cogita a construção de um novo CEAGESP, pois após o processo macrocefálico de que São Paulo foi acometido, especialmente nas últimas décadas, as atuais instalações da central de abastecimento (CEAGESP) já não são as mais adequadas e funcionais para atender as demandas exigidas diariamente, que são necessárias e fundamentais ao bom andamento do abastecimento alimentício de toda a população da grande São Paulo. Ainda nesse sentido, tendo como um pequeno exemplo; é apenas cair uma chuva mais intensa na região, onde o CEAGESP se encontra localizado, para que se tenha e ou, corra-se o risco, de haver perdas significativas em gêneros alimentícios, além de levar a inúmeras residências e comércios a ficarem sem seus fundamentais e necessários abastecimentos, uma vez que não há estrutura suficientemente adequada que possa proteger todos os diversos produtos ali estocados de serem expostos às águas contaminadas, oriundas das inundações provenientes da falta de infraestruturas funcionais, voltadas à absorção das enchentes resultantes da pluviosidade.

Além de um trânsito caótico todos os dias em seu entorno, piorando exponencialmente nos dias chuvosos, o que inviabiliza e atrasa por horas e horas a circulação dos alimentos que deveria ser fluida e

funcional, no intuito mais que necessário, de manter assim, a qualidade e as propriedades nutritivas dos produtos quando entregues, que deveriam chegar às mesas dos consumidores ainda frescos e saudáveis. E ainda segundo (BENKO 1999), a especialização flexível seria uma das alternativas mais viáveis para solucionar esses e outros problemas resultantes da imobilidade locacional que o CEAGESP, enquanto empresa, se encontra inserida.

Infelizmente, diferente do que Corrêa aponta, falta essa “certa flexibilidade” aos gestores do entreposto da CEAGESP, para poderem adaptar-se às necessidades que a modernidade atual exige. Porque o que pudemos observar, é que os gestores atuais da CEAGESP ficam apenas na ideia equivocada de “dinâmica de Shopping Center”, uma vez que estão a milhares de quilômetros de distância de poderem proporcionar aos seus funcionários e clientes os múltiplos benefícios que os funcionários e clientes dos Shoppings Centers são contemplados diariamente, sem exceção.

Não possuem a mínima flexibilidade que os tornem capazes de oferecerem aos verdadeiros operador-trabalhadores deste entreposto de abastecimento paulistano, um ambiente adequado e climatizado para que seus funcionários possam exercer suas funções dentro de padrões minimamente aceitáveis, necessários à uma produção trabalhista boa e salubre. Sendo assim, é muito diferente a realidade dos trabalhadores/carregadores do CEAGESP que, embaixo de um calor

muitas vezes elevadíssimo, ou de chuvas torrenciais são, de certa forma, *obrigados* a puxarem incessantemente seus carrinhos, com pesos muitas vezes maiores que o ideal aceitável ao ser humano. E, infelizmente, ou se sujeitam a essa forma de exploração insalubre de suas mãos de obras ou é demissão imediata. Como a imagem abaixo deixa mais que evidente.

Por fim, em nosso trabalho de campo acadêmico, ao observarmos suas expressões faciais, (dos trabalhadores) pudemos perceber sem a menor dúvida, de que são expressões de sofrimento e desamparo, não há brilho em seus olhos, que não seja o de revolta. Tornando impossível observá-los e não compadecer-se com tão insalubres condições de trabalho ofertadas a eles em pleno século XXI, em uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento numa das maiores cidades do mundo.

Além de permanecerem a todo o tempo de sua jornada de trabalho, exercendo suas funções juntos ao lixo acumulado por todo o complexo do CEAGESP, e respirando o ar poluído por alimentos em adiantado estado de putrefação e muitas vezes, tendo que manusear esses produtos contaminados sem as devidas precauções necessárias, obrigatórias pelas leis de segurança do trabalho, no sentido de evitar contaminações com produtos em estado de plena decomposição.

Ao concluir este texto fica uma dúvida: a CEAGESP se assemelha a um Shopping Center? Talvez na dinâmica apenas, como afirmou o palestrante.

Mas qual dinâmica?

Referências Bibliográficas

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

CEAGESP - **Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo**.<<http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/competencias>>. Acesso: Nov/2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas de Região e da regionalização na Geografia Contemporânea**; Rio de Janeiro – RJ; Editora Bertrand Brasil 2010.

LENCIONI, Sandra. **Caminhos da Geografia; Região e Geografia, a Noção de Região no Pensamento Geográfico**. São Paulo-SP. Editora Contexto, 2005.

PLANO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm>.Acesso: Nov/2016.

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

**Formação Socioespacial Serra do Mar no Estado de
São Paulo: do Brasil Colônia aos dias atuais**

Renan Silvestro Alencar Silva

Formação Socioespacial Serra do Mar no Estado de São Paulo: do Brasil Colônia aos dias atuais

Renan Silvestro Alencar Silva

Resumo

O presente artigo visa traçar a gênese e o uso atual do território da Serra do Mar no trecho do estado de São Paulo, orientando-se no método de formação socioespacial (SANTOS, 1982), onde a fração será analisada segundo uma ótica que a enquadre dentro da totalidade do modo de produção vigente, definindo os processos históricos à luz da dialética entre os elementos sociais e naturais que delimitam a síntese das “múltiplas determinações”.

Palavras-chave: Serra do Mar; Formação Socioespacial; Uso do Território.

Introdução

Neste trabalho será feita uma breve análise sobre o papel da Serra do Mar no trecho do estado de São Paulo e sua contribuição na formação socioespacial do Brasil colônia até os tempos atuais, analisando como a transformação espacial ocorridas na transposição da Serra do Mar como parte da totalidade, se enquadra no modo de produção vigente. “*A cada período, novos conteúdos se sobrepõem a esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações que é o espaço.*” (SANTOS, 1991 apud SANTOS e SILVEIRA, 1996, p.10), porém as transformações espaciais são

seletivas e cada lugar é diferencialmente transformado e *“Esse retrato de disparidades regionais indica, a um só tempo, a constituição do território nacional em espaço nacional da economia internacional.”* (IBIDEM, p.12).

E nesse contexto a formação socioespacial como uma realidade concreta, tem sua gênese, evolui e muda dialeticamente de uma forma histórica e diferentes subespaços que a compõem por meio de grandes sistemas técnicos se integram e se conectam a economia capitalista. A presente análise foi dividida em duas regiões geográficas, o planalto paulista e o litoral paulista, separados pela barreira natural da Serra do Mar. Neste subespaço é onde se encontra atualmente uma das maiores concentrações urbanas do planeta e principal eixo econômico do território brasileiro que parte do município de Paulínia até a Baixada Santista e o Vale do Paraíba. Buscarei evidenciar a importância de se estudar a partir dessa fração até a totalidade, ou seja, como os esforços de transposição da Serra do Mar ao longo da história nos ajudam a entender como o modo de produção perfaz o território brasileiro.

Formação Socioespacial como Teoria e Método

Segundo Milton Santos (1982) a Geografia, como disciplina, esteve por muito tempo mais preocupada em estudar as formas já cristalizadas do que a *formação* da sociedade, as dinâmicas que a criam e a transformam. Para que a Geografia possa interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é e compreender a realidade espacial, é

necessário analisar a história da sociedade mundial aliada à história da sociedade local. A categoria Formação Econômica e Social diz respeito ao diferente desenvolvimento de cada sociedade, em suas particularidades e em relação às forças externas a ela que impulsionam essas particularidades. A base da explicação da F.E.S. é a produção, isto é, como o homem se organiza para transformar o espaço. Neste sentido, Espaço e Natureza são compreendidos como sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, desta forma superando a visão dualista entre Homem e Natureza e compreendendo que o Espaço ultrapassa o ecológico e abrange todo o social.

A categoria de formação social expressa a unidade e a totalidade da vida em sociedade, isto porque ela só pode se referir a uma sociedade dada, específica, e não a “sociedade geral”, e esta sociedade específica só pode ser fundada sobre a totalidade estrutural. O materialismo histórico dialético só pôde se consolidar como um método baseado na História justamente porque Marx optou por analisar uma determinada sociedade e suas dinâmicas, e não se propôs ao esforço teórico de analisar a “sociedade geral”, de forma generalizada. O papel da categoria de formação social é permitir “*a determinação específica [para um modo de produção definido] das variações da existência histórica determinada*” (ALTHUSSER, 1965:19 apud SANTOS, 1982, p.2). Quando analisamos a sociedade, escreveu Boukharine (1921, 1979: 235 apud SANTOS, 1982, p.3),

[...] encontramos à nossa frente tipos históricos definidos de sociedades. Isso significa que não há sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa do seu tempo.

A F.E.S. é um método e categoria de análise que enfoca a particularidade de uma dada sociedade, a sua fração, sem anular o conhecimento desta sociedade em sua totalidade e sua evolução histórica. Um estudo genérico permite compreender as similaridades entre diferentes F.E.S. mas não é o suficiente para definir as especificidades de cada formação, no interior de cada F.E.S. há uma cisão do todo, uma parte do todo, uma reprodução do todo que embora faça parte da totalidade ainda assim apresenta características distintas de outras F.E.S. que são únicas. Para o autor, a sociedade evolui *sistematicamente*, como “*um organismo social coerente cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas*” (V. KUSMIN, 1974:72 apud SANTOS, 1982, p.3). Isto implica que nenhuma F.E.S. possa ser compreendida fora da totalidade, pois suas especificidades, ainda que únicas, seguem um padrão calcado na estrutura totalizante.

A categoria de F.E.S. só pode ser aplicada sobre uma sociedade historicamente determinada que possua relações econômicas e sociais específicas, e pelo fato destas formações particulares integrarem uma totalidade, as F.E.S. se caracterizam como etapas de um processo histórico mais amplo. Esta noção implica um entendimento do desenvolvimento histórico que abranja suas causas e conseqüências e seu

desenrolar em mínimos detalhes. Metodologicamente, Santos distingue modo de produção de F.E.S., sendo o primeiro uma possibilidade de realização e o segundo esta realização consolidada, como disse Rudner (1973:45, apud SANTOS 1982, p.3), *“la pretensión de que alguna entidad tiene una disposición para manifestar, potencialmente puede manifestar, alguna propiedad, es diferente de la pretensión de que está manifestando dicha propiedad”*.

Mas apesar de sua distinção metodológica, modo de produção e formação econômica e social são indissociáveis, bem como o espaço não se dissocia destes dois. O modo de produção é determinado historicamente no espaço através de uma formação social responsável por consolidá-lo. A formação social em linhas gerais se trata então de uma estrutura técnico-produtiva que geograficamente se manifesta pela distribuição de suas atividades no espaço. As diferenças entre os locais é o resultado dos arranjos específicos dos modos de produção em seus espaços particulares, isto é, cada modo de produção se consolida sobre um território determinado, e esta determinação reforça a especificidade das formações sociais. A distribuição das atividades da estrutura técnico-produtiva dentro do espaço se conforma a partir de necessidades e demandas internas e externas, e por esta razão o espaço e a sociedade locais sempre refletem uma ordem internacional.

Ademais de sua indissociabilidade, formação social e espaço possuem uma relação ainda mais profunda, uma vez que a organização do espaço é um fator condicionante para a evolução da formação social, como explica Santos (1982, p.6):

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. [...] O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem a atividade dos homens e comandam a prática social. A *praxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.

Desta forma, Santos desenvolve uma argumentação baseada na inseparabilidade das noções de sociedade e de espaço que, segundo ele, são inerentes à categoria da Formação Econômica e Social, e que, portanto,

Levando em consideração este constructo teórico e metodológico, será feita uma análise da formação socioespacial da Serra do Mar e como a fração se insere na totalidade não só brasileira, mas também mundial do modo de produção vigente.

Transposição da Serra do Mar

A Serra do Mar é uma cadeia montanhosa que se estende do norte de Santa Catarina até o Rio de Janeiro, porém por motivos metodológicos a escala de análise será somente o trecho pertencente ao estado de São Paulo, principalmente o que se refere a região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, regiões que se colocaram como importantes núcleos de povoamento no período colonial (PRADO JR, 1948) e hoje apresentam um dinamismo econômico sem igual no território brasileiro.

No período colonial a Serra do Mar se impunha como uma barreira natural ao avanço da colonização para o interior.

[...] Serra do Mar, erguendo-se paralelamente e cosida a ela numa barreira abrupta de altitude contínua superior a mil metros, e que, baixando embora ligeiramente, se estende até o paralelo de 30°, isto é, quase o limite meridional extremo da colônia. Ela separa do interior a marinha de três capitânicas: São Paulo, que inclui o atual Paraná, então comarca paulista de Paranaguá, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. Espremido contra o mar pelos contrafortes da Serra, quase isolado do interior pelo obstáculo daquele forte acrive, o povoamento deste trecho do litoral da colônia estacionou, apesar dos portos numerosos e bem abrigados, como São Sebastião e Santos em São Paulo [...]” (PRADO JR, 1983, p.39)

Porém é na região de Santos onde a Serra do Mar se torna menos abrupta e torna o percurso que segue para o interior

relativamente mais fácil e tem como destino final terreno plano e vias fluviais. Caminho escolhido inicialmente pela colonização para a penetração do planalto, onde se estabeleceu um entreposto colonial que posteriormente emergirá na formação da cidade de São Paulo. (PRADO JR, 1983). Aonde também irão se consolidar os primeiros caminhos entre o litoral, São Vicente e o planalto de Piratininga, antes mesmo da existência das vilas de São Paulo, Santo André e Santos. Em 1560 a mando do governador Mem de Sá foi criado o “Caminho do Mar”, hoje chamado de Estrada Velha, criada como alternativa a trilha de Tupiniquins, um caminho indígena que fazia a ligação entre a atual cidade de Parati e o planalto paulista e na qual era comum o enfrentamento entre os portugueses e os índios Tamoios. (DOS SANTOS, 1996)

Nesta ocasião (1553), com o favor de Mem de Sá fez o padre abrir novo caminho de São Vicente para Piratininga em uma espaçosa montanha, porque, no ordinário, eram os passageiros assaltados e comidos pelos Tamoios, inimigos cruéis do nome português.” (FRANCO, 1662 apud DOS SANTOS, 1996, p.1)

O trajeto era usado para levar escravos indígenas para o litoral, e a partir do litoral eram levados produtos nos ombros dos escravos até o planalto, em um percurso que durava até três dias. Já no século XVIII, a trilha Caminho do Mar viabilizou o escoamento da produção açucareira e dos demais gêneros produzidos no planalto e propiciados pela intensa expansão agrícola ocorrida na segunda metade daquele século. Como o principal destino da produção agrícola era o comércio de exportação, a

mando do governador da capitania de São Paulo, Bernardo José Maria de Lorena, como peça de fortalecimento econômico paulista foi feita a obra colossal de uma nova via calçada de pedra, considerada uma das maiores obras de engenharia do período colonial e um marco na transposição da Serra do Mar.

Há um grande debate entre os historiadores sobre o quanto o povoado planaltino era autossuficiente ou integrado a economia colonial, mas é de certo que a obra da “Calçada do Lorena” como um grande sistema técnico de engenharia ocasionou uma grande transformação na capitania de São Paulo. Se antes a economia do planalto estava voltada como entreposto para a exploração do interior, com a ascensão da produção agrícola e a Calçada do Lorena ela se integrou, não somente ao litoral e ao porto de Santos, como também ao mercado europeu.

Com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no interior, ocorreram mudanças na dinâmica econômica paulista, pois a Capitania deixou de se voltar apenas para o interior da Colônia e direcionou o fluxo produtivo também para o comércio externo. A Calçada do Lorena, neste quadro, passou a ‘simbolizar’ esta nova dinâmica voltada para o mercado mundial, pois era a via de escoamento dos produtos de exportação até o porto de Santos. (MENDES, 1994, p.1)

Com a transformação gerada pela Calçada do Lorena o planalto paulista passa de um produtor de lavoura de subsistência para uma agricultura de exportação, conectando a produção ao porto de Santos e por fim escoando-a para o mercado europeu, e todo comércio paulista passa a ser direcionado para aquela região. E por algum tempo a Calçada

do Lorena permaneceu como única via entre o planalto e o litoral, e sua importância permaneceu até a metade do século XIX (MENDES, 1994).

A partir daí, com o grande desenvolvimento da produção do café em São Paulo, a Calçada do Lorena passou a ser insuficiente para o escoamento da produção para o porto de Santos. Foram feitas algumas reformas e construções de novos trechos como a Estrada da Maioridade e a Estrada do Vergueiro. Assim como a construção de ferrovia Santos-Jundiá pelo governo imperial, ativa até os dias de hoje, com 800 metros de altitude e 8 quilômetros de extensão de Serra do Mar, uma obra considerada impraticável, porém foi executada em apenas 10 meses e inaugurada em 1867. Pelo fluxo intenso do escoamento do café em 1895 foi criado um segundo trecho transpondo a Serra do Mar. Já no século XX com o capital proveniente das exportações de café e a difusão do uso de automóveis a Estrada do Vergueiro é macadamizada permitindo o uso de automóveis na estrada e posteriormente foi asfaltada, sendo a primeira estrada asfaltada da América Latina, ganhando a denominação popular de “Estrada Velha de Santos”. Nos dias atuais a Estrada Velha permanece como parte do circuito ecoturístico “Caminhos do Mar” com monumentos, ruínas e parte da Calçada do Lorena conservada e aberta para público pagante, sendo localizada na unidade de conservação ambiental do Parque Estadual Serra do Mar.

Já no primeiro quartel do século XX o modal rodoviário já começava a ganhar força e forma, e em 1935 o governo do estado lança o decreto para a construção de uma estrada de rodagem, justificando:

[...]O Governador do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando que na atual estrada de São Paulo a Santos já existe um tráfego de passageiros e de cargas superior ao admissível para as suas condições de traçado e pavimentação; considerando que, sob esse regime de tráfego, as condições técnicas desfavoráveis da estrada acarretam, para o Governo, despesas de conservação de enorme vulto, e para a economia paulista uma evasão de capitais com o excesso de gastos de gasolina, pneumáticos e outros, o que ao Governo cumpre evitar; [...](Decreto nº 7.162, 1935)

Assim é autorizada a construção da rodovia Anchieta pelo governador de São Paulo Júlio Prestes, obra tão colossal quanto as anteriores de transposição da Serra do Mar, marcada pelos seus arrojados túneis e viadutos e considerada como um grande feito da engenharia brasileira, marcando uma ruptura do uso do saber técnico estrangeiro sobre as dificultosas obras da Serra do Mar, apesar de, como afirmado pelo artigo do engenheiro Paulo Dutra da Silva (1970) sobre a história da via Anchieta, os estudos de viabilidade da obra se abarcarem também em experiências estrangeiras de estradas de rodagem:

Essa via de comunicação de capacidade ilimitada será constituída pela estrada de rodagem, não a estrada de passeio ou de pequeno tráfego local, mas um tipo de estrada que já vai surgindo no estrangeiro, cobrindo a Europa e os Estados Unidos de uma vasta rede de veículos: a estrada de rodagem para tráfego intenso e pesado. (TEIXEIRA, 1935 apud SILVA, 1970, p.1)

Na primeira metade do século XX, São Paulo vivencia um

intenso processo de industrialização ocasionado pela acumulação de capital proporcionado pela lavoura do café, como afirmam alguns autores, outros consideram que a produção cafeeira somente deu condições ao “surto de industrialização” ocorrido em São Paulo e a questão é complexa (CARDOSO, 1960). Deixando de lado a controvérsia, houve um aumento considerável do fluxo de carga do planalto para o litoral, e é no contexto de fim da República Velha e começo do Estado Novo sob o governo do presidente da república Getúlio Vargas que a Via Anchieta será inaugurada em duas etapas, pista norte em 1947 e a pista sul em 1953 para atender à demanda. Em 1972 a pista recebe seus primeiros pedágios e em 1998 ela é privatizada pelo então governador de São Paulo Mário Covas.

Outra grande obra que deve ser citada é o complexo hidrelétrico Henry Borden, localizado no sopé da Serra do Mar, construído em 1927 ele é composto por duas usinas de alta queda (720 m), perfazendo uma capacidade instalada de 889 MW. O fornecimento é feito mudando o curso natural da bacia do alto Tietê, que corre para o interior, para descer a serra até a usina em Cubatão, onde ocorre a produção de energia elétrica que antes se encontrava escassa na região devido ao seu crescimento populacional e rápida industrialização. O complexo se encontra em funcionamento até os dias atuais, porém por razões ecológicas opera com restrições e só é ativado em casos específicos.

Em 1974 quinze mil operários e 100 engenheiros começam a construção da rodovia Imigrantes, inaugurada em 1976 com 44 viadutos,

7 pontes e 14 túneis, em 58,5 km de extensão, de São Paulo a Praia Grande, ligando o maior complexo industrial com o maior complexo portuário da América Latina. Construída também para aliviar o intenso fluxo de turismo de veraneio do interior paulista para a Baixada Santista que se concretizava como importante polo turístico regional, assim conformando o complexo sistema viário Anchieta-Imigrante, sendo ele o principal e sem igual corredor de exportação da América Latina.

Em São Paulo, mudanças ocorridas desde a crescente produção do café no oeste levaram a uma mecanização parcial do território iniciada na segunda metade do século XIX. As estradas de rodagem fizeram parte desta mecanização, antes mesmo dos grandes projetos nacionais, e a partir delas foram realizadas as articulações deste estado necessárias a formação do mercado nacional. (XAVIER, 2005, p.2)

Como aponta Ricardo Castillo (1995, p: 66. apud XAVIER, 2005) temos macro-objetos técnicos que constituem sistemas de engenharia que adequam o território a um determinado uso, com exceção do complexo hidrelétrico Henry Borden que surge da lógica de resolver o problema de escassez energética da região, os outros grandes sistemas técnicos de transposição da Serra do Mar se perfazem pela necessidade de escoamento da produção do interior do país para o porto de Santos, e somente a partir do anos de 1970 se insere a lógica de também melhorar o fluxo interno entre o planalto e o litoral.

Usos e abusos do território

A região da Serra do Mar, estudada neste artigo, não é somente marcada por grandes obras de engenharia, mas também por emblemáticos problemas socioambientais como catástrofes causadas pela poluição, tanto pelos complexos industriais em suas intermediações, como pelo intenso tráfego de viagem do sistema Anchieta-Imigrantes e pelos conflitos sociais ocasionados pela expansão urbana em sentido a Serra do Mar.

Vale ressaltar a catástrofe única e sem igual no território brasileiro, o caso extremo de poluição na cidade do Cubatão, fenômeno conhecido popularmente como “Vale da Morte” na década de 1980. Cubatão tinha um significativo parque industrial entre a serra de Cubatão e Santos, isolado do resto do litoral por manguezais. E foi por uma escolha política e estratégica para se tornar o principal polo petroquímico brasileiro, no centro econômico do Brasil, que a industrialização de Cubatão surgiu como uma promessa de desenvolvimento econômico (FERREIRA FILHO, 2015).

Principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek e em continuidade durante os governos militares, Cubatão passou a receber diversas indústrias do ramo petroquímico, siderúrgico e de fertilizantes, principalmente devido ao seu posicionamento estratégico entre o principal porto do país localizado na cidade de Santos e a cidade de São Paulo. Entretanto, embora tenha se industrializado e em 1983 tenha atingido a incrível marca de 500 milhões de dólares em exportações, cerca de 2% de todas as exportações do país naquele ano, o

desenvolvimento econômico da cidade não foi acompanhado de desenvolvimento social. Pelo contrário, embora tenha sido um bom local estratégico do ponto de vista econômico para que as indústrias se instalassem, o perímetro de Cubatão conta com 58% de morros e serras, 24% de mangues e 18% de planícies e mangues aterrados. Os terrenos mais apropriados para a urbanização foram completamente tomados pelas indústrias, enquanto a população nos anos de 1980 vivia em grande parte em barracos construídos sobre o mangue.

O planejamento e uso inadequado do território ocasionaram diversos problemas e índices sociais alarmantes na cidade, dentre os quais se destacam o alto número de acidentes de trabalho nos anos de 1970, quando a média nacional era de 5,11% e a de Cubatão era de 60%, um surto de recém-nascidos malformados nos anos de 1980, incluindo natimortos e crianças anencefalia, defeitos no sistema nervoso e fechamento do tubo neural, uma alta taxa de problemas respiratórios entre a população, dentre outros, além da cidade ser popularmente cunhada como “laboratório químico” pelos seus índices de emissão de poluentes. Um incêndio ocorrido em 1984 em uma favela localizada sobre oleodutos da Petrobrás, a Vila Socó, deixou 93 mortos e chamou atenção das autoridades da época para a falta de manutenção dos dutos e pela negligência da empresa que nos 13 anos anteriores ao acidente havia detectado 174 vazamentos nos dutos daquela região e não tomou as medidas cabíveis para prevenir a tragédia.

O descaso administrativo gerou problemas irreversíveis para a

população da cidade de Cubatão, e, além disto, gerou um fenômeno de expansão das favelas. Estas passaram a se espalhar pelo território da encosta da Serra do Mar, área que conta com altos índices de erosão do solo e, portanto, possui grandes riscos de deslizamentos de terra. Este quadro salienta ainda mais o atraso social da cidade em contraste com sua industrialização e evidenciam as contradições do uso da região da Serra do Mar evidenciando na mesma paisagem a simbiose entre modernização e intensa desigualdade social.

Considerações finais

Entendemos que os sistemas técnicos se definem pela sua onipresença, universalidade e por sua tendência a unificação (SANTOS, 1994), logo os diversos sistemas técnicos empregados na transposição da Serra do Mar seguem uma racionalidade que é externa ao seu território e que busca integrar o planalto paulista a economia mundial desde o período colonial até os dias de hoje.

Milton Santos salienta que novas relações entre os homens criam-se a partir da chegada de objetos técnicos e na sua capacidade de fornecer trabalho e impor ao lugar uma vocação técnica que é produtora de ações hierarquizadas. Esse território carregado de técnica acaba criando uma compartimentação da ação humana que, por conseguinte, exprime uma disputa regulada entre a nação e as forças da globalização. Os objetos técnicos e o trabalho impregnados na transposição da Serra do Mar surgem para exercer funções técnicas diferentes ao longo do

tempo, seja no período colonial que visava a locomoção do aparato militar e facilitar as expedições das bandeiras na exploração do interior da colônia, até sua refuncionalização para o escoamento da produção agrícola, produção de energia e abastecimento de água, necessidades que vão surgindo conforme essa fração do território vai se integrando a economia mundializada que cada vez mais foi se perfazendo através de uma lógica capitalista, que aproveita os trabalhos posteriormente produzidos e os objetos técnicos já existentes para cristalizar no território o modo de produção hoje vigente.

Essa fração do território é carregada de uma importância estratégica ímpar, seja no seu papel para a superação das fronteiras internas, como na contribuição para o próprio desenho das fronteiras nacionais da região, já que permitiu uma comunicação muito mais viável entre o litoral sudeste e o interior do país, permitindo certa coesão territorial. E os objetos técnicos incluídos nessa região exerceram um papel tão estratégico ao longo da história que durante a Segunda Guerra Mundial, como diretriz do Estado Novo, a Usina Henry Borden foi cercada com arame farpado e guarnecida por um batalhão do exército e durante a Guerra Paulista em 1932, o mesmo complexo hidrelétrico foi bombardeado a mando do governo de Getúlio Vargas, que encontrava ali a oportunidade de paralisar a produção de energia de São Paulo e minar de forma fatal o esforço de guerra paulista:

No sentido da formação socioespacial, a história particular do lugar, no caso a história da transformação espacial da Serra do Mar

paulista, tem muito a contribuir para o entendimento da formação socioespacial do território brasileiro, porque é nessa fração do território brasileiro que o modo de produção se evidencia de forma mais efervescente e agressiva, contraditoriamente em um lugar com aspectos naturais extremamente problemáticos, seja na transposição da Serra do Mar, quanto nos manguezais insalubres da sua encosta que acabou desenvolvendo os principais polos econômicos do país. Processo de modernização esse sem igual no território brasileiro e marcado pelos contrastes sociais, usos e abusos do território por interesses ora endógenos e quase sempre interligados a história e economia mundial.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. **O café e a industrialização da cidade de São Paulo**, Revista de História, v. 20, n. 42, 1960.

COUTO, Joaquim Miguel. **Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão**. Campinas: UNICAMP, 2003. 261f. Tese (Doutorado) – Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DOS SANTOS, Francisco Martins. **História de Santos**, Editora Caudex Ltda., São Vicente, 1996.

ESPINDOLA, Carlos José et al. **Formações sócio-espaciais: Progresso técnico no espaço urbano e agrário**, Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.137-161, v.12, n.18, especial GT Anpege, 2016.

FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa. **A (toxi) cidade de Cubatão: história ambiental, desastres tecnológicos e a construção do imaginário ambiental da cidade tóxica na década de 1980**, Irati:

[s.n], 114f, 2015.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Economia Política**, Editorial “Avante!” Edições Progresso Lisboa, Moscovo, 1982.

MENDES, Denise. **A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**, mimeo. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1994.

PRADO JR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1948.

SANTOS, Milton. “Espaço e sociedade: Ensaios”. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2º ed.

Hucitec, São Paulo, 1994.

_____ e SILVEIRA, Maria Laura. **Globalização e geografia: a compartimentação do espaço**.

Caderno Prudentino de Geografia, n.18, Jul/1996.

SILVA, Paulo Dutra da. **Cubatão Ontem e Hoje - Um Marco do Desenvolvimento**, Hallison Publicidade Ltda., São Paulo, 1970.

SILVA, Walter Guedes da. **A industrialização do estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-27.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **Inovação seletiva dos sistemas técnicos e desintegração do território: Uma leitura a partir do sistema rodoviário brasileiro.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo (USP).

Comentários Sobre Lugar, Rede e a Luta Pela Terra

Wilson Alvares Dos Santos

Comentários Sobre Lugar, Rede e a Luta Pela Terra

Wilson Alvares dos Santos

Resumo

Neste trabalho busca-se identificar a relação de dominação e exploração que ocorrem na escala do lugar, espaço do acontecer solidário, local das consequências dos atos dos agentes hegemônicos, que se utilizam do espaço estruturado e organizado em rede para explorar o lugar ou os lugares. Aqui buscaremos estabelecer correlações entre o lugar, a rede e a luta pela terra, considerando a região do Pontal do Paranapanema como empiria.

Palavras-chave: Lugar; Espaço; Agentes hegemônicos; Rede.

O lugar e a globalização

Qual o primeiro pensamento que vem em nossas cabeças quando nos é perguntado algo sobre globalização?

Acho que a resposta para muitas pessoas seria a de uma relação que envolve grandes empresas transnacionais, grandes instituições financeiras dos países que detém o poder econômico mundial, das grandes empresas produtoras de tecnologias de ponta que dominam o mercado mundializado, os contratos de importação e exportação de diversos produtos que consumimos e utilizamos em nosso cotidiano, sem falar das commodities.

No entanto, se pararmos um pouquinho para questionarmos sobre a origem dos produtos e mercadorias, sobre o espaço e dos locais em que são produzidos e sob que condições se dão as relações de trabalho destes produtos e mercadorias, veremos que nesta relação ocorre uma exploração, uma dominação do capital hegemônico sobre a sociedade e sobre os lugares em que estes bens são produzidos.

De acordo com Benko (1999), o capital dito global, nada mais é que a soma de todos os capitais nacionais existentes e que se opõem, sob a forma de coação objetiva, a dado segmento social. O capital global, que se entende por este termo, é uma relação supranacional de produção, ele está situado num espaço nacional, de tal forma que os processos que ocorrem em uma parte do mundo participam de uma forma ou de outra, na condição de dominação e na exploração hegemônica capitalista em outros lugares.

Vemos assim que esta dominação e esta exploração se dá ao nível de lugar, que pode ser entendido como um conjunto de características naturais e humanas que particularizam uma determinada porção da superfície terrestre.

Para Relph (1979), o lugar deveria ser analisado a partir das experiências vividas no mundo, pois o lugar seria um centro de significações insubstituível para a formação da identidade dos indivíduos e dos membros de uma comunidade, associando-se ao conceito de lar, desta forma, partindo do lugar é que se articulam as experiências e as vivências do espaço.

Ainda segundo Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através das intenções do homem e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos que são objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

Já para Santos (2005):

O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. (SANTOS, 2005, p. 253).

No livro “A Natureza do Espaço”, Milton Santos procura analisar sobre dois prismas, a força do lugar, o primeiro está relacionado com o modo de vida, ou seja, o cotidiano, e o segundo abarca as relações sociais, políticas e econômicas que explora o lugar, sem que haja uma preocupação em trazer benefícios para aqueles que ali vivem, tendo e vista lhes faltarem o sentimento de pertencimento.

Este sentimento para Yi-Fu Tuan, pode ser entendido como aquele que vincula a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido, onde o homem e objeto se identificam reciprocamente (Tuan, 1983).

O lugar pode ser compreendido como uma construção social, fundamentado nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito. No contexto atual em que a

fluidez e a simultaneidade caminham juntas e a informação é um elemento central, o lugar apresenta-se tanto como expressão de resistência como de adaptação à ordem global. A globalização da economia, em vez de ocasionar a homogeneização dos lugares, propiciou ressaltar as suas diferenças, suas singularidades.

Para Moreira e Hespanhol (2007, p.57):

A dimensão do lar como o lugar da sociabilidade da família e a dimensão da unidade de produção como local das estratégias de reprodução social e econômica, denotam a indissociabilidade do local de moradia e o local de trabalho. Contudo, o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não agrícolas acabam por separar esses locais. Mas não por dissociar a identidade do indivíduo com o local em que ele reside.

De acordo com Milton Santos, é o lugar que existe, e não o mundo, as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, globalizando o lugar e não o mundo. É o lugar então o real agente sedimentador do processo da inclusão e da exclusão.

Para Yi-Fu Tuan, no lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes, assim compreendidos justamente por não terem com o ambiente uma relação de estrangeiros.

Os conceitos de Santos (1996) e Tuan (1983) não são distintos e excludentes. O lugar como relação nodal e o lugar como relação de pertencimento podem ser vistos de formas diferentes de se analisar e até

compreender o mesmo espaço do homem no tempo do mundo globalizado. De qualquer forma, é o lugar que dá o ritmo da distinção do espaço do homem, não do capital, em nosso tempo. O lugar se reforça com a permanência da contiguidade como nexos internos do homem com o seu espaço, (MOREIRA, 2007).

O sentimento de pertencimento de Yi-Fu Tuan pode ser observado no Assentamento Che Guevara, do MST³, localizado no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo, que possui 53 municípios, com uma área de 23.953 km², e abriga aproximadamente 820,9 mil habitantes, é caracterizada por ser uma das regiões menos povoadas do estado (34,3 hab./km²). Seus municípios são pequenos, com população menor que 10.000 habitantes, esta região possui terras pobres, que necessitam de tratamento para produzir, o que requer certo aporte econômico para se trabalhar a terra. (FIRETTI, R Et all, 2010).

Neste lugar, a história que identifica o homem com a terra é notória, e foi conseguida a duras penas, com muita luta, onde a conquista da terra, se deu e continua se dando em meio a um processo de lutas, invasões e ocupações, em que o desenvolvimento rural está relacionado a expropriação e a migração dos pequenos produtores.

³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Imagem 1: Assentamento Che Guevara



Fonte: Wilson Alvares

Neste contexto, os conflitos sociais alicerçam e servem de base a resistência de movimentos rurais como o MST, que recebem fortes críticas negativas por grande parte dos políticos (latifundiários) e por instituições que fazem parte do governo.

Diniz Filho (2009) contextualiza que o lugar pode ser compreendido como uma experiência humana, um tipo especial de vivência do espaço, individual e subjetiva para cada sujeito.

Na atual situação econômica do país em que temos a exportação de commodities agrícolas como um negócio que gera altos lucros, a luta pela ressocialização da terra é vista como um retrocesso ao desenvolvimento econômico do país, e assim há uma tendência a não reconhecer os assentamentos rurais em determinadas regiões, esses movimentos de ocupação de terra improdutivo ultimamente vem sendo criminalizados, forma encontrada para se evitar a ocupação dos grandes latifúndios. Apesar desta situação que beira a conflitos armados, a região rural não para de produzir para satisfazer as necessidades de consumo das cidades.

Redes

Segundo Carlos (2007), o lugar seria definido como parte integrante de uma totalidade espacial. Nessa perspectiva o lugar seria definido a partir de entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho, articulado e determinado pela espacialidade total, portanto o lugar não seria uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que sua reprodução se acha vinculada ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico global.

Segundo Santos (1996), o lugar também pode ser compreendido como o ponto da rede formado pela horizontalidade, as relações internas e pela verticalidade, as relações externas.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 2005, p. 256).

Ainda para Santos (2005), isto só ocorre de forma simultânea graças ao desenvolvimento da ciência, que cria novas solidariedades, possibilitando que ocorram todos os tipos de diferenças, entre pessoas e entre lugares.

As relações sociais que envolvem produção se projetam no espaço de forma acelerada, dando-nos a impressão do encurtamento do mundo, tendo em vista o rápido desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e da informática, que colaboram para a diminuição do tempo em que percorremos as distâncias. O lugar na era das redes, globalizado, desterritorializa o homem e suas atividades produtivas, o processo de fixação do homem em um determinado lugar, ocorrido nos últimos séculos acabou e, as migrações voltaram a acontecer, levando o

homem do campo a se tornar mão de obra barata nas cidades, um verdadeiro exército de reserva, Carlos (2007).

Cidades têm se formado no entorno de importantes áreas rurais, de forma a abastecê-las com insumos, meios para a manutenção de seus maquinários, fornecimento de fertilizantes, e até mesmo oferta de mão de obra barata, e as cidades se tornam local de moradia e de lazer para os produtores rurais, que frequentam seus shoppings, cinemas, escolas com níveis melhores de educação para as suas famílias, etc. Estas cidades apesar de pequenas movimentam grandes quantias. O grande centro financeiro por onde circulam esses capitais é a Região Metropolitana de São Paulo que se apresenta como o maior polo de riqueza nacional, com uma renda per capita de R\$ 1.482,00 (OLIVEIRA, 2016), a segunda nacional.

Esta circulação de capital favorece ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia que na atualidade se reproduzem com grande velocidade, impondo novas perspectivas para se pensar o espaço, posto que as condições de reprodução variam de acordo com desenvolvimento técnico e científico adotado à produção, (CARLOS, 2007).

Segundo Corrêa (2012, p.209):

No mundo que emerge do processo de industrialização, no qual se acentua a divisão social e territorial do trabalho e se ampliam as interações espaciais, cada centro urbano situa-se em inúmeras redes geográficas, desempenhando, em cada uma, papéis distintos, associados a distintas funções urbanas e espacialidades. A múltipla inserção

pode ser vista como marca da inserção do centro no mundo capitalista contemporâneo.

Em São Paulo, funciona a Ceagesp - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas, recebendo produtos e mercadorias de todo canto do país e do mundo, que para se tornar mais eficiente e competitiva no mercado globalizado depende que a circulação e fluidez de seus produtos funcionem como uma engrenagem.

Segundo o sr. Hélio Watanabe, Engenheiro Agrônomo da Ceagesp, seu movimento diário gira em torno de 12.000 toneladas de diversos produtos⁴. Este entreposto, não vende nenhum produto, só loca o espaço, que funciona como um facilitador para os grandes mercados que encontram neste entreposto uma enorme variedade de produtos, e de todas as estações do ano, a CEAGESP atende mais de 1.500 municípios brasileiros, mais de 21 países de todo o mundo, abrangendo desde a Europa, Oceania, Ásia, América do Norte, América Central e da própria América do Sul.

As características marcantes desta companhia podem ser observadas no artigo, “Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o

⁴Com um valor estimado de R\$ 25.000.000,00, também circulam na Ceagesp cerca 45.000 pessoas por dia, que movimentam por ano mais de 850 tipos de diferentes cultivares.

novo olhar geográfico sobre o mundo”, de Rui Moreira, que trata da fluidez, da estruturação e organização do espaço geográfico no mundo globalizado, representando perfeitamente os fluxos diários que ocorrem na Ceagesp.

Na organização espacial moderna o crucial está relacionado à velocidade, à fluidez, à circulação de pessoas, mercadorias e capitais sobre o território, (Moreira, 2007).

Na organização estrutural da Ceagesp foi possível ver e compreender como a globalização tem um importante papel no processo de circulação, pois os produtos partem das áreas rurais (algumas até longínquas) e se utilizando das grandes obras de engenharia (ferrovias, rodovias, portos e aeroportos) financiadas pelo Estado com a finalidade de favorecer a fluidez e atender ao grande capital, e chegam as cidades, esta e outras estruturas, formando uma grande rede que dinamiza a economia nas grandes metrópoles.

As formas de produção que se realizam no espaço, e caracterizam as atividades criadoras do homem que domina e transforma a natureza em algo que lhe é útil, se dão em níveis. Portanto, o espaço é obra e produto social, gerado a partir do processo de trabalho na materialização das condições de vida da humanidade e da reprodução social em contraste com a natureza primeira.

Imagem 2: CEAGESP na Cidade de São Paulo



Fonte: Wilson Alvares

Desse modo, no nível econômico, o espaço aparece como elemento produtivo que permite a reprodução do capital em seu processo de mundialização. Já no nível político, o espaço é revelado enquanto produto das estratégias políticas visando à dominação,

principalmente o planejamento estratégico. O nível social é aquele em que as estratégias econômicas e políticas entram em conflito com as necessidades de reprodução da vida, gerando tensões que se revelam na luta pela retomada do espaço que permite a apropriação e o uso para a reprodução social.

Neste contexto, são estabelecidas redes e fluxos entre os lugares, permitindo a realização da circulação e da troca, reproduzindo o local em função de novas necessidades de acumulação. O lugar permite a materialização da reprodução das relações sociais e suas contradições ante aos conflitos entre as necessidades do capital e as necessidades da existência humana.

A escala intermediária, que pode ser representada pela metrópole, integra o local ao global, reproduzindo as condições da acumulação concomitantemente à extensão da urbanização e da segregação dos espaços e dos tempos da vida cotidiana de acordo com as possibilidades de apropriação do mundo objetivo que cada grupo da sociedade de classes possui. Nas metrópoles são produzidos novos espaços, à medida que o capital financeiro se torna dominante, momento em que se ampliam as estratégias de acumulação voltadas a especulação imobiliária, do turismo e do lazer, indicando um novo momento em que a reprodução do capital se realiza através do espaço, visto também como mercadoria neste processo de acumulação.

Nas cidades são produzidos os ditos espaços produtivos que permitem a acumulação por meio da materialização das novas atividades

econômicas, e nesse cenário, o solo urbano está sujeito ao constante processo de valorização visando à reprodução das frações do capital em detrimento das necessidades da realização da vida humana. Assim, a par do movimento que reproduz o espaço na condição de mercadoria, produz-se um conjunto de lutas que tentam retomar o sentido da vida na reprodução do espaço e sua apropriação de acordo com as necessidades da reprodução social.

A locação de imóveis se tornou um setor lucrativo da economia e orienta a reprodução do espaço urbano enquanto espaço produtivo, sendo fonte de lucro na realização da reprodução do capital. Neste contexto, o solo urbano deixa de ser um lugar onde se fixam investimentos para se tornar o lugar através do qual vai se realizar, a fluidez. A especulação imobiliária, bem como a atividade turística, revela o consumo produtivo do espaço como necessidade da reprodução do capital à medida que as necessidades da reprodução da vida humana exigem.

Considerações finais

A valorização ou a desvalorização que se dá nos lugares está intrinsecamente relacionada com sua condição enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução que decorre das relações sociais.

Segundo Santos (2005, 259):

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. .
(...) quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI⁵, o Banco Mundial, o GATT⁶, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial.

A sociedade caminha de forma implacável rumo a realização global que se dá nos lugares, onde a informação e as redes são fatores importantes nesse processo. Um lugar na atualidade articula-se a uma rede de lugares, que se apoia numa rede de difusão de fluxos de informação, de bens, de serviços e de processo, tendo como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura, tornando cada vez mais o espaço conectado e articulado, nos obrigando a olhar o local sobre um outro prisma.

⁵International Monetary Found (Fundo Monetário Internacional)

⁶General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

Referências Bibliográficas

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, Volume 9, Número 16. Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2012.

DINIZ FILHO, L. L. Fundamentos epistemológicos da geografia. Curitiba: **IBPEX**, 2009 (Metodologia do Ensino de História e Geografia, v. 6).

FERNANDES, B. M; Ramalho, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estud.** av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300018>. Acessado em 12 de novembro de 2016.

FIRETTI, R Et all. Desenvolvimento Regional do Pontal do Paranapanema: Percepção de Futuro para a Geração de Empregos e Renda. **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural** de 25 a 28 de julho de 2010, Campo Grande – MS.

IGLESIAS, W. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica: o vetor sudoeste de São Paulo. **Cadernos Metrópole** n. 6, pp. 9-41, 2º sem. 2001.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. etc, espaço, tempo e crítica **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**. 1º de Junho de 2007, nº 1(3), vol. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acessado em: 01 de novembro de 2016.

MOREIRA, E. V; Hespanhol, R. A. M. O Lugar Como Uma Construção Social - **Revista Formação**, nº 14 - volume 2 – 2007 p. 48-60.

OLIVEIRA, N. de. IBGE: **Renda per capita média do brasileiro atinge R\$ 1.113 em 2015**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-02/ibge-renda-capita-media-do-brasileiro-atinge-r-1113-em-2015>>. Publicado em 26/02/2016. Acessado em 8 de novembro de 2016.

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1-25, 1979.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo - Edusp, 2006;

_____. O retorno do território. En: OSAL : **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**. São Paulo. Difel, 1983;

Vecchia, R. Rio Paranapanema, maior patrimônio pirajuense. **Web revista do Vale do Paranapanema**, maio de 2015. Disponível em: <<http://www.fatos-imagens.com/ecologia/rio-paranapanema>>.

Acessado em 9 de novembro de 2016.

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

SEGUNDA PARTE
VELHAS E NOVAS RURALIDADES NO
MUNDO CONTEMPORÂNEO

**Desafios para construir una Sociología de los
Mundos Rurales Latinoamericanos**

Silvia Lilian Ferro

Desafíos para construir una Sociología de los Mundos Rurales Latinoamericanos

Silvia Lilian Ferro

Introducción

La Universidad Federal para la Integración Latinoamericana fue creada por iniciativa del entonces Presidente de la República Federativa do Brasil Ignácio Luiz *Lula* da Silva (2002-2010) quien en las postrimerías de su segundo mandato presidencial impulsó la idea de una Universidad volcada a la integración, sudamericana inicialmente y finalmente latinoamericana, enviando el proyecto al Parlamento en 2009 lográndose su materialización a partir del año 2010.

Es una universidad bilingüe que reconoce el uso del portugués y el español como idiomas oficiales en todas sus actividades. El 50% de las vacantes de alumnado son posibilitadas a ciudadanos provenientes de todos los países latinoamericanos, mientras que el restante 50% está reservado para alumnado brasileño⁷.

El recorte regional “latinoamericano” implica que las lenguas presentes en el cotidiano de UNILA sean muchas más que las dos arriba enunciadas, por ejemplo: alumnos haitianos que son francoparlantes y que también utilizan el creole entre sí; alumnos de países con lenguas

⁷-Recientemente se realizó un convenio con La República de Francia y se cuenta con la posibilidad de recibir alumnos de esa nacionalidad europea también.

originarias reconocidas como idioma oficial como el caso del guaraní coexistiendo con el español en la comunidad de alumnos paraguayos, además de lenguas originarias andinas en alumnos provenientes de tales países y hasta lenguas originarias mesoamericanas en algunos casos puntuales.

Es fácil inferir que la *multi, inter e intra*-culturalidad es la nota distintiva de cada instante de la Universidad, no solo por la diversidad lingüística que marca la procedencia de sus más de tres mil alumnos (UNILA, 2016) que representan a 17 países de toda Latinoamérica contando con la matrícula del año 2017, predominando en la composición efectiva el alumnado brasileiro en una relación aproximada de 65/35⁸, sino también porque su cuerpo docente procede de 15 nacionalidades en una relación porcentual similar que el alumnado respecto de los docentes brasileiros pero en marcado decrecimiento. Los profesores no brasileiros son oriundos no solo de países latinoamericanos sino que algunos proceden de países europeos (Italia, Portugal, España por ejemplo) dos docentes proceden de países africanos e incluso un docente procede de un país del medio oriente asiático. Cabe mencionar que en el caso de ciudadanos brasileiros que componen

⁸- Si bien las vagas se reparten 50/50 entre brasileiros y no brasileiros la reciente medida de no posibilitar becas del Estado Federal para alumnos extranjeros para el ciclo lectivo 2017 restringe en gran medida tal objetivo, si bien en ciclos anteriores aún con becas esa proporción no llegó al objetivo por otros factores. Hay parcerías con organismos extranjeros para la provisión de becas a alumnos de determinados países como como por ejemplo Itaipú Paraguay pero no ocurre en todos los casos nacionales representados.

mayoritariamente el Profesorado, Alumnado y Técnicos Administrativos a su vez mayoritariamente son oriundos de diferentes regiones de este país de dimensiones continentales con trazos culturales muy particulares en cada región.

Otro de los pilares del proyecto UNILA además del bilingüismo y la interculturalidad, es la interdisciplinariedad entendida ésta como la colaboración entre diferentes disciplinas para dotar a la comprensión de determinado objeto de conocimiento desde un enfoque holístico, intentando a partir de esto que la orientación del perfil profesional y competencias disciplinares de los graduados de sus veintinueve carreras esté fuertemente imbricada en ideales integracionistas y latinoamericanistas. Una de las estrategias institucionales para obtener esta impronta integracionista en la formación de grado es la implementación del Ciclo Común.

Este Ciclo Común consta de tres ejes que son comunes y obligatorios en todas las carreras de UNILA en sus primeros tres semestres coexistiendo con las disciplinas específicas en cada caso. Eje *Lenguas*: portugués y español, Eje *Epistemología y Metodología* y por último Eje *Fundamentos de América Latina* el cual se propone: “compartilhar conhecimentos de caráter interdisciplinar sobre o desenvolvimento da região latino-americana, começando com estudos que introduzem as condições históricas de seu desenvolvimento para, ao final, alcançar um debate que consiga sustentar um olhar crítico sobre os problemas

atuais.” (UNILA, 2013: 5)⁹

La propia ubicación geográfica de UNILA sita en la Ciudad de *Foz do Iguaçu*, Estado do Paraná, República Federativa de Brasil, en la llamada *Triple Frontera* que abarca un área trinacional: Brasil, Paraguay y Argentina, integrada por un conjunto metropolitano¹⁰ de tres ciudades pertenecientes a su vez a los tres países. La ciudad argentina de Puerto Iguazú se encuentra a unos pocos kilómetros y separada solo por el paso del Río Iguazú que oficia en este caso como límite natural internacional entre Brasil y la República Argentina. La ciudad paraguaya de Ciudad del Este que se encuentra separada de *Foz do Iguaçu* por un puente que atraviesa el Río Paraná también límite natural internacional entre estos dos países y enlazando ambas ciudades en apenas 150 metros de distancia entre sí.

La Ciudad de *Foz do Iguaçu* a su vez alberga como residentes permanentes a ciudadanos de 80 nacionalidades diferentes¹¹, siendo muy notorios aquellos provenientes del mundo árabe con fuerte presencia de

¹⁰ -Puerto Iguazú, Provincia de Misiones República Argentina. 82.227 habitantes según último Censo de Población y Vivienda (2010). Ciudad del Este, Gobernación de Alto Paraná, 312.652 habitantes y de aproximadamente 500.000 contando su área metropolitana paraguaya (Censo 2010) y Foz do Iguaçu, Estado de Paraná 263.915 residentes según datos del Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE) estimativa para el año 2016.

¹¹.

<http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3d574b0cf3ef4dd00014855cbc540d?idMenu=1004>

libaneses por ejemplo, así como del Lejano Oriente entre ellos la cuantiosa y gravitante comunidad china, además de paraguayos y argentinos. También la ciudad en forma constante y durante todo el año recibe turistas de todo el mundo que llegan a visitar una de las maravillas naturales mundiales: las Cataratas del Iguazú a pocos kilómetros del casco urbano.

Intra y extramuros el mosaico de culturas lo permea todo en las vivencias *unilateras*, las que no están exentas de conflictividades más o menos visibles.

Cómo se desarrolla el proyecto pedagógico-didáctico de las diferentes disciplinas en una Universidad de estas características?

América Latina *una , diversa ...y contradictoria en las aulas.*

En la disciplina Sociología del Mundo Rural, que participó con turmas de otras disciplinas de las Carreras de Geografía (Bacharelado y Licenciatura) del viaje de trabajo de campo cuyas reflexiones se presentan en esta publicación y que fuera dictada en segundo semestre del 2016 como disciplina optativa; se entrecruzaron todas las características arriba descritas situación común a las veintinueve Carreras de la Universidad tornándose un desafío cotidiano en todos los elementos del planeamiento del proceso pedagógico-didáctico.

En el Profesorado de UNILA, y especialmente entre los extranjeros, es característico que el propio trayecto formativo previo de

cada docente ya cuenta con un alto grado de internacionalización: graduación y posgraduaciones en diferentes universidades de distintos países, incluso en experiencias docentes; constatándose también entre profesores brasileiros un avance reciente en el nivel de internacionalización de sus trayectorias formativas¹².

Lo que implica que en cada docente individualmente considerado están incorporadas corrientes epistemológicas diversas, tradiciones universitarias particulares, modos de hacer de institucionalidades de educación superior de varios países y continentes. Esto hace que el *background* de corrientes epistemológicas y experiencias pedagógico-didácticas sean irreductibles a una norma padronizada que pueda dar cuenta de tanta diversidad; lo cual también iría en sentido contrario del derecho de libertad de cátedra instituido tanto en el Estatuto de la UNILA como también siendo parte de los derechos consagrados en las leyes marco del magisterio superior federal brasileiro.

El propio nombre de la Universidad alude a un recorte regional y cultural “Latinoamérica” muchas veces inasible, polisémico, ambiguo, de fronteras difusas y controversiales dado su origen epistemológico colonial y las visiones contrapuestas que expresa al mismo tiempo:

[...] para todos los estudiosos serios de América Latina

¹²-El programa credo em 2011 e implementado por el *Ministério de Educação e Cultura* de la República Federativa do Brasil *Ciência sem fronteiras* logró um impacto significativo en este sentido.

tanto extranjeros como del subcontinente – ha sido siempre un desafío complejo situar-se adecuadamente ante al dilema de la unidad/diversidad de la región (...) Sin embargo, estamos ante un real problema metodológico de cualquier estudio comparado entre regiones y entre sociedades nacionales, y creemos que no debería se minimizado, más bien todo lo contrario. Es decir estudios latinoamericanos deberían al mismo tiempo analizar os elementos convergentes o comunes de los países – tratando de ver en cuanto determinan el desempeño y la estructura social misma de cada país – junto con la diferencias y las evoluciones socio históricas específicas de las sub-regiones y países. (SIERRA, 2008:15)

Por sí mismo el recorte espacial, cultural e histórico para una Sociología Rural *Latinoamericana* es un gran desafío epistemológico que se acrecienta cuando esa diversidad compone la *turma* misma y en clave bilingüe. Si bien cada profesor/a ministra sus aulas en su idioma de preferencia sea portugués o español hay decisiones didácticas que trasuntan la comunión o la ausencia de ella, con el proyecto institucional desde la propia selección de la Bibliografía, en los dos idiomas y abarcando la regionalidad entre autores indicados, la colocación de sus objetos temáticos siendo o no abarcadores de lo latinoamericano, incluyendo en este sentido las formas y criterios de las actividades evaluativas y las actividades prácticas entre las que se inscribe el viaje de trabajo de campo, esencial por las características tanto de la Disciplina Sociología del Mundo Rural como para los Cursos donde está inserta: Geografía (Bacharelado y Licenciatura)

El viaje de trabajo de campo organizado en este caso por profesores de tres disciplinas integrantes de la matriz curricular de los Cursos mencionados siguió el camino de la interdisciplinariedad y el bilingüismo del cual esta compilación de textos producidos por los alumnos participantes del viaje y docentes (profesor brasileiro/profesora argentina), donde la experiencia del viaje se imbricó con las discusiones teóricas en sala de aula y la Bibliografía utilizada.

De este modo la planificación de las disciplinas implica pensar en opciones tales como colocar los temas desde las particularidades del bagaje formativo que se trae como investigador/a y profesor/a de una nacionalidad específica y distinta además a la de la turma, lo que supone conocer más y mejor un tema en determinadas coordenadas témporo-espaciales teniendo que colocar las interpretaciones y análisis trazando las generalidades del conjunto dando cuenta de las especificidades de sus subconjuntos regionales para que resulten inclusivas pedagógicamente de la diversidad nacional y regional existente en la *turma*.

Muchas veces este debate de estrategias pedagógicas entre lo general y lo particular se resuelve en la práctica en una mixtura entre ambos registros, incorporando en su diseño las expectativas de alumnos de la turma.

Por una Sociología de los mundos rurales donde quepan todos los mundos

El enfoque curricular sugerido en la *Ementa* (Programa) de la disciplina aprobada en las propias instancias de los Cursos aparecía centrada exclusivamente en los debates rurales brasileiros y este carácter endógeno se refuerza por la selección de la Bibliografía propuesta. Siendo posible ampliar ese Currículo en la práctica docente de la disciplina la propuesta desarrollada se orientó a ampliar los alcances esbozados allí en una práctica que incluyese lo latinoamericano y no conserve el sesgo autoreferencial observado en la *Ementa*.

Es por ello que los contenidos fueron ampliados en sus alcances y escalas de análisis y atravesados desde el rol docente con interrogantes y problematizaciones que lejos de la dinámica “pregunta-respuesta única” pudieran posibilitar en vez la construcción autónoma por parte de la turma de nuevos y permanentes interrogantes respecto de los tópicos colocados en el cursado semestral de la disciplina.

A nivel institucional algunos grupos encuentran en UNILA las condiciones para introducir un cuestionamiento a la colonialidad del saber (LANDER, 1993) de los campos disciplinares que se nos proponen como *Ciencia Normal* desde su impronta cultural europeizada surge el primer interrogante trabajado: hasta qué punto la construcción epistemológica de una disciplina surgida consolidada y difundida desde un origen europeo puede dar cuenta entre sus marcos teóricos de la especificidad latinoamericana? Pueden estos procesos históricos, sus grupos rurales emergentes así como sus relaciones de fuerza, sus

dinámicas y formas en la apropiación de los espacios físicos rurales; ser abarcados por una disciplina que todavía sigue siendo aplicada desde supuestos teóricos y problemáticas demasiado encapsulada en su origen desde una experiencia europea y occidente-céntrica?

Por ello en primer lugar se trabajó sobre la problematización de la colocación binaria, jerárquica y occidentalizada de lo rural como subalterno de lo urbano desde sus determinaciones históricas cuya secuencia temporal coloca a la experiencia urbana de nuestra especie como producto del cambio tecnológico conocido como Primera Revolución Agrícola en el Neolítico (CHILDE VERE, 1975) para así avanzar sobre la complementariedad e interfuncionalidad de tales concepciones derribando las consideraciones dicotómicas y asimétricas que en los imaginarios colectivos son colocadas las cuestiones rurales y urbanas.

Luego se consideró oportuno dar cuenta de las temporalidades que colocan a las comunidades y grupos rurales en el espacio rural latinoamericano, es decir las etapas históricas que explican la aparición de grupos e identidades rurales siempre tensionadas. Así pueblos originarios, campesinos, terratenientes, quilombolas, agricultores familiares, empresarios agrícolas familiares y no familiares son la expresión de procesos históricos que fueron colocando los trazos de las estructuras socioagrarias latinoamericanas en su sentido extenso y particular.

Las asimetrías entre estos diferentes grupos fue colocada en la desnaturalización de su conformación: toda asimetría entre grupos humanos es construida, no sería resultante de leyes “naturales” ni divinas, por ende el acceso desigual a la tierra-territorio-suelo, al agua, al paisaje rural y a factores productivos como el trabajo agrario, las tecnologías y a las fuentes de energía es una construcción histórica (FERRO,2011) que se mantiene hasta el presente desde la definición e impactos de las llamadas políticas agrarias y desde quienes participan en las relaciones mercantilizadas de todos los factores productivos incluyéndose el debate sobre las diferentes formas de relacionarse por parte de los diferentes grupos , material y simbólicamente, con el territorio rural.

La polisemia del concepto território (MORAES, 2014) significativo a su vez en la Carrera que enmarca la disciplina optativa y que fuera ampliamente debatido en sala convergiendo desde los marcos teóricos y enfoques transitados por la turma en otras disciplinas¹³, indica desde un enfoque sociológico la diversidad asimétrica de su categorización por los diferentes colectivos rurales que tanto pueden considerarlo como fuente de vida y posibilitador de un modo de vivir, como factor de renta o mero bien intercambiable en mercados de inmuebles rurales

¹³-Conviene aclarar en este punto que la turma estaba integrada mayoritariamente por alumnos de Geografía (ILATTI) pero también de la Carrera de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria y de Ciencias Políticas y Sociología (ILAESP).

Es posible pensar los debates contemporáneos de la Sociología Rural latinoamericana en forma más ampliada que desde su adscripción al utillaje epistemológico marxista-setentista impronta epistémica originaria también, como el liberalismo, en la experiencia europea? Cuales han sido sus logros y cuales son sus límites en el presente del debate sobre la ruralidad latinoamericana?. Por ejemplo os aportes de Maria Isaura de Queiroz (CORREIA CARVALHO, 2011) para el caso brasileiro nos muestran que es posible hacer una potente Sociologia Rural desde otros paradigmas teóricos sin negarse al diálogo em algunos aspectos com el canon marxista.

Es posible construir uma Sociología Rural com um repertorio de problemas mas amplio que la cuestión del acceso a la tierra? Sin desconocer su gravitación y peso histórico, político, soail y cultural em el contexto latino-americano em general y brasileiro em particular como lo analizan Caio Prado Júnior (1987) Alberto Passos Guimaraes (1968) y de Souza Martins (1979) solo para citar referentes clásicos em este tema.

Como inciden los enfoques sistémicos basados en el cambio tecnológico como condición sine qua non de la modernización agraria? ¿Porqué los supuestos que sostuvieron en sus inicios a la modernización agraria “conservadora” em términos de J. Chonchol (1996) como paradigma del desarrollo rural se convirtieron en sentido común en la opinión pública y entre decisores estatales y no estatales a la hora de pensar en la importancia de los espacios rurales en nuestros espacios

nacionales?

La redefinición del rol del extensionismo rural, producto pedagógico del proceso histórico de modernización agraria desde mediados del Siglo XX (FERRO, 2014) evidencia cambios de sentido de la inserción estatal y de organizaciones sociales en general en el espacio rural. Cómo identificarlos de cara al futuro de las áreas rurales?

El concepto desarrollo rural (VEIGA, 2012) es asible o deseable como proyecto de vida en los medios rurales por todos los grupos rurales: quienes no lo adoptan como paradigma y porque? Cuáles son las circunstancias que explican la conflictividad en los espacios rurales en el presente? Son reductibles a los alcances de lo expresado en las Reformas Agrarias reducidas por el enfoque marxista a ser consideradas en un contexto epocal del Siglo XX?

Podemos reconocer una agenda reivindicativa rural común en el presente en cada uno de nuestros espacios nacionales?Cuál es la potencia analítica de ejes transversales regionales como movimientos sociales agrarios, enfoque de género (DEERE y LEON, 2006) y enfoque generacional (DIRVEN, 2012) que forman parte de una necesaria renovación de la Sociología Rural Latinoamericana, así como los desarrollos teóricos de las llamadas *Nuevas Ruralidades*? (TEUBAL, 2001)

Cómo podemos complejizar las herramientas conceptuales y analíticas para abordar el tema *agronegocios* que superen las visiones

absolutas de malo-bueno y que puedan dar cuenta, siguiendo a C. Gras (2013), de sus lógicas de funcionamientos, los factores de su expansión, su transregionalización, su enraizamiento con configuraciones productivas mundiales?

Conclusiones iniciales

La experiencia del viaje de trabajo de campo se orientó a que se identifiquen las relaciones entre categorías opacas con lo observable en forma directa. Son cuerpos, nombres, identidades y formas de estar en el mundo de personas que se abordan desde categorías abstractas. Especialmente importante fue la experimentación de la interfuncional relación entre lo que denominamos ciudad y campo a través de la constante provisión alimentaria sin la cual la experiencia urbana sería imposible. Las dependencias mutuas entre productores y consumidores y las logísticas de distribución diaria de los alimentos. Y mas allá de la producción alimentaria, las fuentes de agua, de energía, de unidades de conservación de la biodiversidad, de marcas materiales de la historia agraria y nacional que quedaron esparcidos em esos médios; fue importante la vivencia del paisaje rural de la experiência em los médios rurales em si mismo como um

Los elementos de observación seleccionados si bien emplazados en territorio brasileiro, distintos puntos del Estado de São Paulo tienen la característica de ser fácilmente comparables con similares en otros espacios nacionales. Las reflexiones de alumnos y alumnas cuyos artículos

componen este libro dan cuenta de sus impactos.

Bibliografía y Fuentes:

CAIO PRADO, Júnior (1987) *A questão agrária no Brasil*. Sao Paulo: Editora Brasiliense.

CHONCHOL, Jaques (1996) *Sistemas agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fondo de Cultura Económica.

CORREIA CARVALHO, Lucas (2011) “O rural como ponto de vista. Aspectos da Sociologia de Maria Isaura de Queiroz” en *Actas do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia.

DE SIERRA, Gerónimo (2008) “América Latina, una y diversa” en Heriberto Cairo y Gerónimo de Sierra (compiladores). *América Latina: una y diversa: teorías y métodos para su análisis*. San José, Costa Rica: Editorial Alma Mater, 2008.

DE SOUZA MARTINS, José (1979) *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto.

DEERE, Carmen Diana y LEON Magdalena (2006) ¿La feminización de la agricultura? asalariadas, campesinas y reestructuración económica en la América latina rural. *7o. Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, Quito, Noviembre 20-24, 2006.

DIRVEN, Martine (2012) *Las prácticas de herencia en tierras agrícolas. Una razón mas para el éxodo juvenil?* División de Desarrollo Productivo y

Empresarial. Santiago de Chile: CEPAL-ONU.

FERRO, Silvia Lilian (2011) *La tierra en Sudamérica*. 1. ed. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica.OXFAM.

FERRO, Silvia Lilian (2014) “Estudio comparativo Brasil, Argentina y Uruguay. Asistencia Técnica y Extensión rural en perspectiva de Género” en *Ibidem*, Reunión Especializada en Agricultura Familiar REDAF- MERCOSUR. Brasilia: Programa de fortalecimiento institucional para la incorporación de la perspectiva de género en políticas para la agricultura familiar del MERCOSUR.

GRAS, Carla (2013) “Agronegocios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales” en *Working Papers Serie No.50*.Berlin: International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America.

CHILDE VERE, Gordon (1975) *Los orígenes de la civilización*. Madrid: Fondo de Cultura Económica

LANDER, Edgardo (1996) “Ciencias Sociales. Saberes coloniales y eurocéntricos” en LANDER, Edgardo compilador *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

MORAES, Maria Inés (2014) “Mundos Rurales” em *Nuestro Tiempo No.16 Libro de los Bicentenarios. Para saber mas de nosotros mismos*.Montevideo: Presidencia de la República Oriental del Uruguay.

PASSOS GUIMARAES, Alberto (1968) *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editorial.

TEUBAL, Miguel (2001) “Globalización y Nueva Ruralidad em América Latina” en Giarraca, Norma Compiladora ¿*Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO.

UNILA (2013) *Projeto Pedagógico Curricular do Ciclo Comum* Visto em abril 2017 https://unila.edu.br/sites/default/files/anexo_da_resolucao_009-2013_ppc_ciclo_comum_de_estudos.pdf

UNILA (2016) *Evasão de Alunos Ingressantes em 2010 a 2015*. Pró-Reitoria de Graduação, Departamento de Informações Institucionais, Foz do Iguaçu.

UNILA (2016) *Unila em números*. Visto em abril 2017 <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>

VEIGA, José Eli da (2012) *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2. ed. São Paulo: Edusp.

**Sistema Campo-Cidade e a Agricultura para o
Mercado Global no Paraguai**

*Dalila Tavares Garcia, Luiz Felipe Rodrigues e Maria Regina Bispo do
Nascimento*

Sistema Campo-Cidade e a Agricultura para o Mercado Global no Paraguai

Dalila Tavares Garcia

Luiz Felipe Rodrigues

Maria Regina Bispo do Nascimento

Resumo

Este breve estudo busca contextualizar o efeito da expansão do agronegócio no território paraguaio. Esse fenômeno ganhou força principalmente a partir da década de 1960 na ditadura de Alfredo Stroessner, que facilitou a compra de terras para colonos brasileiros, que fazem parte dos principais agentes que introduziram a agricultura mecanizada no país. Esse processo produz contradições e conflitos socioterritoriais no campo e também na cidade, e nesse sentido, entendemos que essas duas categorias são indissociáveis e conformam um sistema interrelacionado.

Palavras-Chaves:: Cidade-Campo; Territorialidades; Paraguai, Agronegócio; Agricultura Campesina; Migração Rural-Urbana.

A relação campo-cidade na atualidade capitalista: a divisão socioespacial do trabalho e o neocolonialismo fundiário

Para entendermos esse processo, precisamos considerar que cidade e campo constituem uma totalidade dialética, onde a unidade se forma na diversidade (MARQUES, 2002, p.95). Desse modo, sua

compreensão, exige que pensemos cidade e campo como um conjunto que estrutura um sistema que é socioespacial. No entanto, esses espaços, ainda que constituam um sistema, possuem algumas características que os diferenciam. Conforme Marques (2002, p.100), reportando-se à Sorokin e Zimmermann (1986), campo e cidade também se diferenciam em outros aspectos de ordem econômica, social e cultural, complexos e diversos.

Para Veiga (2002) *apud* Marques (2002, p.98), um indicador que distingue esses dois espaços é a densidade demográfica, pois a partir dela, é possível verificar a concentração da população, e conseqüentemente, das ações antrópicas materializadas em sistemas técnicos no espaço. Vázquez (2013, p.226) salienta que o espaço urbano se caracteriza ainda pela maior concentração de atividades econômicas industriais e de serviços. Também se salienta, de acordo com Marques (2002, p.99), que os Estados, tradicionalmente, classificam os espaços em rural e urbano para fins de administração e estudos estatísticos.

No mundo contemporâneo, precisamos considerar que as relações entre cidade e campo se (re) configuram a medida em que o sistema político-econômico vigente e em expansão se impõe espacialmente e socialmente. No cenário atual do capitalismo, a divisão internacional do trabalho se intensifica, caracterizando um mercado global com interações socioespaciais transescalares e complexas (SANTOS, 2006). Essa conjuntura é possibilitada pelo fenômeno de especialização produtiva dos lugares, que segundo Castillo e Frederico

(2010, p.462), está atrelada à evolução técnico-científica, sobretudo, nos setores de transporte e comunicações, e também à política de Estados e empresas. Esses fatores combinados permitem uma maior circulação de fluxos materiais e informacionais, o que permite distanciar locais de produção dos locais de consumo, o que torna a articulação entre as diferentes etapas de produção e sua distribuição espacial mais complexa (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p.462). Nesse sentido, Bernardes (2011, p.206) com base em Santos (2003), coloca que “a nova divisão do trabalho, que se expressa na divisão territorial do trabalho, constitui um instrumento de expansão capitalista e condição para a acumulação”.

Na América Latina, esse processo parece afirmar a característica primária de suas economias – fornecedoras de matérias-primas, principalmente minérios, e commodities agrícolas (bens primários) no mercado global, a custo da devastação de seus territórios (CECENÑA, 2009). Essa característica é recorrente em grande parte do processo histórico dos países latino-americanos, que antes eram colônias de países europeus que exploravam recursos naturais e humanos do continente, no entanto, a independência desses países, antes colônias, não significou a ruptura com o sistema imposto no período colonial, ainda que determinados sujeitos e grupos sociais com suas formas de viver de apreender o mundo tenham lutado, resistido, e, que ainda lutam e resistam a esse processo (CECENÑA, 2013). No estágio atual do desenvolvimento capitalista, essa hierarquia parece reafirmar-se com novos moldes, mas sob a mesma lógica. Nisso, superfícies de terra cada

vez maiores são estrangeirizadas, produzindo uma concentração fundiária na mão de grandes proprietários e corporações (SAUER, 2011; SOARES, 2011), e as economias dos países latino-americanos acabam massivamente voltadas para essas atividades, e assim, terminam sendo muito dependentes das oscilações de um mercado externo auto-regulável que afeta a organização da produção (BERNARDES, 2011, p.196).

Essa nova dinâmica político-econômica contemporânea impõe novos conteúdos aos territórios, à sociedade, e modifica também a relação cidade-campo (MARQUES, 2002; MARAFON, 2011). Nesse sentido,

[...] a cada novo impulso de modernização das forças produtivas agrícolas e agroindustriais os sistemas urbanos se reorganizam, apresentando maior complexidade, o que pode ser detectado através dos novos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que se estabelecem entre campo e cidade (BERNARDES, 2011, p.203-204).

Na sociedade/espço capitalista, segundo Moreira (2005), “a própria noção de complexo agroindustrial reafirma a fusão campo-cidade (apud MARAFON, p.159)”. Nesse cenário, a cidade constitui-se como centro financeiro, científico e de gestão empresarial para as atividades desenvolvidas pela agricultura empresarial, ofertando serviços e o apoio necessário para a realização da produção, e nisso, a dinâmica urbana também de (re) configura (SOUCHAUD, 2007, p.142). Esse processo, conforme Marafon (2011, p.159), introduz novas tecnologias

no campo para uma produção de monocultivos em alta escala voltada prioritariamente à exportação, caracterizando também uma industrialização da agricultura, que implica a mecanização da produção, a utilização de sementes geneticamente modificadas, o uso de agroquímicos, e em novas relações com a cidade, e nesse circuito, *“as fronteiras entre o urbano e o rural ficam cada vez mais difusas e complementares (MARAFON, 2011, p.161)”*.

Para atender um mercado global expansivo com demandas de produção cada vez maiores, o agronegócio se estrutura na necessidade de expansão territorial, na centralização do capital, na concentração de terras e numa reorganização socioterritorial complexa, acarretando em conflitos sociais e ambientais (VÁZQUEZ, 2006 e 2007; SOUCHAUD, 2007; BERNARDES, 2011, p.204). Sauer (2011, p.236) com base em estudos do Banco Mundial, aponta ainda que o aumento da população, da renda e da urbanização tende a pressionar a demanda por alimentos, sobretudo, óleo vegetal e carnes, o que provoca a demanda por ração e produtos industriais, resultando na competição e no conflito por terra.

É necessário considerar também, que o Estado possui papel substancial para esse processo de expansão, uma vez que o aparelho estatal financia parte considerável da produção de pesquisa e da implantação logística no território para possibilitar a circulação da produção (MARAFON, 2011, p.159), e também se torna refém dos interesses dos agentes do agronegócio, uma vez que estes concentram capital e poder, inclusive, poder político, e se apropriam de parte do

fundo público (MIZUSAKI, 2005 apud MIZUSAKI, 2011, p.252; BERNARDES, 2011, p.204). Com isso,

Nesse desigual e contraditório processo de disputa por território, temos o processo de criação, recriação, e muitas vezes, de exclusão do campesinato. Assim, o campesinato pode se recriar sob diferentes formas, seja pela sujeição da renda da terra ao capital, seja pela ocupação da terra (MIZUSAKI, 2011, p.253).

Compreende-se que o campo, ou o espaço rural, devem ser entendidos como sendo espaços complexos, com sujeitos/agentes sociais distintos e inter-relações diversas, e a partir dessa compreensão podemos exemplificar, por exemplo, que espaço rural atual é marcado pela produção de matérias-primas para a indústria, pela produção de alimentos, pela formação de assentamentos, acampamentos, instalação de pousadas, hotéis, atividades turísticas, indústrias, áreas de conservação, residências, por dimensões sócio-históricas e sócio-culturais, o que implica em complexas interações, com intensa diversidade e dinamismo e que desencadeiam conflitos e contradições (MARAFON, 2011).

As inter-relações entre os diferentes agentes são mediadas por diferentes apropriações do território, diferentes concepções de propriedade e distintos interesses de classe (MIZUSAKI, 2011, p.248). Com a penetração do capital monopolista no campo, produzem-se novas relações entre o local e o global (SAUER, 2011, p.227), e novos

usos do campo a partir das mudanças no processo produtivo, acarretando em uma desigual correlação de forças entre os sujeitos/agentes (MIZUSAKI, 2011, p.251), produzindo conflitos e desigualdades socioterritoriais e ambientais.

Esse novo paradigma produtivo no campo, não produz efeitos restritos ao espaço rural, mas também, nos espaços urbanos, uma vez que cidade e campo, conjuntamente, conformam um sistema que é socioespacial. O processo de fragmentação e segregação socioterritorial no campo vai alimentar o mesmo processo na cidade, aumentando os cinturões de pobreza nas áreas periféricas das cidades, e assim, como coloca Jordán (1998) citado por Vázquez (2013, p. 226), “*la ciudad de campesinos se convierte en ciudad de pobres*”.

Campo no Paraguai – Agronegócio x Agricultura Tradicional

A partir da década de 1970, conforme Figueredo e Filippi (2006), sob uma política nacional do então presidente Stroessner, denominada Marcha El Este, impulsionou a ida de agricultores brasileiros ao país, atraídos pelo preço baixo das terras comparados aos encontrados no Brasil. De acordo com os autores, estes agricultores, a partir da exploração madeireira, introduziram na região uma agricultura mecanizada de grãos destinados à exportação, principalmente soja e trigo, instalando o modelo agroexportador e consolidando a influência brasileira na região, e inserindo a agricultura nacional nos mercados

mundiais e, nessa conjuntura, esses agentes da agricultora exportadora, brasileiros, como já mencionados, importam do Brasil, por meios legais e ilegais, os insumos, e os trabalhadores empregados nessas produções são também, na grande maioria, brasileiros.

Esse processo definiu a formação do território brasiguai, ou seja, uma parcela territorial do Paraguai, colonizada por imigrantes brasileiros (FIGUEREDO e FILIPPI, 2006). Tal modelo de agricultura, segundo Figueredo e Filippi (2006), além de causar danos ambientais e sociais devido à expansão territorial e a utilização de agrotóxicos desenfreada, entra em conflito com a agricultura tradicional familiar campesina, de caráter minifundista, que a partir daí entra em crise.

O modelo agroexportador, com base nos usos de alta mecanização, genética e agrotóxicos (FIGUEREDO e FELIPPI, 2006), torna a agricultura familiar de pequena escala muito frágil, já que essa não possui recursos e meios de produção suficientes para garantir sua sobrevivência e competitividade.

De acordo com Fian & Via Campesina (2006), as famílias campesinas que reclamam seus direitos acabam sofrendo repressões pelo Estado. Como ocorreu na comunidade Primeiro de Março, María Antonia e Tekojoja, que eram famílias que vivem em terras ocupadas pacificamente foram forçadas a desocupar de forma violenta, ferindo seus direitos como cidadãos de bem viver, ter sua terra, criação e moradia. Apesar de a agricultura ser a principal causa de desenvolvimento e crescimento do Paraguai na década de 80, esse

modelo agroexportador que se mostra como favorável a qualidade de vida das pessoas, se reflete para população campezina em pobreza e exclusão social. A agricultura agroexportadora da soja foi introduzida por brasileiros no Paraguai, a partir dos anos 70, para atender as demandas internacionais. De acordo com Fian & Via Campesina (2006), no período atual, 40 % da produção da soja está sob comando de brasileiros.

Muitos campezinos paraguaios migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, devido a expropriação e expulsão que se dá pela expansão da lavoura de soja. O agronegócio está causando também a contaminação do solo, água etc. O processo de fumigação nas lavouras de soja é feita por aviões que despejam o veneno na lavoura, e esse processo gera alguns problemas de saúde para a população que mora próxima ao local e é atingida diretamente pelo veneno.

Almeida (2008) declara que a violência, exploração do trabalho, lucro e apropriação de terra são características do agronegócio. Nisso, de acordo com Fernandes (2008), existe uma disputa territorial entre o agronegócio e o campezinato, onde ambos se distinguem por diferentes concepções de território, propriedade privada e modelo de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento do agronegócio é pautado no monocultivo em grande escala, com alto grau de mecanização e utilização de agroquímicos e sementes geneticamente modificadas, e também na utilização de trabalho assalariado, já o modelo de desenvolvimento do campezinato ou agricultura familiar se baseia na

produção de uma agricultura diversa, em pequena escala e baseada na biodiversidade, onde predomina o trabalho familiar, com baixa mecanização, e sem o uso de agrotóxicos (FERNANDES, 2008, p.281-282).

Brasileiros formados em agronomia trocam o Brasil pelo Paraguai, já que os proprietários de terra dão preferência a brasileiros. Já para os paraguaios, falar o português eleva sua chance de conseguir pós-graduação e ingressar no mercado de trabalho, até mesmo no Paraguai, onde a presença de brasileiros é elevada.

Diáspora camponesa e periferização urbana no Paraguai

A expansão do agronegócio no Paraguai, expulsa a população rural do campo, à mercê de vulnerabilidades e pobreza. Na cidade, esses sujeitos rurais, na maioria das vezes, não possuem estudo, o que dificulta a busca por emprego. Nisso, acabam trabalhando em serviços precários e informais perante o Estado, e sem melhores condições, se instalam nas áreas periféricas das cidades em condições precárias, aumentando cinturões de pobreza, e alimentando o processo de periferização urbana, que revela o processo de segregação socioespacial e fragmentação nas cidades capitalistas, acarretando a produção de uma cidade desigual, à mercê de problemas sociais e ambientais, como a violência, o desemprego, a ocupação habitacional de áreas com condições físicas não adequadas ocasionando deslizamentos, enchentes, doenças e mortes.

Considerações Finais

O desenvolvimento tecnológico associado à ciência e à informação produzem novas relações entre campo e cidade, transformando o trabalho e a vida dos sujeitos, produzindo novas situações, novos conflitos, e novos movimentos sociais no campo (MARAFON, p.156-157).

Essas contradições não somente se expressam no campo, como também nos espaços da cidade, que recebem migrantes, ou quem sabe, refugiados rurais, que na busca de oportunidades, acabam enfrentando condições precárias e desumanas na cidade, revelando a desigualdade de um sistema que se materializa espacialmente. A cidade também tornou-se arena para movimentos sociais de sem-terra, de camponeses, e de uma diversidade de identidades rurais, uma vez que, é na cidade que se concentra o poder político, e até mesmo, uma maior visibilidade perante à sociedade.

Nessas perspectivas, compreendemos que cidade e campo não são dois espaços opostos. São espaços que possuem características diferenciadas, mas que se imbricam e desempenham uma interrelação que é interdependente, constituindo um sistema integrado e indissociável. Os fenômenos que acontecem no campo produzirão implicações na cidade e vice-versa, lembrando também que, num cenário de boom populacional, ainda é o campo que alimenta a cidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 303-325.

BERNARDES, Júlia Adão. O novo tempo do capital globalizante e as novas relações campo-cidade. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas** – Marcos Aurélio Saquet et. al. (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 1. ed., p. 195-207, 2011.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, 2010, p.461-473.

CECENÑA, Ana Esther. Caminos y agentes del saqueo en América Latina. **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (OLAG) - UNAM**, 2009.

_____. La concepción de integralidad y las integraciones descolonizadoras. **El nuevo repertorio americano**, Caracas, año 1, n.0, p. 27-38, mayo de 2013.

FABRINI, João E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação do capital. In: **Revista Pegada**. CEGET, Presidente Prudente-SP. Vol. 09. N° 01. 2008. p. 34-62.

FIAN & VIA CAMPESINA. **La reforma agraria en Paraguay**
Asunción: FIAN Informe R8. Disponível em
<<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/infongos/fianparaguay.pdf>>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

MARAFON, Glauco José. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas** – Marcos Aurélio Saquet et. al. (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 1. ed., p. 155-167, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95–112, jul./dez., 2002.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas** – Marcos Aurélio Saquet et. al. (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 1. ed., p. 247-259, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/Milton Santos.** 4.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAUER, Sérgio. Mercado de terras: estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas** – Marcos Aurélio SAQUET et. al. (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 1. ed., p. 227-246, 2011.

SOUCHAUD, Sylvain. De la migración internacional a la emergencia de la migración interna como factor de construcción de los territorios en el Oriente paraguayo. **Congreso Paraguayo de Población, 2 – Foro Regional de Población y Desarrollo, 1**. Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2007, p.141-150.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. UNFPA, 2006.

_____. Estructura territorial de la Franja Este. **Congreso Paraguayo de Población, 2 – Foro Regional de Población y Desarrollo, 1**. Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, p.73-82, 2007.

_____. Ciudades intermedias y sustentabilidad urbana en Paraguay. **El Desafío del Desarrollo Sustentable en América Latina**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p.223-243, 2013.

Orgs. André Luis André e Silvia Lilian Ferro

**Paraguay: Contrarreformas, Campesinos, Iglesia y
Estado**

Nestor Ariel Prieto Villalba

**Paraguay: Contrarreformas, Campesinos, Iglesia y
Estado**

Resumen

El desarrollo de las organizaciones que han surgido durante los gobiernos autoritarios se han nutrido de varias fuentes dentro de la complejidad de las sociedades latinoamericanas, un pasado de colonización y despojo originario, actores de larga trayectoria en el proceso histórico de las naciones americanas como la iglesia católica, elementos contradictorios intrínsecos a las dictaduras y sus aliados internacionales como las reformas agrarias en el siglo XX, dentro de las alianzas con países centrales, los brotes de procesos insurgentes y un mundo polarizado han sido elementos de la cristalización de los movimientos sociales como actores contrahegemónicos al sistema capitalista en crisis constante. Además de todo ello la necesidad de la recuperación de experiencias organizativas propias de América Latina, en el marco de un intento de contribuir a la configuración de un pensamiento latinoamericano, hacen las bases de este trabajo.

Palabras-Claves: Contrarreforma; Campesinos; Iglesia y Estado.

Colonización e independencia

El Paraguay desde el período colonial se ha caracterizado por la producción agrícola, característica que mantiene en la actualidad. Para comprender los procesos que se sucedieron en torno al problema de la tierra, será necesario remontarnos a fines del siglo XIX, en las décadas

que sucedieron a la independencia nacional de Mayo de 1811. Sin embargo creemos importante hacer mención del periodo de la colonización previo a la independencia, pues sostenemos que la lucha por la tierra está enraizada en la resistencia indígena desde el momento de la llegada de los españoles.

Durante el período colonial se sucedieron levantamientos indígenas en contra de la orden virreinal, uno de ellos es el que lideró la India Juliana, en las primeras décadas de 1500, junto con las mujeres indígenas siervas vecinas de Asunción. La segunda es la insurrección general de los pueblos guaraníes en 1545, en contra de la sustracción de mujeres indígenas para el trabajo forzado en las chacras de los españoles (CREYDT, 2010).

A pesar de la implacable represión que sufrieron estos pueblos, la lucha por la tierra en contra del despojo, tiene base en las batallas de los indígenas desde el momento del desembarque de Juan de Salazar y Espinoza en la bahía de Asunción.

La independencia en el Paraguay se dio en el contexto de una provincia del virreinato del Río de la Plata, históricamente relegada. Uno de los principales actores del proceso independentista, y de su consolidación fue el Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, personaje icónico y polémico de la historia paraguaya; gobernó como dictador perpetuo de la República del Paraguay de 1816 a 1840 y constituye un actor imprescindible para comprender el proceso de la formación de la

nación paraguaya, la consolidación de la base económica, política y social que fue destruida en la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) y que aún pervive como elemento de la memoria histórica de la formación social del Paraguay, y en la memoria de los movimientos campesinos como el *Karai Guasú*, protector de los campesinos pobres.

La estructura económica durante el régimen francista se basa preponderantemente en las Estancias de la Patria, espacios de crianza de ganado y producción de carne para el consumo del ejército y de la población, la producción de novillos y de cueros para la exportación, y ganado para la distribución gratuita a los campesinos pobres. En cuanto a la tierra, la ampliación de la propiedad del Estado sobre la misma, mediante confiscaciones y la concesión de tierras estatales a los campesinos y a la burguesía rural en la forma de un arrendamiento a bajo precio. Esto en lo concreto significó el establecimiento legal del régimen de tierra libre en el Paraguay (CREYDT, 2010).

En lo político, la corriente independentista encabezada por Francia se apoyó en los medianos y pequeños productores campesinos, que defendía la independencia tanto de España como de Buenos Aires (CAMPOS, 2010).

El proceso de modernización del país de acuerdo a los cánones de la época, que se da durante el gobierno de los López constituye un momento esencial también para la modernización del sistema de producción nacional, los elementos introducidos en la estructura agraria

transformaron las técnicas de producción. El envío de jóvenes paraguayos a Europa, se da en esta etapa de la historia nacional, no sólo para estudios de las ciencias relacionadas al pensamiento, a lo social o a lo político, sino que los jóvenes se especializan en técnicas de producción agrícola y de manejo de maquinarias industriales, en proceso de auge en Europa.

Más allá de analizar cronológicamente el proceso de la construcción de la base económica, hasta llegar a la reforma agraria de 1960, la intención de la mención del proceso histórico colonial es identificar la raíz del pensamiento de lucha por la tierra, y su influencia en la construcción de la cultura agraria de lucha en el Paraguay.

Con esto pretendemos enfatizar la importancia de la recuperación histórica de la memoria en los espacios comunes, un ejercicio que se ha debilitado durante el régimen del Partido Colorado, con el gobierno Stronista, y que es de necesaria urgencia su recuperación para evitar caer en el error de pensar a la historia de las luchas por la tierra como fenómenos que aparecen con las oleadas inmigrantes en el Paraguay de las primeras décadas del siglo XX. Dotando su construcción de un eurocentrismo ficticio.

Stronismo: tierra sangrante, curaciones

El periodo Stronista duró treinta y cinco años en la historia del Paraguay, pero heredó una cultura que sigue imbricada con el desarrollo

de la sociedad del siglo XX y que sigue impregnada en la estructura agraria, en la tierra y sus conflictos.

Para comprender el proceso de la reforma agraria en Paraguay es necesario recurrir a las relaciones intrínsecas que tiene el Estado Paraguayo con los Estados Unidos de América que se acentúan en la década del '40 durante el gobierno del dictador Higinio Morínigo (1940-1948). A partir de este período se desarrolla todo el componente de ayuda económica que el Paraguay recibe del país norteamericano, en el marco de la bipolaridad del mundo y la alienación del mismo a los Estados Unidos.

En 1954, bajo un golpe de Estado al gobierno de Federico Chávez, asume el gobierno de facto el General Alfredo Stroessner Matiauda, apoyado por la cúpula militar. En el marco de la guerra fría el Paraguay se alista en el legajo de países con estrecha relación con el occidente capitalista. La entrada de la Agencia de los Estados Unidos para el desarrollo internacional, USAID (Por sus siglas en inglés) en 1985, y los mandatos del Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo, comenzaron a influir de manera preponderante en la estructura agraria y las decisiones del Estado en cuanto a las políticas agrarias.

La Alianza para el Progreso (ALPRO), el programa de ayuda económica de los Estados Unidos para América Latina, en la década de 1960, fue fundamental para el sustento económico e ideológico para

hacer frente a los levantamientos populares en el continente, espejados en la victoria de la Revolución Cubana. La carta de Punta del Este, que funda la ALPRO en el marco de la operación panamericana, en el punto número seis establece cuanto sigue:

6. impulsar, dentro de las particularidades de cada país. programas de reforma integral orientada a la efectiva transformación de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra donde así se requiera, con miras a sustituir el régimen de latifundio y minifundio por un sistema justo de propiedad, de tal manera que, mediante el complemento del crédito oportuno y adecuado, las asistencia técnica, y la comercialización y distribución de los productos, la tierra constituya para el hombre que la trabaja, base de su estabilidad económica, fundamento de su progresivo bienestar y garantía de su libertad y dignidad (OEA, 1961).

En el marco de este tratado los países aliados a los Estados Unidos, como lo es el Paraguay, llevan a cabo, las tímidas reformas agrarias de acuerdo a la carta de Punta del Este y de los recursos enviados desde norteamérica. Según Hetherington (2011) la ambiciosa reforma agraria que se lanzó a mediados del siglo XX creó una ruptura drástica en la organización del territorio, postguerra del Chaco (1932-1935).

El Estatuto Agrario de 1963 crea el Instituto de Bienestar Rural (IBR) que es el responsable de la distribución de la tierra a sujetos de la reforma agraria. En este sentido, este espacio se convertiría en la

principal oficina del Partido Colorado en la creciente red de clientelismo a nivel rural, un factor importante que contiene el Estatuto Agrario en el art. 14 fue la posibilidad de que los extranjeros sean beneficiarios del contenido de este estatuto, que será fundamental para comprender el proceso de la entrada masiva de brasileños al Paraguay en la década siguiente.

Un importante punto que nos señala el autor, y que dialoga con el texto de Chonchol *La Reforma Agraria en América Latina* (2003), es la cuestión de la construcción, a través del proceso de redistribución de la tierra, de una máquina prebendaria conducida por los actores en el gobierno.

Según Chonchol (2003) las reformas agrarias también fueron la consecuencia del deseo de ciertos dirigentes políticos en el poder de ganar el apoyo del campesinado para procesos de cambios más globales, o de consideraciones de la importancia de una mejor distribución de las tierras para las políticas de desarrollo económico y social. A ello favoreció, en varios casos, un contexto internacional que presionaba para el cambio de las estructuras agrarias.

Por su parte Hetherington (2011) asegura que el Partido Colorado se convirtió en un gran movimiento populista y una formidable maquinaria prebendaria que se repartió el territorio por medio del mecanismo de la reforma agraria.

Stroessner se mantuvo en el poder utilizando la represión y la violencia selectiva. A pesar de ello, tanto él como su partido tuvieron una inmensa popularidad en las áreas rurales debido a que reestructuraron fundamentalmente las posibilidades de tenencia de la tierra por parte de los campesinos (HETHERINGTON; 2011, p.177).

Como fiel reproducción del proyecto de reforma agraria en el área de influencia de la superpotencia norteamericana, el gobierno de Stroessner denominó al proceso de reforma agraria, “Marcha al Este”, en la cual se encuentran elementos característicos de la expansión de la frontera estadounidense hacia territorios mexicanos en el siglo XIX, y la más cercana “Marcha al Oeste”, de la colonización del Estado de Paraná en Brasil.

Este proceso es visto por la población rural como un proyecto de construcción nacional que traería progreso por dos vías: desarrollaría a la población campesina, a la vez que protegería el territorio de ser absorbido por el muy superior avance brasileño sobre la frontera. Entre 1963 y 1985, el régimen proclamó haber creado 661 comunidades a través de esta reforma, que comprendían 130.000 lotes en 8.8 millones de hectáreas de tierra (HETHERINGTON, 2011).

Si bien esta “contrarreforma agraria” que provenía de organismos internacionales benefició a un grupo de personas y permitió la creación de colonias. Sus principales beneficiarios fueron los miembros de altos rangos militares, cercanos a la dictadura Stronista, que

no reunían ninguno de los requisitos del estatuto de reforma agraria del año 63.

Estudios posteriores muestran que 74% de la tierra redistribuida por el gobierno fue para 2.8% de los beneficiarios de la reforma (HETHERINGTON, 2011).

En el marco de este proceso se presentan grandes movimientos de resistencia que hicieron frente a las reformas conservadoras, que denunciaron y lucharon en contra de estos procesos de reforma agraria. A este respecto Oszlack (1971) afirma:

Podríamos comenzar visualizando a un proceso de reforma agraria como una gradual manifestación de un conflicto latente que, en principio, involucra a campesinos y propietarios de tierras, en el cual los primeros comienzan lentamente a presionar en demanda de un mayor acceso a la tierra, lo cual implica un cierto grado de privación del grupo terrateniente. El conflicto resulta de la amplia incongruencia existente entre el ingreso personal y la contribución personal al producto social, que no sólo desincentiva la producción sino que también relega a una alta proporción de la población rural a los márgenes de la sociedad, contrarrestando sus chances de movilidad y bienestar social (OSZLACK; 1971, p. 3).

En esta línea, uno de los principales movimientos que aparecen en el campo popular, en respuesta a las reformas y a la repartición excluyente de las tierras fueron las Ligas Agrarias Cristianas (LAG).

Pero como preámbulo a la propuesta de discusión de las LAG como proceso contra hegemónico, de lucha popular y resistencia a la

dictadura Stronista, creemos importante ubicar al proceso de las mismas en contexto de las ideas en disputa en el continente americano, con lo cual pretendemos afianzar la idea de que el Paraguay no ha sido ajeno a los grandes procesos de transformación y de disputas en el marco de la lucha de clases a nivel mundial.

En este sentido en el siglo XX, y más específicamente a partir de la década de 1960, en el continente, se afianzan un gran número de movimientos de insurrección contra el *statu quo*, es decir, las dictaduras y el imperialismo. La lucha por la liberación también ha sido protagonizada por miembros de la iglesia que han tomado el compromiso de la lucha, la opción por los pobres y el fundamento de ir más allá de mirar al otro y construir un nuevo orden, observando la lucha histórica de los pueblos que han habitado el suelo americano y que han vertido sangre en sus luchas por la libertad.

El debate sobre el imperialismo ha permeado diversos sectores de la sociedad, uno de ellos, y que ha causado un sin número de críticas, incluso desde los sectores de poder internos en la misma, es justamente la iglesia católica en América Latina. Miguel d'Escoto, sacerdote y político nicaragüense afirma que siendo el imperialismo el epítome de la violencia, la exigencia de seguimiento de Jesús conlleva necesariamente una postura antiimperialista coherente con lo anterior (GONZÁLEZ, 2015). Según d'Escoto existe una brecha entre la iglesia y Jesús, en el proceso de consolidación de la cristiandad se ha roto una continuidad

transparente con el pensamiento de Jesús que converge en un hiato problemático.

Esta brecha permanece en el seno de la sociedad gracias a la naturalización de la misma. Entonces, si la iglesia ha forjado una brecha con Jesús y ello acompañó al pensamiento occidental desde su institucionalización como religión de Estado por el emperador Constantino en el año 313, después de la era cristiana, la brecha debe de ser suturada, y ella deberá concebir a la iglesia popular, que sea capaz de luchar al lado de los pobres, que reconozca la especificidad de la explotación que viven los pueblos en América Latina y se imbuya en lo colectivo, en lo popular, de los procesos del pueblo oprimido que lucha por su liberación, y canta en las misas campesinas su fe a dios.

Las Ligas Agrarias Cristianas constituyeron, como hemos mencionado, un frente contra hegemónico ante tiranía Stronista. Surgen en el departamento de Misiones en el Paraguay, la base de las mismas estaba conformada por pequeños poseedores de tierras y campesinos sin tierra. Estas fueron evolucionando a medida que las acciones de expulsión del régimen Stronista se agudizaron, de la simple defensa de la tierra, los campesinos pasaron a un cuestionamiento más vigoroso del orden establecido, y por ende a la organización de las bases para combatirlo.

Según Nardelli (2007) Sobre los objetivos políticos de las Ligas Agrarias Cristianas podemos decir que hacia 1970 se identifican con la

superación del capitalismo, la eliminación de las estructuras opresoras y el desarrollo de una sociedad fundamentada en la solidaridad.

Las Ligas Agrarias Cristianas comenzaron a tejer una red de organizaciones principalmente en la región oriental del país, y a construir formas de organización basadas en la experiencia de la cultura guaraní, y el reconocimiento de la identidad campesina, por ellos mismos. Las LAC hirieron de manera profunda al cuerpo del sistema de dominación de la oligarquía en el Paraguay.

La creación de la escuelita campesina y los espacios de trabajo colectivos reconfiguraron al movimiento campesino en el país. En este sentido las contradicciones entre las fuerzas productivas, es decir, los sectores terratenientes y el Estado Paraguayo por un lado, y los pequeños productores y poseedores de tierras, por el otro, visibilizan nuevas formas de relaciones de producción. En estas relaciones se revelan ingenios de construcción de formas novedosas de enfrentar a las clases dominantes, creando alternativas de educación como elemento esencial de la consolidación de una sociedad basada en la solidaridad.

Si bien este proceso de construcción contra hegemónica fue profundo y determinante para la cimentación del movimiento popular en el Paraguay, es también importante recalcar que la represión de uno de los regímenes más longevos del sur de América ha sido fundamental para entender el esparcimiento de las ligas a fines de la década del 70.

Además de ello, es imprescindible comprender que la ambigüedad es una característica del oprimido, en este caso obrado por la división en dos colores de una misma ideología, el Partido Colorado y el Liberal son dos caras de la misma moneda, los grandes aparatos hegemónicos y herramientas fundamentales de las economías centrales.

Como hemos mencionado en párrafos anteriores, el Paraguay, si bien posee características específicas de su propia construcción histórica, ha atravesado procesos similares a los países de la región, principalmente con el Brasil. El *Movimento sem terra* que se forma con características similares a las Ligas Agrarias, producto de las luchas y las experiencias anteriores de pequeños propietarios y campesinos sin tierra, en el contexto de un Estado autoritario. La dictadura brasileña que derrocó al gobierno de João Goulart en 1964 trae consigo las doctrinas de los Estados Unidos para los países de América del Sur, y la necesidad de contrarrestar todo tipo de aspiraciones espejadas en el proceso de la Revolución Cubana, la cual influyó de manera preponderante a la región.

En este marco de Estado represivo y con la gran influencia de la iglesia católica, también imbuida en procesos anteriores como el Concilio Vaticano II (1962), se configura este movimiento principalmente en los Estados del centro y sudoeste del Brasil. Las Comunidades Eclesiales de Bases se nuclearon en la Comisión Pastoral por la Tierra (CPT), organismo que fue decisivo en el nacimiento del MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra). Las comunidades se habían

convertido en espacios de discusión y de concientización que permitieron construir gradualmente un instrumento de organización campesina para la lucha por la tierra. La CPT articuló las diferentes experiencias que contribuyeron a crear el embrión de la organización de resistencia campesina tanto a la política de tierras como a la política de modernización conservadora del agro impulsada por los gobiernos militares (PIÑEIRO, 2004).

En este sentido la experiencia de la formación del MST es similar a la de las Ligas Agrarias Cristianas, la influencia de la iglesia católica, principalmente de las bases de la mismas, la decisión de posicionarse al lado de los más pobres también recibe su carga ideológica de la teología de la liberación, que atravesó los debates en las jerarquías católicas en las década del '60 y las que siguieron a ella. Es importante mencionar que, si bien la iglesia católica fue un actor fundamental en el nacimiento de estos dos movimientos, lo que sigue después de su conformación son movimientos más independientes que desarrollan formas organizativas propias, y mecanismos de lucha autóctonos.

Si bien las Ligas Agrarias y el MST poseen características similares en el proceso de formación, y son los grandes movimientos contra hegemónicos de las reformas impulsadas por Washington para los países del tercer mundo, con la amenaza de la Revolución Cubana a cuestas y la victoria del Unidad Popular con el Socialista Salvador Allende a la cabeza, durante las décadas de 1960 y 1970 en sus

respectivos países, el desenlace de estas experiencias de organización del movimiento popular en América Latina tomaron rumbos distintos.

En el Paraguay las Ligas Agrarias luego de haber conformado un modelo de educación popular inspirado en la metodología del educador brasileño Paulo Freire, habían cristalizado métodos de enseñanza en las comunidades pertenecientes a las ligas, que eran acompañados por las *Pytyvõhára*, mujeres y hombres que habían pasado por el proceso de educación secundaria en los colegios del Estado en las zonas rurales, y que eran los responsables de acompañar a los miembros de la comunidad en el proceso de alfabetización y de reflexión comunitaria.

Esto tuvo consecuencias en relación a la educación formal del Estado Paraguayo, sobre todo por los materiales que eran redactados por algunos sacerdotes para la alfabetización, que también cobraba características distintas a los manuales del Ministerio de Educación y comenzaron a incomodar a los representantes del Estado en los departamentos, y a las maestras de las escuelas rurales que corrían el riesgo de perder sus rubros.

A fines de la década del '60 las Ligas Agrarias Cristianas comenzaron a sufrir fuertes represiones por parte del régimen. Los dirigentes campesinos comenzaron a ser apresados por las garras de la policía del Stronismo, las *Pytyvõhára* también comenzaron a ser perseguidas en las comunidades, muchos de los intelectuales, estudiantes universitarios y sacerdotes fueron exiliados en los primeros años de la

década del '70, etapa en donde el régimen afila sus mecanismos de represión en el contexto del surgimiento de las guerrillas como el Frente Unido de Liberación Nacional, dirigida por el Partido Comunista Paraguayo, y otros movimientos como el 14 de Mayo, del cual participaron muchos de los campesinos que habían sido parte de la Ligas Agrarias.

Este fue el desenlace de una experiencia profunda para el movimiento popular paraguayo, que en la actualidad sigue siendo referencia para los movimientos campesinos, y un muy reducido sector de la iglesia católica que ha mantenido su opción por los pobres del Paraguay.

A diferencia del Paraguay, el MST en el Brasil se consolida como uno de los movimientos campesinos más importante a nivel global. Después de una fallida Reforma agraria truncada por la bancada latifundista, siempre inamovible del parlamento brasileño, este movimiento se reconfigura y adquiere fuerzas con las ocupaciones que llevan a cabo en las tierras improductivas

Al Primer Congreso Nacional del MST asistieron líderes campesinos de 12 Estados del país, con una presencia mayoritaria de los Estados del sur y sudeste donde se había iniciado el Movimiento. Cinco años más tarde, cuando se lleva a cabo el Segundo Congreso, asisten representantes de 19 Estados, marcando así la extensión del Movimiento en el territorio. Significativamente, el Segundo Congreso se lleva a cabo en la ciudad de Brasilia, y la consigna bajo la cual se reúnen es “Ocupar, Resistir,

Producir” (PIÑEIRO, 2007, p. 79).

Es precisamente en el sureste del país, en uno de los Estados con más presencia del MST que se encuentra una de las varias experiencias de consolidación del proceso de lucha del movimiento. El asentamiento Che Guevara, en el Estado de Sao Paulo, específicamente en la zona denominada *Mirante do Paranapanema*, es ocupada en 1991 por 600 familias en la *Fazenda Santa Clara*.

Esta comunidad es uno de los tantos ejemplos de asentamientos del MST en el Brasil, el apoyo de la iglesia fue fundamental, según los asentados de la comunidad, la cristalización de dicho apoyo se da a fines de los años 90 cuando los ocupantes deciden marchar a la ciudad de Presidente Prudente como mecanismo de presión para el cumplimiento de sus reivindicaciones, este episodio coincidió con la semana santa, y en un gesto de demostración de apoyo a la causa de los trabajadores de la tierra, los sacerdotes abrieron las puertas de la catedral de la ciudad el jueves santo y llevaron a cabo la ceremonia de lavado de los pies a los campesinos allí apostados.

La relación entre la iglesia y el sector popular continúa siendo hasta la actualidad una fuerte alianza en momentos estratégicos, en los picos de recrudecimiento de la lucha entre los explotados del campo y las oligarquías latifundistas en Latinoamérica.

Pero dicha relación no sólo se da en el ámbito popular, un claro

ejemplo de que incluso los Estados son atravesados por la influencia de la iglesia católica en América Latina son la Constituciones de gran parte de los países de la región. La encíclica de Pablo VI *Populorum Progressio* 1967 habla de la necesidad del desarrollo de los pueblos principalmente de aquellos que se esfuerzan en escapar del hambre y la miseria. Este llamado de atención del Papa Pablo VI a impulsar el desarrollo del ser humano y los pueblos, y a buscar caminos alternativos a las ideas hegemónicas del siglo XX, esto es, al capitalismo y al comunismo, es una clara visión de encontrar un espacio intermedio que busque repeler los conflictos entre clases. Esta idea se impregna en las cartas magnas, en la idea de la reforma agraria como elemento de desarrollo del ser humano en tanto individuo.

Si bien este discurso ha significado una punta de lanza para llevar a cabo grandes intentos de transformación junto al pueblo, existiendo en este sentido variadas experiencias de clérigos del tercer mundo. También ha tenido grandes contrapesos, principalmente y como hemos dicho las cúpulas clericales muy relacionadas a la derecha y a los gobiernos autoritarios.

Consideraciones finales

El proceso la lucha por el acceso a la tierra en América Latina ha sido un camino prolongado. La recuperación de experiencias organizacionales como las Ligas Agrarias Cristianas y el *Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)* son necesarias para repensar la propia

historia de Latinoamérica desde la experiencia popular, dejando atrás una historiografía eurocéntrica que ha afectado de manera profunda la consolidación de una identidad propia basada en la solidaridad de los marginados de estas tierras.

El proceso de agudización de la crisis capitalista y sus intentos, en su mayoría improductivos, de recuperación, trajo consigo la transformación constante de las relaciones de producción y los procesos de hegemonía cultural en las periferias del sistema. La necesidad de Estados represivos para la penetración de los países centrales en las economías periféricas y los propios procesos internos que desembocaron en dichos Estados autoritarios se ha transformado a finales del siglo XX.

La necesidad del capital de una mayor expansión y un desarrollo basado en la desigualdad, en donde la extracción, no sólo de materias primas, sino también de fuerza de trabajo a las economías periféricas resultó a finales de la década de 1980 en la expansión del neoliberalismo y de la era de la globalización. Esta genera una nueva forma de acumulación originaria, al decir de Octavio Ianni (1994), destruye y reproduce, subordina e integra, subsumiendo formal o realmente las más diversas formas sociales y técnicas de organización del trabajo. Revoluciona relaciones de producción y modos de vida en todos los lugares, próximos y remotos.

A la par que surgen estos nuevos rostros de un sistema ya antiguo y en decadencia, nacen procesos contra hegemónicos que luchan

por la emancipación, es decir no solamente por la transformación de las relaciones de propiedad de la tierra sino por la modificación de toda la estructura de poder, la redistribución de los espacios de mando y la construcción de nuevos modos de vida que amenazan a la globalización y la homogeneización de la vida del planeta.

En este sentido la organización de los sectores populares se hace cada vez más actual y necesaria, para brindar alternativas en todos los ámbitos de la vida humana, como las que hemos visto bajo las experiencias populares.

La revisión de la trayectoria de los pueblos es un ejercicio siempre necesario para pensar el futuro, en especial en espacios como la América Latina, en donde por siglos los vencedores han dado las características a un pueblo al que arrancaron la pluma y con ella la oportunidad de narrar su propio trayecto.

Bibliografía

CREYDT, Oscar. **Formación Histórica de la Nación Paraguaya**. Ed. Servilibro. Asunción. 2010.

CHONCHOL, Jacques. **La Reforma Agraria en América Latina**. Ed. CIDES-UMSA. La Paz. 2003.

HETHERINGTON, Kregg. **Audidores Campesinos**. Ed. Dake university Press. Canadá 2011.

IANNI, Octavio. **Globalização: Novo paradigma das ciências sociais.** 1994. Disponible en: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009>. Acceso 10 dic. 2016.

KOHAN, Néstor. **Filosofía de la Praxis y teoría de la hegemonía en Antonio Gramsci.** Buenos Aires. 2013.

KOZEL, Andrés, Grossi F., Moroni D. **El imaginario antiimperialista en América Latina.** Buenos Aires. Ed. CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini CLACSO. 2015

NARDELLI, Juan Pablo. **La experiencia educativa de las Ligas Agrarias Cristianas del Paraguay.** XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán 2007.

OSZLACK, Oscar. Reforma Agraria en América Latina: Una aproximación política. **Internacional Review of Community Development**”, n° 26-26, 1971, Piazza Cavalieri di Malta, 2- Roma.

PIÑEIRO, Diego E. **En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.

ROJAS, Luis. **Proceso histórico de la economía paraguaya.** Ed.

Orgs. André Luís André e Silvia Lilian Ferro

Secretaría Nacional de Cultura. Asunción, 2012.

**Brasil y Bolivia en Perspectiva Comparada: Análisis
de las Políticas de Reforma Agraria y las Acciones
de los Movimientos Sociales**

Jose Luis Choquecallo Bautista e Rafael Giovanetti Teixeira

Brasil y Bolivia en perspectiva comparada: análisis de las políticas de reforma agraria y las acciones de los movimientos sociales.

Jose Luis Choquecallo Bautista

Rafael Giovanetti Teixeira

Introducción

El presente trabajo hace parte de la finalización de disciplina de Sociología del Mundo Rural en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana con el fin de desarrollar las temáticas de políticas de reforma agraria en Bolivia y Brasil de manera comparada, buscando los ejes principales en sus historias, desde la colonización hasta la actualidad, con enfoque en las acciones de los movimientos sociales.

Reconocemos la importancia del acceso a la tierra como principio vital de los pueblos de Latino América. En ese sentido, la distribución desigual marca toda la historia del continente, haciéndose presente también en Bolivia y Brasil en sus semejanzas y diferencias, pero siempre con el principio de dominación colonizador de los hombres blancos.

Así, la reforma agraria es un principio necesario para buscar la libertad, del continente, de sus países y de los Pueblos Originarios del campo, con la finalidad de una mejor distribución de la tierra.

Según Oszlak, 1971:

La reforma agraria es un proceso de transformación socioeconómico que supone un esfuerzo masivo por incorporar a la población rural marginal en el seno de la sociedad, a través de cambios radicales en las estructuras de propiedad, tenencia y acceso a los medios de producción. (OSZLAK, 1971, p.26)

La motivación sobre el tema que analizamos aquí vino con la visita al asentamiento Che Guevara en el viaje de campo del día veinticinco de octubre de dos mil e dieciséis, en el Mirante del Paranapanema. Allí conocimos las dificultades de los trabajadores y de las trabajadoras del campo que luchan por la reforma agraria, por el espacio para existir en el campo, para la producción de alimentos, por las políticas fundiarias del Estado, intentando aplicarlas y modificarlas para una sociedad mejor.

Nuestra hipótesis es que las políticas de reforma agraria tienen mayor eficiencia cuando los movimientos sociales presionan al Estado para aplicarlas.

El método comparativo es considerado como más propio de la Ciencia Política (NOHLEN, 2008) porque se sostiene más allá del estudio de caso, centrándose en los conceptos y contextos.

Así, el método comparativo en casos nacionales con tantas diferencias, también se justifica en las pocas similitudes que los ligan,

impulsando al investigador a encontrar su mejor capacidad para articular conceptos y contextos.

Centramos también el análisis en el interlocutor, reconociendo la importancia de quien habla y sobre lo que habla. Entonces, los casos presentados tienen la voz autoral de cada nacionalidad, con sus experiencias y vivencias, articulándolas a los estudios y pesquisas.

El caso brasileño:

Hay que considerar que políticas de reforma agraria en Latinoamérica y en particular en Brasil empezaron de manera directa con la invasión de los portugueses en 1500 y sus políticas de demarcación y distribución a los colonizadores desde Lisboa. Es necesario traer eso como supuesto para reforzar la preexistencia de los pueblos originarios nativos de las tierras brasileñas, y la originalidad de los pueblos que aquí se asentaron como los negros y campesinos que no se consideraban dentro del proyecto de la Modernidad europea en las argumentaciones de Dussel (2005).

En ese sentido, dividimos las políticas fundiarias en tres fases: la fase de las *sesmarias* en la periodo colonial; la fase imperial y la fase republicana; reconociendo los cambios y consecuencias en cada una de ellas.

En 1534, el Rey de Portugal D. João III aplica en las tierras brasileñas el sistema de capitanías hereditarias, que deviene de las experiencias de crisis de abastecimiento en sus tierras en el inicio del Estado-nación portugués y de las experiencias de las islas en el Atlántico. Por ese sistema, se crearon 12 capitanías (porciones de tierras de diez leguas contadas desde el litoral) a respectivos donatarios a quienes se distribuyeron *sesmarias* (lotes menores) con finalidad de producción.

Todavía, por la carencia demográfica en Portugal, la dificultad de fiscalización y el enfoque exportador propio de la colonia, ese mecanismo se convirtió en implantación desordenada del latifundio en Brasil que se organizó como monocultivo sostenido por el trabajo esclavo.

La expansión de la gran propiedad agrícola estableció una poderosa élite económica y política cuyos reflejos llegan hasta los días actuales. Así mismo, en el periodo imperial a partir de 1822, fue suspendido el sistema de *sesmarias*, pero se demoró casi treinta años para aplicar otra ley debido al poder de los señores de la tierra.

En 1850 fue aprobada la Ley de Tierras en medio a las discusiones sobre la esclavitud. Como consecuencia de esas discusiones se aprobó la Ley Eusébio de Queiroz, que prohíbe el tráfico de esclavos negros de África. Es importante esa cuestión pues la Ley de Tierras establecía que, de manera general, quedarían prohibidas las adquisiciones

de tierras *devolutas* (tierras del Estado) por otro título que no sea de compra, o sea, restringía el acceso a la tierra por la compra al Estado, contra las ocupaciones de los antiguos esclavos y de los nuevos inmigrantes blancos.

Treinta y nueve años después con la proclamación de la República y mismo un poco adelante en la Constitución de 1891, se mantuvo la Ley de Tierras - además de la libertad de las provincias para cambiarla. La evidencia de su permanencia se expresa en el llamado *coronelismo*: señores de tierras poderosos lo suficiente para mantener un *curral* (grupo) electoral y sostener su status de poder frente al Estado.

Fruto de la Revolución de 1930, la Constitución de 1934 introdujo en el ordenamiento jurídico la figura del *usucapión*, que permitía al que utiliza (posee) la tierra en modo permanente y pacífico, adquirirla legalmente interponiendo un proceso judicial llamado de prescripción adquisitiva de dominio, mismo con varias restricciones jurídicas.

Las agitaciones sociales y políticas del mundo polarizado de la Guerra Fría se evidenciaron en el *Estatuto da Terra* (Ley de Tierra) de 1964, como extensión apaciguadora de la Constitución de 1946. Con criterios para una reforma agraria, la Ley de Tierras sostiene el bienestar, el derecho a la propiedad y la función social de la tierra como nociones de valor jurídico y alcance social distintos. Según Bruno:

El bienestar es un concepto filantrópico, de contorno vago e impreciso. [...] Pero es importante porque refrenda la desapropiación por interés social y legitima la reforma agraria. La función social, por sus repercusiones en el derecho de propiedad, al contrario, exige destaque e una conceptualización precisa, debiendo asentarse exclusivamente sobre su piedra angular: el trabajo. De ese modo, la obligación con la explotación no quedaría al saber de los intereses de cada uno (BRUNO, 1995, traducción propia).

En ese sentido, el destaque de la función social de la tierra como valor jurídico requiere modos de operar utilitarios definidos en el *uso eficiente, uso directo y uso correcto*: el primero relacionado a la tecnología adecuada a la explotación; el segundo a la ausencia de propietarios y formas de contrato; y el tercero como garantía de preservación de los recursos naturales, culturales y humanos.

Pero, mismo con esas premisas en el estatuto, la reforma directa no fue hecha por el Estado, debido la fuerza de los ruralistas. Así mismo, la Ley es un *ethos* del sindicalismo rural (BRUNO, 1995) y reconocida por los movimientos sociales que la utilizan para sus reivindicaciones.

Con la redemocratización en los `80, la Constitución Federal de 1988 refuerza los principios jurídicos de la Ley de Tierras en sus líneas magnas, del bienestar, de la propiedad y de su función social, aunque deformada en 2001 por la medida provisoria que excluyó el instrumento de ocupación por los movimientos sociales.

Hoy, todavía, las pequeñas propiedades hasta con diez hectáreas, ocupan 2,7% y las grandes propiedades con más de mil hectáreas ocupan más del 43% de las tierras, según el Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (2006).

El caso boliviano

En 1952 comenzó la revolución boliviana protagonizada por partido del Movimiento Nacional Revolucionario, con la finalidad de poder construir una República. En ese entonces se realizó una de las mayores transformaciones fundamentales en la participación ciudadana en Bolivia, la distribución de tierras a través de una reforma agraria que logró acabar con el régimen terrateniente imperante en el occidente del país, recuperando el control del Estado sobre los recursos naturales y la economía boliviana.

Se incorpora además, por primera vez, al escenario político a gran parte del indigenismo campesino y a las mujeres, al establecer el voto universal en el Occidente y Oriente bolivianos. Ya también en el siglo XIX se comenzó a elaborar la reforma agraria por iniciativa del estado boliviano y se comienza a impulsar la reforma con el cuatro veces Presidente Víctor Paz Estenssoro (1907-2001). En año 1953 se sanciona la reforma agraria en el congreso nacional con una gran movilización indígenas de áreas rurales.

Víctor Paz Estenssoro propició que las comunidades indígenas hacendadas utilizan la propiedad en grupos de familias, en una compleja interacción mediada por relaciones feudales, no obstante, en la mayoría de las haciendas, se retenían a los indígenas y además contaban con su propia producción donde laboraban.

Se hace un énfasis respecto de que los sectores de hacendados, los dominantes, eran los patrones capitalistas, que obtenían la renta agraria en la base de explotación hacia las comunidades indígenas, porque las tierras eran usurpadas y explotadas. Esto implicó una enorme desigualdad en contra los indios ya que existía en la población rural dos divisiones: por un lado, los patrones, es decir la clase terrateniente étnicamente blancos o mestizos, y por otro lado los “colonos o peones” integrado por los indígenas andinos quienes eran explotados en la condiciones de servidumbre.

En Oruro y Potosí persistían dos formas de relación productiva, en los cuales estaban las comunidades indígenas: los productores libres que se afincaban en los poblados de Cochabamba, Chuquisaca y Tarija llegando al porcentaje de 57% del total de productores y por otro lado las haciendas con un total de 4.266 haciendas que producían bajo formas de servidumbre masiva. (COLQUE, 2016).

La promulgación de reforma agraria en Bolivia fue el 20 de marzo de 1953, el presidente Víctor Paz Estenssoro, organizó la comisión de reforma agraria impulsada por Hernán Siles Suazo, con el propósito que responda al problema social evidenciado. En 1953 aconteció el levantamiento campesino mediante el cual se tomaron tierras de latifundistas en los valles y el altiplano de Bolivia.

La reforma agraria fue controlada desde el Estado políticamente, regulando los latifundios y la distribución de tierra en la masa rural con la premisa: *“la tierra es de quien la trabaja”*. Esa frase fue un pilar fundamental para todos los habitantes bolivianos, ya en ese contexto y con la ley de la reforma agraria el Estado tenía la función de entregar las tierras a los campesinos indígenas y a las comunidades rurales en general, así también se eliminó a las haciendas consiguiendo que el campesinado pueda ser libre respecto de la anterior sujeción a los patrones latifundiarios. Se pensaba que con la reforma agraria, los sectores rurales desconcentrados se transformarían en un dinámico sector productivo aunque como parte complementaria de la producción agrícola de tipo capitalista.

En el año de 1953 se comenzó la primera modificación de la ley de tierra con los sectores de campesinos a la cabeza y la confederación Sindical Única de trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB). En ese entonces se presentó el anteproyecto de la ley llamado Ley Agraria Fundamental (LAF), con la finalidad de reivindicarse con los sectores de

masas. Las organizaciones sociales bolivianas plantearon profundizar el proceso de 1953 bajo la consigna de hacer el trabajo personal de base para identificar los derechos de la tierra y así también reencaminar el proceso agrario con una visión comunitaria y asociativa que supere las formas capitalista que habían logrado imponerse. También los sectores campesinos se organizaron bajo la conducción política de Víctor Paz Estensoro.

Bajo el sistema de trabajo comunal se permitió la mejor organización del proceso productivo agrario generando puestos de trabajo en las actividades productivas del campo, produciéndose el crecimiento demográfico de la población. Al respecto Colque refuerza que:

Ley de Reforma Agraria de 1953 establecía mecanismos “perversos para la reversión de tierras” y que sus resultados no generaban seguridad jurídica sobre la propiedad de la tierra. Esta observación resulta relevante porque no sólo se trata de una reflexión más sobre la aplicación de la ley sino más bien es una crítica al enfoque que tuvo la reforma agraria desde su concepción. Su valoración se refuerza cuando indica que el mercado de tierras fue una realidad en esa época pero que estaba siendo distorsionado por insuficiencias de la ley (COLQUE, 2016, p.80)

Los indígenas campesinos de altiplano y valles que en su mayoría son Quechuas y Aymaras estaban organizados en sindicatos y *ayllus* fueron protagonistas de la reforma agraria en 1953, como también

en la actualidad, son una fuerte influencia sindical y política de las organizaciones de productores de la hoja de coca. Ellos pedían un mayor acceso a recursos de propiedad del derecho comunitario y familiar así como también un acceso gratuito a nuevas tierras del área de la frontera agrícola en el oriente y el rechazo abierto a la venta de tierras a privados que eran propiedad del Estado. Los campesinos, pequeños propietarios de origen Quechua y Aymara fueron beneficiados por la reforma agraria entre las décadas de los `60 y `70.

Por el contrario los medianos y grandes empresarios agrarios del oriente boliviano controlado por productores principalmente dedicados a cultivos de exportación como algodón, caña de azúcar y posteriormente de soya, contaban con una tecnología intensiva y mecanizada y demandaban al Estado el libre acceso al mercado de tierras que incluía la defensa de invasiones de terceros y una plena seguridad en su derechos de propiedad , como también la disminución del impuesto a la propiedad de la tierra y la eliminación de facultades puestas en la constitución política del Estado para la expropiación de tierras que no cumplan su función económico-social.

Y los latifundistas, propietarios de tierras no trabajadas que eran un sector de organización de productores con un gran poder de negociación política pedían una seguridad inmediata mediante una disposición legal que saneara sus títulos otorgados por la reforma agraria, otra de sus demandas era el paso del “derecho de propiedad pleno” a el

concepto de “derecho propietario absoluto”, la eliminación de ventajas que tiene el Estado para la expropiación de sus tierras y por último el rechazo al cancelamiento de impuestos de la tierra en cualquier forma de pago.

En décadas posteriores en el Oriente boliviano y en el Chaco Amazónico, los gobiernos dictatoriales de Hugo Banzer Suarez y de Luis García Meza se caracterizaron por sus prácticas de acceso ilegal a tierras públicas

En el año 1990 se logra un debate colectivo sobre la actuación de las instituciones fundiarias estatales. Una de las consecuencias de ese debate fue la convicción del traslado del eje productivo nacional hacia los llanos orientales. Los actores sociales con sus propios argumentos, reivindicaciones y propuestas respondían a intereses sectoriales. Existían diferentes tipos de propietarios, entre los cuales un total de 154.996 indígenas correspondientes a 30 pueblos de las tierras bajas del llano oriental y la amazonia fueron ignorados y para tener alguna respuesta tuvieron que movilizarse en protestas públicas y marchas. Sus demandas fueron la constitución de territorios indígenas comunitarios que tengan un derecho exclusivo a todos los recursos naturales.

En 1996 el Congreso Nacional boliviano entró en gran debate en el marco de un nuevo sistema de regulación fundiaria, una nueva ley

de tierras. Analizándose en ese marco las razones por las cuales el proceso de la reforma agraria se estancó debido a dos procesos concatenados: el crecimiento demográfico y la subdivisión de propiedades en pequeñas parcelas de tierras.

Conclusión

Comprendemos las dificultades de la reforma agraria en Latinoamérica desde las perspectivas de cada país, por la presencia de los latifundistas, los patrones, el hombre blanco que utilizó y utiliza de los recursos y del pueblo para beneficio propio, del capitalismo y de las naciones centrales.

De esta manera, la formación y acción del Estado está muchas veces vinculada a esas poderosas personas que lo utilizan a sus propias voluntades, olvidándose de la población, generando pobreza o hasta mismo masacrando para obtener sus ganancias.

De la vivencia del asentamiento Che Guevara en el Estado de Saõ Paulo en Brasil que visitamos, obtuvimos testimonios de la violencia del propio Estado en la defensa de esa gente poderosa, o de sus guardias personales ilegales que también atacan sin piedad.

La propiedad privada como derecho universal y matriz de la constitución del Estado sigue siendo también un gran problema por sus implicaciones prácticas de los títulos históricos de los latifundistas que

matan para mantenerla, como también en sus implicaciones teóricas de las múltiples funciones de la propiedad.

En ese sentido, percibimos cierta semejanza en entre las reformas de Bolivia y Brasil en el siglo XX en lo que dice respecto a la teorización de la función social de la tierra, o sea, de su utilización máxima o mínima en relación a la producción, preservación, etc. La tierra es de quien la trabaja en Bolivia y en Brasil su uso tiene que ser eficiente, correcto y directo.

Por tanto, su aplicación se presentó distinta también en esos dos países por motivos diversos: en Bolivia el Estado presionado con más fuerza por los movimientos sociales, principalmente de los pueblos originarios que se organizaron en los sindicatos y en sus principios originarios como los *ayllus*, por lo cual los Aymaras y Quechuas, lograron la redistribución directa, mismo que parcial, por el Estado debido a sus luchas en las décadas de los '50 y '90. En Brasil, observamos la actuación el Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MTST) como ejemplo - pero no nos olvidamos del proceso histórico y de otros movimientos que lucharon desde mucho antes por el acceso a la tierra – por el trabajo de campo, sus acciones en el frente de la educación en el campo, teniendo en cuenta la estructura de latifundios de Brasil y las leyes que las fundamentan, creando asentamientos organizando los núcleos, brigadas y sus direcciones regionales, provinciales y nacional – principalmente desde la década de los '80.

Así, buscamos exponer la importancia de la tierra para el pueblo latino americano en contra la dominación de los patrones latifundistas que las concentran en su titularidad bajo la fuerza y la burocracia del Estado, organizándose los movimientos sociales en una acción contra hegemónica a esa situación, tanto por la forma de la ley, aplicándola de manera correcta, como en el voluntad de modificar la ley y lograr la redistribución de las tierras.

Bibliografía

BRUNO, Regina (1995) *Estudos Sociedade e Agricultura*. Paris: Université de Paris III.

CHONCHOL, Jacques (1994) *Sistemas agrarios en América Latina. De la etapa prehispanica a la modernización conservadora*. Santiago: Fondo de cultura económica.

COLQUE, Gonzalo (2016); Tinta, Efraín; Sanjinés, Esteban *Segunda Reforma Agraria: Una historia que incomoda* La Paz: Tierra.

DUSSEL, Enrique (2005) “Europa, modernidade e Eurocentrismo” em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

GUIMARÃES, Alberto Passos (1964) *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Paz e Terra Editora.

NOHLEN, D. (2008) "Conceptos y Contextos en torno al desarrollo de la comparación" *Working Paper N. 265*, Barcelona: Institut de Ciències polítiques i socials.

SARTORI, G. (1994) "Comparación y método comparativo" en SARTORI, Giovanni & MORLINO, Leonardo (organizadores) *La comparación en las Ciencias Sociales* Madrid: Alianza Editorial.

OSZLAK, Oscar (1971) "Reforma Agraria en América Latina. Una aproximación política" Artículo publicado en *Internacional Review of Community Development* n° 26-26, 1971, Piazza Cavalieri di Malta, 2-Roma.

Orgs. André Luís André e Sílvia Lilian Ferro

**Apontamentos Teóricos Sobre o Processo de
Reforma Agrária no Brasil a partir da Observação
em Campo no Assentamento Che Guevara**

*Polianna Teixeira Olegário
Marcos Afonso Lopes Ziemann*

Apontamentos Teóricos Sobre o Processo de Reforma Agrária no Brasil a partir da Observação em Campo no Assentamento Che Guevara

*Polianna Teixeira Olegário¹⁴
Marcos Afonso Lopes Ziemann¹⁵*

Resumo

Este trabalho objetiva averiguar o andamento do processo de reforma agrária brasileira, tendo como exemplo as informações coletadas no assentamento Che Guevara, localizado no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo. Além de compreender a importância das relações sociais e da capacidade de cooperação entre os integrantes desta determinada sociedade no processo de seu real e possível desenvolvimento. As comunidades rurais, por meio de sentimentos como solidariedade e confiança, conseguem fortalecer a cooperação local, e isto pode vir a ser um instrumento para desencadear um processo de transformação socioeconômica do local.

Palavras-Chaves: Reforma Agrária; Assentamento Rural; Estado de São Paulo.

Palavras Iniciais

Esses escritos surgiram por meio da teoria estudada na disciplina Sociologia do Mundo Rural e através da prática obtida pelo trabalho de

¹⁴ Geógrafa pela Unila e mestranda em Geografia pela Unesp/Rio Claro.

¹⁵ Graduando em Geografia pela Unila.

campo, que contou com apoio financeiro da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), oportunizando um número maior que trinta alunos, em sua maioria do curso de Geografia, nas modalidades bacharel e licenciatura, vivenciarem as particularidades expressas pelos moradores do Assentamento Che Guevara e suas dinâmicas produtivas. Assim, pudemos *in loco*, constatar a veracidade das palavras referentes a solidariedade e cooperação social, no sentido da transformação regional.

Pois diferente do que foi o assentamento em sua base fundacional o que existe hoje reflete o quanto foi importante à união de todos os assentados, no sentido de se fortalecerem e juntos superarem todos os obstáculos que, segundo os moradores entrevistados, foram inúmeros e árduos.

Nos tópicos abaixo os leitores encontrarão apontamentos teóricos sobre o processo de reforma agrária no Brasil, dados atuais referentes ao número de assentados e quantidade de área pertencente aos assentamentos do Estado de São Paulo, além de falas e percepções dos autores tanto do assentamento Che Guevara como os que escrevem essas linhas.

Não somos estudiosos da questão agrária e foi dessa ignorância que surgiu esse trabalho, posto que entender o processo de reforma agrária e todos os conflitos gerados é um dever de todos que lutam por igualdade no acesso aos direitos de vida. Aqui colocamos nossas leituras, nosso olhar a respeito do que conseguimos captar desse universo de luta.

Como geógrafos partimos da noção de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico que, de acordo com Santos (2006), seria “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, sendo também sinônimo de território usado. Para tanto, há que se interpretar que o território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000). Este não é uma entidade pura (SANTOS, 1998), não é apenas natureza, não apenas político, não é apenas econômico ou cultural, tão pouco é homogêneo. Esse é o nosso método de análise.

Assim, para analisar os processos de reforma agrária e as desdobramentos do assentamento Che Guevara, buscamos entender o conflito social, econômico e político entre Estado e Militantes Sem Terra. Esse conflito num primeiro momento pode parecer ilógico, pois o Estado deveria estar ao lado dos militantes já que é seu representante. No entanto tentamos comprovar a partir dos dados que devido aos interesses dos que governam e, portanto compõe o Estado as leis são manipuláveis em acordo com os interesses políticos dos governantes federais em cada período.

Processo de Reforma Agrária

No Brasil, “a concentração fundiária no Brasil remonta a 1530, com a implantação das capitânicas hereditárias, as quais eram grandes extensões de terras concedidas pelo rei de Portugal aos nobres

portugueses (donatários) que aqui se instalaram.” (SOUZA, 2006, p.10). Mas foi com “foi com a Lei de Terras de 1850 que ocorre a mercantilização da propriedade fundiária, marcando o início do capitalismo na agricultura.” (CARVALHO, 2010, p. 396). Pois a Lei nº 601 (Lei de Terras) “impedia o acesso às terras devolutas por outro meio que não fosse a compra [e] garantiu a mobilização das instituições jurídicas e policiais na defesa da propriedade fundiária (MARTINS, 2010, p.339).

Desde esse período o país vivência cinco “séculos de latifúndio¹⁶” cuja característica principal é o “Cativeiro da terra”¹⁷. Como afirma Martins (2010, p.3)

O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais.

¹⁶ Em referência a obra de GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Fulgor: São Paulo, 1963.

¹⁷ Em referência a obra de MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. Contexto: São Paulo, 2010.

Para Fernandes (2004) a questão agrária compreende duas dimensões essencialmente relacionadas: o conflito pela terra e o desenvolvimento rural. Segundo este autor tanto a agricultura camponesa estabelecida por meio de ocupações e assentamentos como a agricultura capitalista em sua territorialização e desterritorialização gera conflito e desenvolvimento.

Assim é a partir dessa estrutura concentracionista e contraditória que nasce a questão agrária, ou seja, a Lei de Terras transformou o pagamento feito aos senhores feudais pelo direito de usar a terra para os senhores capitalistas. Logo, a renda da terra “nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra” (MARTINS, 2010, p.35)

Para Oszlak (1971, p.1), a reforma agrária

[...] es un proceso de transformación socioeconómico que supone un esfuerzo masivo por incorporar a la población rural marginal en el seno de la sociedad, a través de cambios radicales en las estructuras de propiedad, tenencia y acceso a los medios de producción. Por lo tanto, toda reforma profunda involucra algún grado de privación de los sectores terratenientes en tanto debilita las bases de su poder económico y político.

Arruda (2005, p.16) afirma que reforma agrária são políticas que se “orientaron a redistribuir tierras excesivamente concentradas en manos de grandes

propietarios”. Oszlak nos informa o objetivo e o processo, já Arruda o instrumento da reforma.

No entanto para Oszlak (1971, p.3) o processo de reforma agrária depende da vontade ideológica política, podendo ocorrer de diferentes modos em diferentes etapas. Ou seja, os *“gobiernos pueden inducir la reforma agraria mediante políticas dirigidas a desatar fuerzas sociales latentes [ou] puede simplemente venir a legitimar, canalizar o reorientar un proceso que está en marcha”*.

A legitimidade do processo de reforma agrária é garantida pelas leis/normas de cada Estado e soberanamente pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que afirma,

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

As lutas e reivindicações por reforma agrária são históricas no Brasil¹⁸ dentre os conflitos que alavancaram e marcaram essas

¹⁸ Um claro exemplo da repressão, da guerra civil declarada estabelecida pela reforma agrária no Brasil é representado no documentário: *Cabra Marcado para Morrer*, do diretor Eduardo Coutinho (já falecido) que conta a história, a partir dos relatos da esposa, da vida e da morte de João Pedro Teixeira, um líder camponês da Paraíba, assassinado em 1962. O documentário começou a ser filmado em 1964, mas devido a repressão militar só é retomado 17 anos

reivindicações estão a Revolta Farroupilha – RS; a Guerra dos Canudos; Guerra do Contestado – PR; as Ligas Camponesas; a Revolta de Trombas – GO. Tais lutas geraram o Estatuto da Terra do ano de 1964, lei nº 4.504, elaborado na ditadura militar como resposta aos compromissos assumidos pelo Brasil na Carta de Punta Del Este/Uruguai, no sentido de aprovar uma lei de suporte à realização da reforma agrária, tendo como motivação a existência de movimentos sociais.

Chonchol (2003) nos esclarece que os esforços para redistribuir a terra, desde o século XIX,

[...] fueron el resultado de revoluciones políticas o sociales y de presiones campesinas en el contexto de dichas revoluciones. También fueron la consecuencia del deseo de ciertos dirigentes políticos en el poder de ganar el apoyo del campesinado para procesos de cambios más globales, o de consideraciones de la importancia de una mejor distribución de las tierras para las políticas de desarrollo económico y social. (p. 207-208).

O Movimento Sem Terra (MST) surge no Brasil a partir de “uma série de lutas sociais que ganham visibilidade no período de transição política, nos anos 80, após um longo período de vigência de governos militares no país.” (SIMONETTI, 2007, p. 124). A partir do surgimento político do MST ocorre a organização ideológica, social, cultural e política dos trabalhadores rurais sem terra, que com o tempo

depois por meio dos relatos da viúva do João Pedro Teixeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLIR0c>.

se expande para o contexto urbano. Noam Chomsky, um dos mais importantes intelectuais ativistas da atualidade, discursou, em inúmeras ocasiões, em favor ao MST. Segundo Chomsky; “existe uma clara ligação entre o surgimento de favelas e a desigualdade na distribuição da terra no campo”. O pensador ainda afirmou que o "MST é o movimento popular mais importante e estimulante do mundo". Durante o seu discurso no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em fevereiro de 2003.

Assim, no Brasil ente os anos de 1984 e 1985 no governo Sarney, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária cujo objetivo era o de avançar no campo da democratização da terra. Mas, somente a Constituição Federal de 1988 garantiu a possibilidade de realização da reforma agrária. *“A partir de meados dos anos 80 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação”* (BERGAMASCO, 1997, p.37)

No entanto, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1997) há um atraso no reforma agrária devido à sanção do Decreto 2.250/97 que diz “Art. 4º O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, para os fins e reforma agrária enquanto não cessada a ocupação” (BRASIL, 1997). Para Fernandes (2001, p.7)

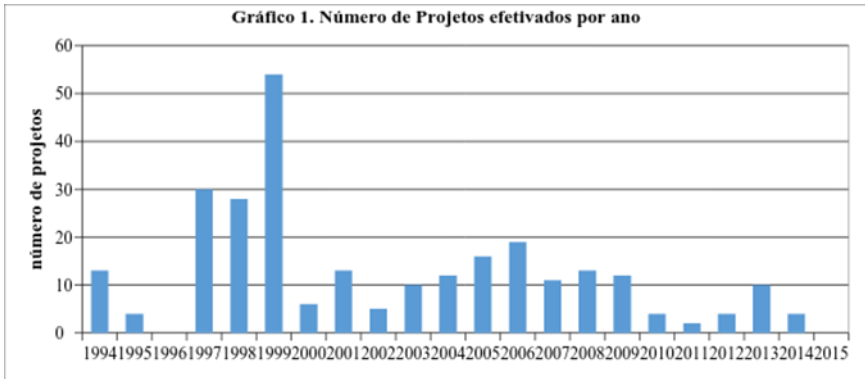
O governo [Cardoso] sempre tratou a questão [agrária] com políticas compensatórias, implantando assentamentos onde os sem-terra ocupavam os latifúndios. Desde 1997, por meio de acordos com o Banco Mundial, o governo tem criado políticas de compra e venda de terra, que foram nomeadas de Cédula da Terra

e Banco da Terra. Também criou a “reforma agrária pelo correio”, na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais, tentando acabar com os trabalhos de base e as ocupações. Todavia, essas políticas não foram suficientes para desconcentrar a estrutura fundiária. Na realidade, o que assistimos é um processo de implantação de assentamentos rurais simultaneamente a intensificação da concentração fundiária, como pode ser observado nos censos agropecuários. Na tentativa de controlar a questão agrária, impedindo o crescimento das ocupações de terra, o governo também tem criado medidas provisórias para criminalizar os sem-terra, não desapropriando terras ocupadas, por um período de dois anos, e não assentando as famílias que participam de ocupações.

Embora o governo do PT (2003-2015) tenha ampliado em muito o acesso à direitos sociais pelas camadas de baixa renda, levando por meio de políticas afirmativas à milhares de famílias a se tornarem classe média¹⁹, a Reforma Agrária se restringiu ao II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado em 2003, início do Governo Lula, e acabou em 2007, fim do primeiro mandato do presidente. O governo Dilma “*não colocou na agenda da reforma agrária a elaboração do III PNR, logo, se desobrigou de fazer a reforma agrária.*” (OLIVEIRA, 2010, p.307-308).

O resultado das ações dos Governos Federais e da desarticulação política em cada um deles são expressos nos gráficos 1 e 2 abaixo.

¹⁹ Como afirma o livro “10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma”, organizado por Emir Sader e lançado pela Boitempo em 2013.



Elaboração OLEGÁRIO, P.T. Fonte: Incra 2016.



Elaboração OLEGÁRIO, P.T. Fonte: Incra 2016.

Para Fernandes (2013) a perpetuação da questão da reforma agrária no governo Lula “está associada ao fato de não ter enfrentado duas questões estruturais: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, por meio da renda capitalizada da terra, e a insuficiência das políticas de desenvolvimento

para a agricultura camponesa.” (p.191). Ainda segundo Fernandes (2013) “a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da União.” (p. 192). Essa “política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio.” (OLIVEIRA, 2010, P. 308).

Essa articulação política entre Estado e agronegócio já era expressa nos escritos de Caio Prado Junior (1979, p.19), segundo ele,

Para os autores e executores do plano; a “reforma agrária” se reduz a um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, mas sem atenção alguma à questão dos indivíduos e categorias sociais da população rural que se acham em condições de tirar proveito dessa exploração da terra; ou que, pelo contrário, são por ela esmagados e reduzidos a padrões de vida absolutamente insatisfatórios.

Ou seja, para efetivar a reforma agrária, é preciso enfrentar a base aliada dos capitalistas/ruralistas, dentre outras, que no período atual ainda tem forte presença nas bancadas governamentais, logo, reforma agrária no Brasil está atrelada a reforma estrutural política, há que se liquidar a herança de cargos públicos e de explodir as bancadas políticas que gestam o Estado mediante seus interesses capitalistas e individuais.

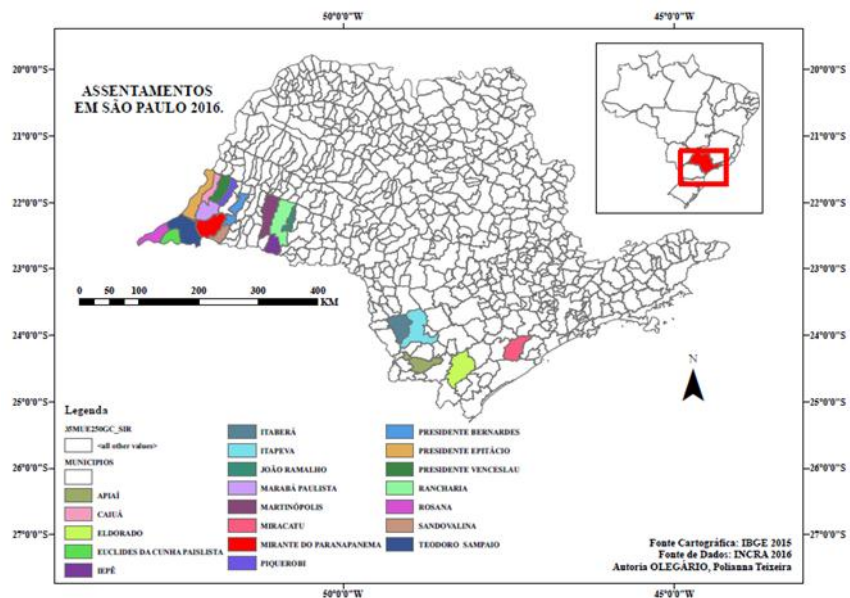
Assentamento Che Guevara: um encontro entre teoria e prática

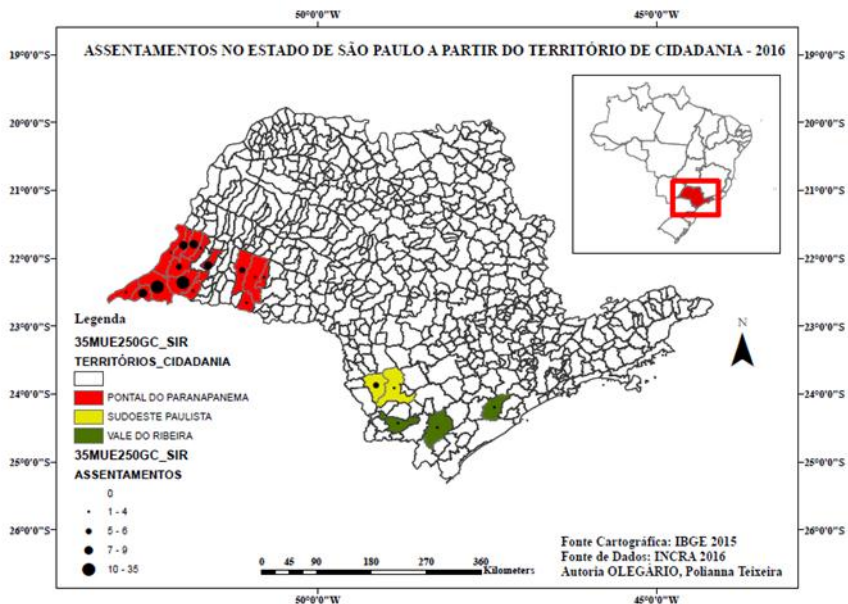
Criado em 08 de abril de 1998 o assentamento Che Guevara possui, atualmente, 46 famílias assentadas em uma área de 976.45 hectares, tendo como agricultável 772 hectares divididos em 46 lotes com tamanho médio de 16,3 hectares cada (INCRA, 2016). O assentamento está no município de Mirante no Pontal do Paranapanema pertencente ao Estado de São Paulo esta região faz parte da política de desenvolvimento conhecida como Território da Cidadania²⁰ que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário é

[...] uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (BRASIL, 2008)

²⁰ Para maiores informações ler Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário Para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/GIA2016/bibliografia%20gia%202016/TERRITORIOS%20DA%20CIDADANIA-TEXTO.pdf>> Acesso em 28 nov 2016. E ainda consultar Território da Cidadania: Integração de Políticas Públicas Para Reduzir Desigualdades. 2008. <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>

No Estado de São Paulo existe além do Pontal do Paranapanema dois outros Territórios da Cidadania: Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista. Todos possuem municípios com assentamentos. Ilustrações seguem nos mapas abaixo.





A criação do assentamento Che Guevara foi possível através da ocupação da Fazenda Santa Clara em setembro de 1991 por 600 famílias de agricultores desterrados, oriundos de municípios da região e organizados pelo MST. No entanto, segundo os inúmeros relatos das pessoas que vivem no assentamento Che Guevara, para que a fixação na terra dessas inúmeras famílias viessem a ter um resultado positivo, como ocorreu, foi de fundamental importância o auxílio prestado pelos integrantes do MST. À época dos fatos, sobre a disputa da posse da terra em 1991, houve solicitação à Justiça no sentido de solicitar a reintegração de posse da fazenda Santa Clara, por parte de seus proprietários. Após o cumprimento da ação, as famílias foram transferidas para uma área

desativada da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), enquanto a Procuradoria Geral do Estado tentava comprovar que a fazenda estava em terras devolutas, ou seja, pertencentes ao Estado.

Paralelamente a isso, os trabalhadores realizaram uma passeata de 120 km, que durou 12 dias, até a cidade de Presidente Prudente, com o intuito de sensibilizar a população local e autoridades governamentais para os problemas fundiários do Pontal do Paranapanema. Apoiados por entidades ligadas à questão agrária, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Sindicatos Rurais dentre outros, se iniciou um período de negociação entre as partes interessadas, resultando num acordo celebrado em abril de 1992, no qual o Governo do Estado de São Paulo indenizou as benfeitorias realizadas pelo proprietário da fazenda Santa Clara e promoveu um Projeto de Assentamento emergencial, beneficiando 315 famílias.

A área da fazenda era insuficiente para viabilizar as atividades produtivas dos agricultores previamente assentados. Com a criação de outros assentamentos que beneficiaram as famílias excedentes, o Projeto de Assentamento tornou-se definitivo, recebendo o nome de Che Guevara pelos residentes. A demarcação dos 45 lotes foi feita pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).²¹

²¹ No assentamento Che Guevara, a distribuição da titularidade dos lotes observado por gêneros, mostra a majoritária concentração da posse dos terrenos entre os homens, que detém 93,5%, enquanto somente 6,5% dos títulos pertencem às mulheres.

No município do Mirante do Paranapanema, em 2016, depois de muita luta, segundo moradores do assentamento, além de seis escolas estaduais que oferecem cursos do Ensino Fundamental, da 1ª a 8ª séries e uma escola que oferece Ensino Médio, existe ainda um colégio na Agrovila²² chamado: Colégio Assentamento Santa Clara, onde estudam atualmente 250 alunos que podem iniciar no pré-ensino e permanecer ali até a conclusão do ensino médio.

Segundo a coordenadora desta unidade de ensino: *o ponto mais alto de nossa escola é que os filhos e os pais estudam aqui, dividem conhecimentos entre si e acabam incentivando uns aos outros a permanecerem frequentando nossos cursos até suas conclusões*²³. O ensino é baseado no método da Pedagogia da Alternância²⁴ cujo fundamento é alternar momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar/comunitário. É um processo de aprendizagem que ocorre sobre a seguinte dinâmica: casa-escola-casa. Nesse método é priorizada a experiência do aluno, valorizando seus conhecimentos, onde o aluno terá uma formação a partir da sua realidade. Essa dinâmica de *estudo familiar acabou resultando positivamente no sentido de que ali, na agrovila de assentados, o analfabetismo apresenta um índice de*

²² Núcleo habitacional e produtivo construído geralmente em áreas rurais para o desenvolvimento da agricultura e destinado a receber populações que estão sendo deslocadas de outras áreas por razões climáticas ou devido à construção de obras públicas como, por exemplo, barragens que servem como reservatórios para a produção de energia elétrica. (SANDRONI, 1999).

²³ Transcrições das entrevistas obtidas *in loco*.

²⁴ Para mais informações: TEIXEIRA, Edival Sebastião Teixeira; BERNARTT, Maria de Lourdes e TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

3% no total da população, bem abaixo da média geral encontrada no Estado, de 9,65%. A Escola está viva, muito bem organizada e seus alunos demonstram vivacidade.

É possível notar imediatamente, a exímia administração exercida pelos responsáveis da escola e fica claro, que, com uma boa administração e o envolvimento dos familiares, qualquer obstáculo existente pode ser superado. Isso não apenas no campo educacional, mas sim em todos os campos sociais.

Mas, como infelizmente somos levados a pensar, nem tudo pode ser perfeito e muitas críticas foram e são feitas em relação às escolas do MST. Por exemplo; uma delas A Escola Nacional Florestan Fernandes, assim como todos os empreendimentos educacionais do MST, tem sido apontada por parte da imprensa como “foco de doutrinação da esquerda revolucionária”. Em matéria publicada em 2005 intitulada *Madraçais do MST*, a revista Veja (2005):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais (os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã). Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a "desenvolver a consciência revolucionária" e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara. **"Sem-terrinha em ação, pra fazer a revolução!"**, gritam os alunos, de mãos dadas, ao final de eventos e apresentações. Pelo menos 1.000 dessas escolas são reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação –

o que significa que têm status idêntico a qualquer outro estabelecimento de ensino da rede pública e que seus professores são pagos com dinheiro do contribuinte. Elas nasceram informais, fruto da necessidade de alfabetizar e educar os filhos de militantes do movimento – que chegam a ficar durante anos acampados nas fazendas que invadem, à espera da desapropriação. No fim dos anos 80, atendendo a uma reivindicação do MST, o governo passou a integrar essas escolas improvisadas à rede pública. Parte delas funciona nas antigas sedes das fazendas invadidas, parte foi construída pelos Estados e municípios. Ao todo, as escolas do MST abrigam 160.000 alunos e empregam 4.000 professores.

Para além dessa visão supérflua da direita midiática, outro feito que se apresenta como resultado positivo de inúmeros anos de luta, por parte dos moradores ali assentados, é a construção de um Posto de Saúde, em parceria com a Prefeitura do município do Mirante do Paranapanema e com o ministério da saúde, com custo inicial de R\$ 387.968,53, na Agrovila do assentamento Che Guevara, que irá atender a população da comunidade dos assentamentos próximos e demais comunidades adjacentes.

Neste assentamento existe ainda, um Centro Comunitário utilizado para reuniões, festas e cursos de capacitação voltados para as comunidades. Segundo Dona Vani, uma senhora que foi contemplada com a titularização de um lote, dos 46 ali distribuídos; *nada aqui foi conquistado sem luta. Tudo foi ao custo de muitas caminhadas e muitos anos debaixo de pequenas lonas sob sol e chuva, muitas vezes por anos seguidos. É comum famílias passarem mais de 15 anos em acampamentos a espera de seu pedacinho de chão.*

E, segundo Dona Andréia, outra moradora do assentamento Che Guevara, que gentilmente nos guiou por entre as muitas benfeitorias ali desenvolvidas por eles: *muitas lutas ocorreram, mas graças à Deus, nenhuma resultou na morte de nenhuma pessoa, nem dos que lutavam pela posse da terra, muito menos dos que detinham irregularmente essa propriedade em disputa*. Mas, segundo outro morador muitas coisas ocorreram de maneira bastante violenta, porém não especificaram quais.

De acordo com a Caderneta de Campo da safra de 1998/99, atualizada pelo Banco de Dados do Itesp (2005), 71,5% dos titulares estão entre a faixa etária de 31 a 50 anos, mantendo o mesmo percentual de 1998. Em 2005, os titulares maiores de 65 anos, que eram ausentes em 1998, são 15,22%. A predominância de titulares entre 31 e 50 anos de idade caracteriza uma forte presença de mão-de-obra em idade produtiva. Em 2016 não é muito diferente esses números, apenas um número menor de jovens estão permanecendo nos assentamentos, pois estão saindo para cursar universidades fora, mas que tem por objetivo, voltarem e desenvolverem vários projetos voltados a melhoria de suas propriedades e a condição financeira de seus familiares que ali permanecem enquanto buscam conhecimento nos grandes centros urbanos próximos.

Quanto à ocupação da área, em atividades agropecuárias, verificava-se em 1998/1999 um certo equilíbrio nas terras destinadas a cultivos anuais (22,14%) e às destinadas a pastagens (25,53%), o que pode denotar uma diversificação maior das atividades. Ocorria também

uma pequena área com implantação de culturas permanentes (4%), reafirmando a tendência de diversificação. O mesmo peso que as atividades vinculadas à pecuária leiteira têm na ocupação da área ocorre no valor gerado, onde novamente verifica-se o equilíbrio entre pastagens (pecuária leiteira) e lavouras (anuais e permanentes).

Mas a realidade atual em 2016 é diferente, pois existe atualmente, um grupo de mulheres que montaram uma microempresa de panificação, outro grupo de homens e mulheres que unidos produzem plantas medicinais, outros exploram a produção de mandioca, milho, feijão, frutas e hortaliças, que são absorvidas por programas dos governos municipais, estaduais e federais. Mas tudo ainda muito pequeno e artesanal. Eles procuram contrariar a lógica das monoculturas e grandes produções. Buscam uma agricultura de base familiar sem agentes poluidores.

A permanência dos titulares iniciais do projeto de assentamento apresenta um índice de 86,96%, cinco pontos percentuais acima da média geral para o Estado (81,93%). Pois umas das cláusulas do contrato de titularidade é a impossibilidade de comerciar com as terras adquiridas desta maneira. Podendo ser apenas transferida dos pais para seus filhos²⁵. De acordo com as palavras de outro assentado, Sr. Edélcio Correia, em entrevista concedida à fundação Itesp em caderno de campo do ano de

²⁵ Mas isso não quer dizer que num caso ou em outro, não seja encontrado uma maneira de driblar esta cláusula e acabam vendendo o que seria proibido. Infelizmente é como se diz comumente; “jeitinho brasileiro”.

1998/99, onde ele sintetiza a história de sua vida, dizendo *eu aderi ao movimento e acompanhei a primeira ocupação que teve aqui no município de Mirante*. Segundo *Edécio*, os integrantes do MST foram lá e convidaram o pessoal para uma reunião lhe agradeou, pois pôde vislumbrar a possibilidade de ter seu “*pedacinho de terra*”.

A partir desse momento, o Sr. *Eldécio* passou a acompanhá-los em caravanas de cá para lá. E daí,

Foi só luta! Foi passeata, foi tudo muito doído, tive que passar até água de sal nas pernas porque não aguentava mais andar. Mas a vontade de ter a terra era muito grande, maior que o cansaço físico. Aí veio a ocupação, tivemos que mudar de lugar. Fiquei muito tempo acampado. Logo liberaram um alqueire e meio para cada um e pude trazer a mulher. Estou aqui até hoje. No início, quando a gente estava somente no alqueire e meio, dava para sobreviver, depois que pegamos o lote completo, a coisa parece que ficou pior! Porque sempre a gente trabalhava para fora, com aquele alqueirinho. Depois que a gente pegou o lote maior, pioraram as coisas, porque a gente não pode sair para trabalhar, sempre tem que estar dentro do lote fazendo alguma coisa, trabalhando. A dificuldade aumentou. Fizemos inicialmente uma associação entre 22 assentados e compramos um trator, mas devido à má administração e desvio de verbas não resultou nada produtivo disso e logo o trator era de apenas cinco assentados. Para mim, o MST, numa parte, foi muito bom. Sem eles, nós não estaríamos aqui. Mas na outra parte, na parte da cooperativa, eu acho que ela deu uma quebrada no povo. Eles brigam muito atrás de recurso, mas só que não pensaram em pagar. E eles tiram muito também. Olha, já veio custeio, investimento para custeio, só que não adianta nada eu pegar os 3 mil reais para plantar 3 alqueires de roça. Tem que corrigir a terra. A

terra é fraca. E com esses 3 mil reais, não dá para corrigir.(DIVERSITAS, p. 211-212)

De acordo com esse depoimento a união dos integrantes do movimento vinha se deteriorando com o passar dos dias e à cooperativa que formaram não resultou benéfica por haver desvios de verbas e péssima administração. Mas, 25 anos depois desta entrevista, ainda se encontram todos lá, não da mesma forma, melhores, não há dúvida. Porém, muito, mas muito distante do ideal.

A política de formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo pode ser classificada como uma “reforma agrária em migalhas”, pois essas pequenas áreas são reformadas sem, no entanto, alterar a estrutura fundiária das regiões que, geralmente, continuam extremamente concentradas. Há, contudo, as exceções, como é o caso do município de Mirante do Paranapanema. Existe, nesse município, o maior número de assentamentos da região, conforme aponta tabela 1, podendo se registrar um processo de desconcentração fundiária.

No estado de São Paulo, a região oeste, denominada Pontal do Paranapanema vem sendo palco de inúmeros conflitos de terra resultando na conquista de um número significativo de assentamentos.

Tabela 1. Descrição dos Assentamentos do Estado de São Paulo

MUNICÍPIOS	nº de assentamentos	nº de famílias assentadas	área	%					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	35	1.574	35.470,19	10,50	RIBERÃO PRETO	1	473	1.549,48	0,48
TEODORO SAMPÃO	21	860	23.218,57	7,13	RPUNIA	1	47	1.372,41	0,42
FRONTEIRA	3	826	20.152,83	6,19	BEFECURO	1	82	1.295,30	0,40
ROSANA	4	758	18.306,64	5,63	MOJUMIRIM	1	90	1.217,81	0,37
CASTELHO	10	961	16.324,56	5,02	DESCALVADO	3	132	1.165,14	0,36
ANDRADINA	4	451	12.591,72	3,87	BIRIGUI	1	46	1.131,54	0,35
EUCLEDES DA CUNHA PAULISTA	9	500	10.935,09	3,36	PORTO FELIZ	1	83	1.092,66	0,34
CAIUA	8	443	10.735,94	3,30	SÃO CARLOS	2	95	1.038,68	0,32
PRESIDENTE VENCESLAU	8	574	10.100,82	3,10	AGUIDOS	1	48	1.003,22	0,31
FRADÓPOLE	2	297	8.380,44	2,58	JARDOTUBAL	2	46	935,18	0,29
IBARÁ	2	243	8.067,12	2,48	NOVA INDEPENDÊNCIA	1	60	929,73	0,28
APIAI	1	78	7.767,22	2,39	PIRATUNINGA	1	26	883,72	0,27
PRESIDENTE BERNARDES	8	260	7.192,68	2,21	GETULINA	1	37	768,38	0,24
ARAÇATUBA	3	406	6.872,21	2,10	TUPI PAULISTA	1	31	749,55	0,23
MARABÁ PAULISTA	6	257	6.481,37	1,99	SÃO SIMÃO	1	124	748,26	0,23
ARAQUARA	4	404	6.308,36	1,94	PITANGUEIRAS	1	43	725,01	0,22
PRESIDENTE EPITÁCIO	4	337	6.097,84	1,87	ARAÇAS	5	99	717,38	0,22
BAURU	1	370	5.262,13	1,62	AVARE	1	33	701,97	0,22
ITAPEVA	3	212	4.949,03	1,52	GALIA	2	35	673,28	0,21
MURUTINGA DO SUL	3	257	4.366,80	1,34	FRANCO DA ROCHA	1	65	619,20	0,19
RANCHARIA	2	176	4.265,20	1,31	LIMEIRA	1	104	602,87	0,19
ILHA SOLTEIRA	2	285	4.066,52	1,25	CASA BRANCA	1	23	583,00	0,18
SARAPUQUENA	2	193	4.016,67	1,23	SUMARÉ	2	65	264,84	0,17
FERREIRA BARRETO	4	206	3.930,40	1,21	BRITO ALEGRE	2	22	526,03	0,16
GUARACAI	4	203	3.695,25	1,14	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1	63	446,20	0,14
GUARANTÁ	2	178	3.584,93	1,10	MATÃO	1	17	405,40	0,12
MIRANDÓPOLIS	2	173	3.407,65	1,05	TAUBATÉ	1	42	378,91	0,12
ITABERÁ	6	223	3.250,37	1,01	BIRITIBA-MIRIM	1	35	359,66	0,11
ITAPURA	3	230	3.286,34	1,01	TURMALINA	1	35	306,60	0,10
PAULÍNIA	3	117	3.250,92	1,00	BOCAINA	1	29	285,55	0,08
ELDORADO	1	59	3.072,68	0,94	PIRAJUI	2	17	263,23	0,08
RESTINGA	1	158	2.929,07	0,92	CORDEROPOLIS	1	21	261,76	0,08
SUZANAPOLIS	1	152	2.906,31	0,89	BATAISAS	1	30	239,77	0,07
MIRACATU	2	13	2.875,50	0,88	MOJIDAS CRUZES	2	53	219,56	0,07
MIRANDÓPOLIS	1	210	2.866,16	0,88	ITANHAÉM	1	5	153,27	0,05
IBICÉ	1	178	2.746,96	0,84	CACONDE	1	20	135,54	0,04
MOTUCA	4	191	2.746,81	0,84	CAJAMAR	1	31	121,07	0,04
MARTINÓPOLIS	2	122	2.744,67	0,84	AMERICANA	1	66	103,45	0,03
FIGUEIROI	3	84	2.595,36	0,80	IBÉ	1	33	68,30	0,02
COLÔMBIA	2	94	2.569,57	0,79	JOÃO RAMALHO	1	27	54,69	0,02
TREMEMBÉ	2	142	1.987,15	0,61	ORLÂNDIA	1	13	52,55	0,02
ITAPETINGA	3	111	1.920,97	0,59	CAPELÂNDIA	1	3	21,15	0,01
PRESIDENTE ALVES	2	57	1.643,25	0,50	CAMPINAS	1	12	1,29	0,00
					TOTAL	250	16.085	325.438,13	100

Elaboração OLEGÁRIO, P.T. Fonte: Inkra 2016.

Numa pesquisa realizada por Bergamasco et. al (2004), os autores mostram, através da queda do Índice de Gini durante o período de 1985 e 1995/96, o registro de uma diminuição substancial da desigualdade da distribuição da posse da terra no município de Mirante do Paranapanema, uma vez que esse índice passou de 0,801 para 0,755 durante o referido período:

O Brasil ainda possui uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Esse fato torna-se mais real quando se verifica a forte estabilidade do Índice de Gini, que em 1975 era de 0,855, em 1985 foi de 0,858, em 1995/96 foi 0,857 e em 2006 era de 0,856. Nesse sentido, a reforma agrária deve ser vista enquanto decisão política do estado para resolver uma questão agrária que impede o desenvolvimento do país. Embora com número limitado e com uma grande população ainda demandante por terra, os assentamentos são centros estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira desde os anos de 1960. Fazem parte de uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária partindo da transferência da população beneficiária e, conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997).

Mesmo assim, é importante considerar que esse índice continua extremamente alto. Dessa forma, essa região tornou-se alvo de várias políticas públicas e de uma grande mobilização em termos de associações, cooperativas e grupos de produtores o que ganha um significado em relação a estudos e pesquisas sobre sua história e suas diferentes dinâmicas de desenvolvimento.

De acordo com os dados da Fundação Itesp existia, até dezembro de 2005, 31 projetos de assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, abrigando 1.324 famílias (Fundação Itesp, 2005). Foram usados nessa pesquisa a denominação assentamento Santa Clara/Che Guevara pelo fato de havermos percebido as duas

denominações ao assentamento, sendo que Che Guevara está mais comumente associado às falas da militância e Santa Clara aos demais assentados. Também nos documentos oficiais da Fundação Itesp aparecem as duas denominações.

Essa região é uma das principais áreas de conflitos fundiários do país, em que ocorrem grande número de ocupações de terras; além disso, o Pontal é conhecido também por ser uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo e por possuir milhares de hectares de terras improdutivas, devolutas e griladas por latifundiários, o que torna a concentração de terras bem grande na região, impedindo assim o seu desenvolvimento.

Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento autêntico e constante é integral, agregando fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Certamente não se pode alcançar um nível de desenvolvimento em só um desses aspectos, pois cada um é dependente do outro. O conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, referindo-se a um processo que possui como finalidade a igualdade das oportunidades sociais, políticas e econômicas. Tem-se discutido muito sobre a necessidade de investimento em capital social para que ocorra um verdadeiro processo de desenvolvimento nas sociedades, pois com tal investimento não apenas a questão econômica seria priorizada, mas também a questão social, tão excluída quando se fala em desenvolvimento.

O investimento em capital humano e social faz com que haja uma maior proximidade social dos indivíduos, isto é, uma maior relação social direta entre às pessoas. Mas não é objetivo desse estudo entrar na questão do que é desenvolvimento sustentável, mas é importante ter presente a definição dada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento quando diz que: *desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer as suas necessidades.*

As reivindicações dentro dos assentamentos estão sempre presentes, seja por melhorias nas estradas, nas escolas, na saúde ou mesmo para ter acesso a determinados financiamentos. No campo econômico os assentados lutam para terem direito de acesso a algumas linhas de crédito; isso está relacionado com outro tipo de liberdade instrumental, as facilidades econômicas, que contribuem para a ampliação da liberdade dos assentados de maneira geral. As facilidades econômicas são oportunidades que as pessoas adquirem para lançar mão de recursos buscando obter a produção, a troca ou o consumo. Portanto, o acesso e a disponibilidade de financiamento aos assentados são extremamente importantes para garantir a liberdade instrumental e, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento. Mas como destaca Caio Prado Junior (1979) “o progresso técnico que objetiva maior rentabilidade, não pode constituir, por si, fator de elevação de padrão de vida do trabalhador rural”. Ainda segundo ele, é necessário que estejam associados ao desenvolvimento, também intelectual dos gestores desses

efetivos, para que possam operarem de forma adequada e produtiva suas novas tecnologias.

As comunidades rurais, por meio de sentimentos como solidariedade e confiança, conseguem fortalecer a integração social e a cooperação local, e isto pode vir a ser um instrumento para desencadear um processo de transformação socioeconômica do local.

Em 1979 os dados estáticos referentes à concentração de terras representavam que; 85% dos pequenos estabelecimentos rurais ocupavam 17% da área recenseada, os médios, que eram na casa de 6%; ocupavam o total de 8% do total da área e os grandes, que eram apenas 9%; ocupavam 75% do total da área. Esses números não estão muito distante dos números atuais. Como demonstrado em matéria ao jornal O GLOBO, pela jornalista *Tatiana Farah* na data 09 de janeiro de 2015: O Brasil registrou durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo menos 2,5%. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários, (quase três vezes o estado de Sergipe). Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares. O que corrobora em afirmar a atualidade dos escritos de Caio Prado Junior.

Segundo a jornalista, a discussão sobre a concentração de terras no país pôs em polos opostos os novos ministros do Desenvolvimento

Agrário, Patrus Ananias, e da Agricultura, Kátia Abreu. Em seu discurso de posse, Patrus disse; “é preciso derrubar as cercas dos latifúndios, que, na opinião de Kátia, sequer existem mais”.

Dados do Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP, mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil. O conceito de produtividade da terra no país, explica o pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, responsável pelo atlas, atende a critérios que, se atualizados, aumentariam ainda mais a faixa considerada improdutiva. A medição de produtividade é feita com dados defasados. No caso da soja, ainda se considera produtiva a propriedade em que são obtidos 1.200 quilos de soja por hectare. Caso houvesse uma atualização, levando-se em conta a evolução dos meios e das técnicas de produção, o índice de produtividade iria para 3.500 quilos por hectare. Em nota, o Incra informou que não faz a análise de produtividade dos imóveis rurais, a não ser que eles estejam em processo de aquisição de terras para reforma agrária. Pelo levantamento citado um dos principais pesquisadores da questão agrária, em 2010, das grandes propriedades privadas e públicas (130,5 mil), 66 mil imóveis foram considerados improdutivos, não atendendo aos critérios de função social da terra. Eles somam 175,9 milhões dos 318 milhões de hectares.

As grandes propriedades crescem, e a improdutividade é grande, o que significa que o simples fato de ter terra no Brasil, ainda que improdutiva, enriquece seus proprietários. Além do crescimento das grandes propriedades, aumentou o registro dos demais tipos de imóveis

rurais públicos e privados entre 2010 e 2014; mas, na divisão da área total, diz Oliveira “o crescimento percentual maior é o das grandes propriedades públicas e privadas”. Os minifúndios caíram de 8,2% para 7,8% da área total de imóveis; as pequenas propriedades, de 15,6% para 14,7%; e as médias, de 20% para 17,9%. As grandes propriedades privadas e públicas foram de 56,1% para 59,6% da área total.

Palavras Finais

A exploração desenfreada e o baixo nível, sob todos os aspectos, da grande massa da população brasileira é herança de sua formação histórica. E não podemos negar que os baixos salários e as precárias condições de trabalho na indústria e outras atividades urbanas se devem em boa parte ao potencial de mão de obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo lhe o preço.

Para Caio Prado Junior o nosso real desenvolvimento consistirá na superação das atuais situações socioeconômicas herdadas do passado e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população em miseráveis condições e vida, materiais, culturais e sociais. *“É na roça que se encontra os mais baixos níveis da população brasileira”.*

Os problemas agrários, como qualquer outro problema social e econômico, são antes de tudo humanos. Há que considerar a Reforma Agrária no sentido da valorização do ser humano, segundo Caio Prado,

estamos cada dia mais longe desse ideal, que infelizmente, somos obrigados a concordar com ele, pois o que se pôde observar empiricamente no assentamento Che Guevara é como os escritos de Caio Prado são, infelizmente, ainda muito atuais no que se refere a não valorização do ser humano enquanto potencial trabalhador rural.

Não gostaríamos de sermos pessimistas, mas somos levados a essa forma de pensar por não alcançar com nossa visão, em curto espaço de tempo, ao menos um sinal de fumaça que norteie, seriamente, uma efetiva política de Reforma Agrária, pois infelizmente, nossos governantes e demais condutores do nosso País, são os mesmos grandes latifundiários da época dos escritos de Caio Prado Junior, com apenas mais um agravante, hoje, depois de décadas de acumulação sem barreiras contentoras, seus poderes foram ampliados em muitas vezes.

E para piorar, para não dizer que exploram a mão de obra dos trabalhadores rurais, igual ao que aconteceu na libertação dos escravos, o que ocorre na atualidade é a demissão desses trabalhadores, os deixando à margem de qualquer possibilidade de continuar exercendo suas profissões no campo, como trabalhadores rurais assalariados, uma vez que, o que se gastava com seus salários está sendo aplicado em mecanização agrícola e técnicas avançadas de produção, que acabam influenciando diretamente no desenvolvimento de macrocefalias urbanas, onde essa mesma mão de obra antes rural e agora urbana, passa a ser explorada, quando ainda têm sorte de encontrar quem os queiram

explorar, seja por proprietários de grandes, médias e ou pequenas empresas.

Rerências Bibliográficas

ARRUDA SAMPAIO, Plínio. La reforma agraria en América Latina: una revolución frustrada. In. OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. v.11 (31), 1997. Disponível em: <
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Bergamasco%201997%20A%20realidade%20dos%20assentamentos%20por%20detr%C3%A1s%20dos%20n%C3%BAmeros.pdf> > Acesso em 01 nov 2016.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal e CHONCHOL, Maria Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BRASIL. **Artigo 184 da Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657347/artigo-184-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em 10 out 2016.

BRASIL. **Território da Cidadania**. 2008. Disponível em <
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf> > Acesso em 05 nov 2016.

CHONCHOL, Jacques. La reforma agraria en América Latina. **CLACSO**. CIDES-UMSA, Posgrado en Ciencias del Desarrollo. PLURAL: La Paz, 2003. Disponível em: <

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cides-umsa/20120904012018/10reforma.pdf>> Acesso em: 11 out 2016.

DIVERSITAS. **Assentamento Che-Guevara**. Disponível em: <<http://diversitas.ffch.usp.br/files/06-Assentamento%20Che%20Guevara.pdf>> Acesso em 10 nov 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A ocupação como forma de acesso à terra. Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf Acesso em 27 nov 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Biblioteca Digital do Desenvolvimento (SPI). Disponível em http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1 Acesso em 14 out 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SABER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

INCRA. **Números da Reforma Agrária**. 2016. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/reforma_agraria > Acesso em 02 nov 2016.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão Agrária no Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 1979.

O GLOBO. Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe. Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053#ixzz4Mg6sfOeH>> Acesso em 12 nov 2016.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrarreforma Agrária no Governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003/2010**. Rio de Janeiro: Garamout, 2010.

MST. **Quem Somos**. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text> > Acesso em 21 nov 2016.

OSZLAK, Oscar. Reforma Agraria en America Latina: una aproximacion politica. Artículo publicado en “**Internacional Review of Community Development**”, Roma, 1971.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FML.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>> Acesso em 28 nov 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In. SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura.(orgs.). **Território: Gobalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Huncitec/ANPUR, 1998.

SANTOS, M. et al. O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. Apresentado pelo Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000. In. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf > Acesso em 06 out 2016.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **Do meio natural ao meio técnico científico informacional**. In. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. Questão Agrária e Projeto Nacional: notas para um debate. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, ESPECIAL, p 39-56, jul./dez. 2014.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. **Revista Nera** n. 11 – jul/dez, 2007. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1412-4081-1-PB.pdf> > Acesso em 27 nov 2016.

SOUZA, Vanilde Ferreira e BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **O Processo de Desenvolvimento nos Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara** – Pontal do Paranapanema-SP. Palestra. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/942.pdf>> . Acesso em 10 nov 2016.

SOUZA, Vanilde Ferreira, BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Reforma Agrária, Qualidade de Vida e Segurança Alimentar e Nutricional**. 2014. Disponível em:

<<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Artigo-1.pdf>> Acesso em 15 nov 2016.

SOUZA, Vanilde Ferreira. **Acampar, assentar e organizar**: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Tese (Unicamp). 2006. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/revisao%20agraria.indd.pdf>> Acesso em 09 novembro 2016.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O Farmer Contra Jeca**: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto. Cultura Acadêmica: Marília, 2011 Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/revisao%20agraria.indd.pdf>> Acesso em 08 de novembro de 2016.

VEJA. **MADRAÇAIS do MST**. 2005. Disponível em: <<https://search.avast.com/AV772/search/web?q=Madra%C3%A7ais+do+MST%2C+a+revista+Veja%2C>> Acesso em 10 nov 2016.

Orgs. André Luís André e Sílvia Lilian Ferro

**Pontal do Paranapanema: Uma região e muitos
interesses**

Fátima Rocha e Fernando Celestino da Conceição

Pontal do Paranapanema: Uma região e muitos interesses

*Fátima Rocha
Fernando Celestino da Conceição*

Resumo

O Pontal do Paranapanema, área no sudoeste do Estado de São Paulo, se constituiu numa região estratégica para os movimentos sociais de luta pela terra e para empresas ligadas ao agronegócio. Em meio aos conflitos referentes à posse da terra e sua distribuição desigual na região, os movimentos sociais e os operadores do agronegócio mantêm interesses antagônicos que se refletem na normatização do direito ao espaço produtivos desta região do Estado de São Paulo.

Palavras-Chave: Região; Conflitos; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Agroindústria.

A terra dos posseiros de Deus

*Esta terra é desmedida
E deveria ser comum,
Deveria ser repartida
Um toco de cada um,
mode morar sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Deveria ser coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?
Patativa do Assaré*

Introdução

O recorte deste trabalho é a construção do arranjo espacial e produtivo que proporciona a região do Pontal do Paranapanema, ciclos de cooperação antagônicos em que sua conformação recente carrega indícios de muitos conflitos entre os movimentos sociais de luta pela terra na região e os operadores do agronegócio.

A partir da conformação desse espaço que desenvolve entre relações de ordem próxima e ordem distante, compreende padrões produtivos que conflitam entre si, apresentando necessidades divergentes entre agentes hegemônicos que atuam na região e as necessidades das pessoas em seus cotidianos. Sendo assim, tentamos compreender essas dinâmicas espaciais representadas nesses conflitos e faremos aqui breves reflexões sobre esta questão.

Histórico da região conflituosa: Pontal do Paranapanema

O pontal do Paranapanema carrega um histórico de conflitos fundiários. A região teve sua visibilidade acentuada pelo histórico de fazendas griladas (FELICIANO, 2007; FERNANDES, 1994). Buscando compreender os sucessivos períodos históricos na formação da região, ficam evidentes indícios de que os casos de grilagem foram recorrentes na ao longo do tempo. O caso mais conhecido é o da Fazenda Pirapó - Santo Anastácio, onde António José Gouveia extraiu ilegalmente

registros paroquiais em 1848, fato esse anterior à lei de terras N°601/1850.

O Estado brasileiro criou a lei de terras devolutas ainda no período imperial, assim, parte das terras de propriedade do Estado na Região do Pontal do Paranapanema foram tomadas por mecanismos ilegais inicialmente por António José Gouveia, desencadeando uma série de outros processos fraudulentos de grilagem que acabaram definindo em parte a formação socioespacial da região, suas dinâmicas econômicas e políticas.

Em 1930, o judiciário do Estado de São Paulo conseguiu através de laudos periciais comprovarem as falsificações de documentos, desde então este ente federado retomou parte das propriedades. Foi nesta ocasião que o “Pontal” passou a ser reconhecido como um dos lugares com maior grilagem de terras do país.

A região iniciou sua formação produtiva no período da expansão cafeeira em São Paulo com a implantação dos meios de transportes mecanizados, com destaque para a ferrovia, criando a possibilidade de tornar essas terras agricultáveis. Este processo alterou a configuração territorial e a paisagem da região, com a destruição das matas nativas e a marginalização dos povos nativo-indígenas, dando origem à um processo de formação de uma rede urbana regional dentro do Estado de São Paulo.

A luta pelo direito a Terra:

A conformação de um polo agroprodutor desenvolveu a construção de novos significados, usos e poderes, para a região, trouxe novos povos e grupos sociais para o trabalho, forjou novas identidades e redefiniu a dimensão daquele lugar. Parte da mata nativa foi cedendo lugar à centros de urbanização rodeados de latifúndios. O desenvolvimento produtivo deu-se através do plantio concentrado, da especialização produtiva, da homogeneizando da paisagem e da criação de relações de trabalho ligadas ao setor primário.

Uma coisa importante neste processo é que apesar da expansão de áreas agricultáveis na região, da formação de uma dada fronteira agrícola, as atividades produtivas que se instalaram não eram capazes de absorver a mão-de-obra regional, acentuando processos de marginalização no campo principalmente, formando grupos sociais que acabaram se configurando num exército de reserva para as atividades econômicas. Tendo em vista as necessidades de reprodução da vida, de consumo e moradia não eram consolidadas na vida cotidiana, possibilitava a especulação dos preços da força de trabalho, além de precarização das condições de trabalho o que acentua relações desiguais entre fazendeiros e trabalhadores rurais na região.

Nos anos de 1960 a questão fundiária foi colocada em discussão em esfera nacional, devido à herança das oligarquias nacionais que

controlavam a produção e o acesso à terra. Os interesses entre latifundiários e trabalhadores desprovidos de terra são antagônicos, pois a riqueza produzida em terras agricultáveis permanecia concentrada. Neste cenário, transcorreram por meio da organização das Ligas Camponesas no Brasil, manifestações que implicaram questionamento à respeito da estrutura fundiária no país, sobretudo considerando as terras que haviam sido apropriadas indevidamente por grileiros que atuavam na região e em outras partes do Brasil.

A formação do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra) é em certa medida expressão deste contexto de intensas lutas pelas terras agricultáveis no Brasil e, ao mesmo tempo, contrárias à estrutura latifundista. O movimento experimentou um processo de consolidação quanto organização entre 1978 e 1985, onde o Pontal do Paranapanema se enquadra como um dos principais territórios de lutas e conquistas deste movimento (FERNANDES,1994), hoje um dos maiores movimentos na luta pela terra em todo o mundo.

O MST tem destaque na organização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, tendo o maior número de assentamentos na região. Em todo o Estado de São Paulo esse é o lugar que tem intenso histórico de grilagem e conflitos fundiários, decorrente da quantidade de área devoluta na região. Foi neste contexto que o MST viu a oportunidade, nos seus primeiros anos, de indicar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) as terras griladas que pudessem ser

destinadas à reforma agrária, como foi decretado no estatuto da terra na lei Nº4.504, 30 de Novembro de 1964 e explicitado:

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas. (Brasil, 1964)

A normatização do destino de terras devolutas no Brasil abriu precedente para que os movimentos e outras organizações que se envolveram na luta pela terra no país, pudessem reivindicar a destinação dessas terras para a reforma agrária, desde que comprovadas as irregularidades no que se refere a propriedade e o pagamento de tributos junto ao governo federal.

Dada realidade criou as condições para que o MST pudesse atuar deflagrando inúmeras ocupações de terras na região, sendo alvo do movimento justamente as terras que estivessem enquadradas em situação de irregularidade quanto à propriedade e que pudessem ser requeridas e direcionadas pelo Estado de São Paulo à reforma agrária, como explica Feliciano (2007, p.4): *“Hoje há um entendimento de que terras devolutas são terras públicas. Essa afirmação tem um peso político gigantesco, pois se assim o são, o Estado teria que reaver aquilo que lhe pertence”*.

Apesar do processo de normatização de leis, as condições objetivas dependem dos interesses dos agentes políticos e econômicos, o que limita a garantia da execução lei. As elites agrárias da região possuem uma capacidade de articulação política e econômica de maneira que controlam o direito à propriedade rural e o modelo de produção agrícola em toda a região.

Em resposta às ocupações das terras devolutas pelos movimentos sociais na região ocorreram enfrentamentos violentos entre os movimentos sociais e os latifundiários, nos quais estes últimos, usando de atos coercitivos, como a contratação de pistoleiros para afugentar famílias que ocuparam fazendas griladas, conseguem ainda hoje manter a estrutura fundiária local dentro de relações muito violentas. Uma parte importante das ocupações das terras devolutas ocorreram para manifestar e tornar público às irregularidades no que se refere à propriedade e, assim, pressionar o poder público para regularizar a destinação das terras conforme que prevê a lei de terras devolutas, sobre as condições de posse irregular que detinham os fazendeiros da região.

Se considerarmos a quantidade de assentamentos que se estabeleceram nestas no Pontal do Paranapanema pode-se ter uma dimensão territorial das terras em condições de ilegalidade quanto à propriedade. O município de Mirante do Paranapanema, por exemplo, possui uma grande concentração de assentamentos rurais provenientes

da reforma agrária. Como demonstrado no mapa a seguir, são 34 assentamento rurais, sendo 1.625 famílias assentadas, em uma área de 34.984 hectares. O mapa demarca a região do Pontal do Paranapanema, e aponta quais os municípios compõem a região, destacando quais possuem assentamentos rurais (média entre 1984 -2010).

A experiência empírica pôde-se analisar o assentamento Che Guevara no município Mirante do Paranapanema. Este assentamento é fruto da luta das famílias que ocuparam terras na região em setembro de 1991, sobretudo a Fazenda Santa Clara, hoje com 600 famílias assentadas ligadas ao MST. Como relatado pelos assentados, da ocupação até a consolidação do assentamento, as famílias passaram por vários episódios de conflitos violentos com os latifundiários para que pudessem permanecer vivendo no que hoje são os assentamentos rurais.

Para a consolidação do assentamento os moradores relataram que além de permanecer no lugar, foi necessário fazer manifestações na região, concentrando a maior parte delas na cidade de Presidente Prudente que é o centro da rede urbana regional, para dar visibilidade e pressionar os órgãos do Estado e sensibilizar a sociedade civil, fechamento de rodovias e abrindo pedágios rodoviários. Na escala estadual, chegou a ocupar o INCRA que possui a sede na cidade de São Paulo e a realizar manifestações na Avenida Paulista. No entanto, foi somente em 1998 o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)

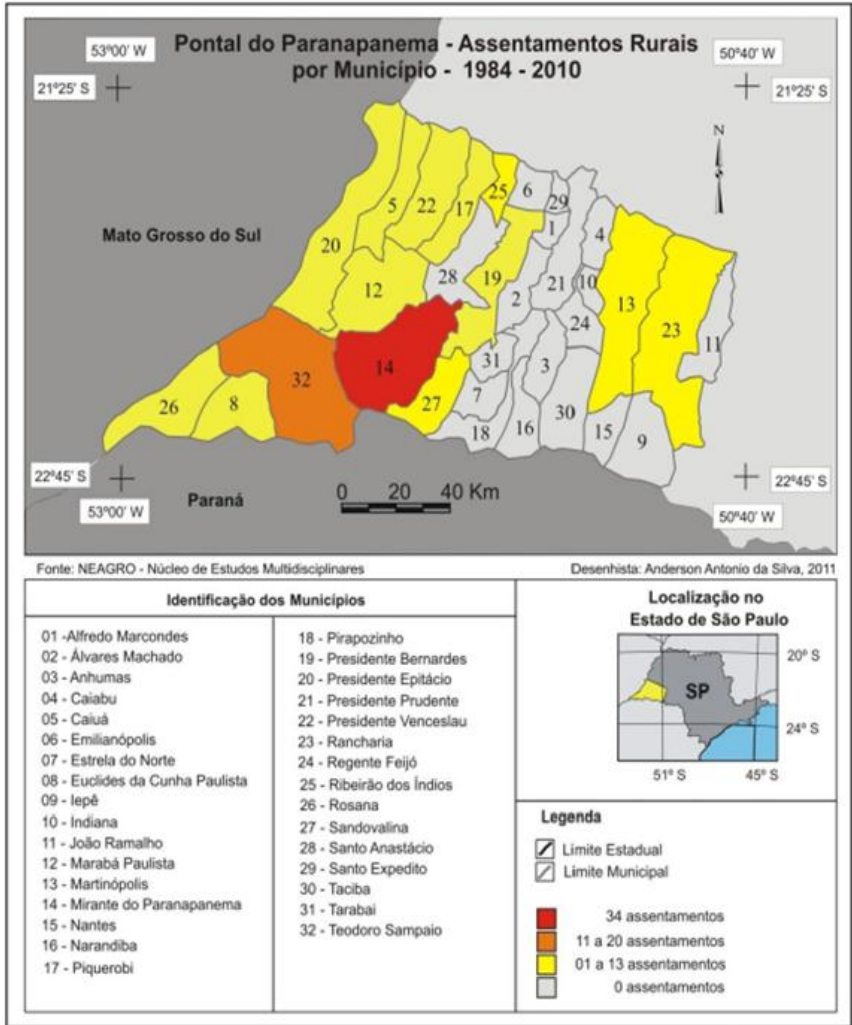
e pelo INCRA aprovaram a destinação de 45 lotes com área agricultável de 772 ha e área total de 976 ha, para à reforma agrária.

A produção do assentamento Che Guevara, um dos primeiros assentamentos da região, é desenvolvida hoje por meio da produção familiar, existe a intenção por parte dos assentados em formar cooperativas de maneira que possibilite a expansão da produção de alimentos.

Os incentivos à produção agrícola dependem em muitos casos do financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado às famílias de baixa renda e assentamentos rurais. As famílias não possuem articulação direta com órgãos de financiamento, de maneira que dependam de incentivos do governo federal.

Boa parte das famílias que moram nos assentamento, tem acesso à poucos serviços e equipamentos públicos, dentre eles, uma escola e um posto de saúde. Vivem principalmente da produção de subsistência e da venda de um pequeno excedente. Em alguns casos membros do núcleo familiar busca trabalho formal ou informal nas cidades próximas..

O acesso a terra não resolve os problemas das desigualdades sociais, pois demandam de desenvolver aparato técnico, especialização técnica, implementar um padrão organizacional produtivo de relações que possibilite autonomia aos assentamentos para que possam competir no mercado de trabalho e na produção de alimentos.



Mapa 1 – Mapa dos municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema.

Fonte: MDA Gestão de Territórios Rurais, 2009.

Arranjo espacial de produção:

No Pontal do Paranapanema podemos houve um período de transição das técnicas agroindustriais no início do século XX. A produção de café teve expansão do plantio pelo território paulista, implantadas com a expansão dos transportes e das comunicações, com destino o mercado internacional de commodities (FREDERICO, 2013), (MAZOER, p.436, 2010) sendo gradativamente substituída pela pecuária e pelo plantio da cana de açúcar a partir da década de 1970 com a expansão do pró-álcool no Brasil.

A região no seu processo de conformação teve envolvido por ciclos de especialização da produção o que Mozayer explica em sua situação:

A especialização gerou sistemas agrários regionais que contribuíram cada um deles, por sua vez, com o abastecimento de um mesmo mercado nacional ou internacional. Esses sistemas regionais especializados eram na verdade subsistemas complementares, interdependentes, que traduziam na paisagem a divisão horizontal do trabalho característico do novo sistema agrícola e alimentar multirregional que se implantava. (MOZAYER, 2010, p.441)

A organização da produção da região concentra-se na cidade de Presidente Prudente, a cidade é considerada como centro de comando por concentrar os principais serviços administrativos e vias de acesso que ligam a região à região metropolitana de São Paulo, bem como ao

porto de Santos, permitindo uma conexão com os principais centros urbanos do país e do mundo, estabelecendo conexões com mercado nacional e internacional de commodities.

A ocupação de áreas cultiváveis de cana de açúcar vem tomando espaço significativo em 2003 a região possuía 71,095 ha de área plantada do cultivo, em 2012 esse número salta para 289,427 ha. A situação do município de Mirante do Paranapanema em 2003 não englobava o cultivo, em 2012 concentrava 146,60 ha o avanço da cultura é resultado da introdução no mercado dos carros flex e participação no mercado internacional de commodities.

O interesse da produção da cana de açúcar na região alcançou competitividade, viabilizou a disponibilidade de incentivos fiscais e logísticos às usinas de beneficiamento da cana de açúcar. Promoveu isenções nos imposto de produção industrial (IPI), no imposto de circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), além de construção e melhoria de estradas para o escoamento da produção.

O progresso da produção canavieira trouxe a região novo aparato técnico que engloba conhecimento, maquinário e logística, o que possibilitou uma produção mais racional, mas, que dão vantagens aos interesses externos sobre as dinâmicas da região.

Quadro 1 – Municípios e usinas distribuídas no Pontal do Paranapanema

MUNICIPIO	USINA/EMPRESA
Marimba Paulista	Decasa Açúcar e Álcool
Martinópolis	Atena Tecnologias
Mirante do Paranapanema	Odebrecht – ETH – Conquista do Pontal
Narandiba	Grupo Cocal (CoperSucar)
Presidente Prudente	Grupo Alto alegre Unidade Floresta
Sandovalina	Grupo Umoe BioEnergy - ASA-AS
Teodoro Sampaio	Odebrecht Unidade Alcídia

Fonte: Nova Cana 2016, Organizado por Fátima Rocha.

Dentro das limitações que existe nessa especialização da produção na região os assentamentos rurais encontram dificuldades na produção e na conquista de mercado consumidor para seus excedentes, rodeados pelo cultivo da cana por todos os lados.

Os trabalhadores assentados lutam por sua sobrevivência, mas, não obtém ferramentas necessárias para confrontar os interesses da alta produção canavieira que atua na região.

Referências Bibliográficas:

FELICIANO, Carlos Alberto – “Grilos” Jurídicos no Pontal do Paranapanema: Administrando os conflitos Agrários – pdf
REVISTA NERA ANO, 10 N°11 pp.48-60 jul-dez 2007 ISSN 1806-

6755 disponível em: reformaagrariaemdados.org.br Acessado em: 15 de novembro de 2016

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo, 1994** acessado em: 11 de março de 2017 <www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Dissertacao_BMF.pdf>

_____. – Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais – **REVISTA NERA ANO 8, Nº 6** jan-jun 2005 pp 14-34 ISSN:1806-6755

FREDERICO, Samuel . **Lógica das Commodities**, Finanças e cafeicultores – Boletim Campineiro de Geografia V.3 Nº1 2013.

MAZOYER, Marcel – **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico a crise contemporânea**- São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – **Célula do Pontal do Paranapanema** –SP Acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural – Gestão de Territórios Rurais Relatório Anual, 2009.

NOVA CANA . **Veja as Usinas de Açúcar e Álcool no estado de São Paulo** disponível em: www.novacana.com acessado em: 27 de novembro de 2016

ODEBRECH – **INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA** disponível em www.odebretonline.com.br

PLANALTO – LEI 4.505/1964 **Estatuto da Terra** disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/4504.htm acessado em 30 de novembro de 2016

PLANALTO – LEI 601/1850 **Terras devolutas no Império** disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm acessado 03 de dezembro de 2016

SANTOS, Milton – **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura – Globalização Geografia: A compartimentação do Espaço- **Caderno Prudentino de Geografia**, Nº18 pp 5-17 jul 1996 ISSN:14i3-4551

ÚNICA. **Documentos**. disponível em: www.unica.com.br acessado em 27 de novembro de 2016

_____. **Exportações brasileiras detalhes** disponível em: www.unicadata.com.br acessado: em 27 de novembro de 2016

_____. **União da indústria de cana-de-açúcar**. disponível em: www.unicadata.com.br acessado: em 27 de novembro de 2016

VERGES, Nivea Massareto. **Crítica a noção de multifuncionalidade rural em assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2013. disponível em: web.ua.es acessado em: 15 de novembro de 2016

Orgs. André Luís André e Sílvia Lilian Ferro

**A Educação do Campo e a Socialização dos
Sujeitos: Análise Sobre o Caso da Escola Estadual
Assentamento Santa Clara no Pontal Do
Paranapanema**

Amanda Orguim Simioni

A Educação do Campo e a Socialização dos Sujeitos - Análise Sobre o Caso da Escola Estadual Assentamento Santa Clara no Pontal do Paranapanema

Amanda Orguim Simioni

Resumo

O Brasil é, ainda hoje, um dos países com maior concentração de terras. Esse fenômeno tem raízes históricas desde a colonização portuguesa, no século XVI, na Lei de Terras, de 1850. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) surgiu em 1984 para reivindicar a Reforma Agrária. Junto a outros movimentos sociais, o MST deu continuidade à luta para que a terra não seja sinônimo de violência, seja pela falta dela ou devido à lógica que vai minando dia-a-dia as possibilidades de vivê-la como um espaço de relações sociais e trocas que vão além da lógica mercantilista. Ainda hoje, algumas escolas dentro de assentamentos reproduzem um modelo que não assume as problemáticas e a cultura de quem vive e trabalha no campo; como é o caso da Escola Estadual Assentamento Santa Clara, no oeste paulista.

Palavras-Chaves: Educação no Campo; Luta Pela Terra; Assentamento Rural.

Introdução

“Somos fruto de uma longa história”, assim tem início uma das sessões do boletim da educação do campo de 2004, do Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra (MST). A colonização portuguesa (século XVI) deu início a um violento processo de exploração de terra e mão-de-obra dos povos originários. Esses sujeitos entendiam a terra como um espaço onde eram desenvolvidas as relações sociais - viviam além da lógica de exportação de matéria-prima e obtenção de lucro. A terra é um bem que foi expropriado das comunidades originárias diversas que aqui viviam antes da colonização portuguesa. Seu entendimento sobre a terra e até mesmo a forma como cultivavam seus alimentos correspondiam a uma lógica muito divergente da qual estamos inseridos. Para alguns dos povos originários, por exemplo, o estômago era considerado a base orgânica da maior parte dos sentimentos (CHAMORRO, 2010), o que nos faz reconhecer que discutir soberania alimentar é discutir a possibilidade de produzir vida.

A Educação do Campo é importante e necessária porque leva em consideração as particularidades do campo, as necessidades de quem vive no/do campo; é uma construção de conhecimento que vai além da alfabetização. A educação do campo é uma ferramenta para entendimento desse espaço dos indivíduos que o integram e, a partir disso, quais mudanças querem pôr em prática. O MST sempre pautou a educação enquanto a lente pela qual se enxerga o mundo. A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira,

particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo (CALDART, 2009: 39). É uma crítica à forma burguesa de construção do conhecimento, que consiste na imposição de conteúdos sem entender as demandas e o lugar de quem estuda e não oportuniza a construção de um pensamento crítico porque não integra diferentes visões de mundo nos seus conteúdos programáticos.

Devemos construir referências próprias para a solução de problemas desde outra lógica de produção e de trabalho, que não sirva aos interesses do capital. No entanto, isso não faz com que abandone a perspectiva da universalidade, mas que dispute sua inclusão nela. A educação do campo exige um posicionamento político por parte das e dos educanda(o)s (CALDART, 2009). Segundo a visão do MST, a educação do campo é um projeto político e pedagógico que fortalece novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida e na valorização da cultura camponesa; e, ainda, que a escola leve novas questões à comunidade, ajudando em seu engajamento dentro de um projeto amplo, e buscando sempre a ação transformadora (MST, 2004).

A legislação e o histórico da luta pela educação do campo

Para compreender a consolidação da educação do campo a nível institucional é imprescindível ter em mente os contextos nos quais o Estado brasileiro estava envolvido, e como gradualmente, junto com a

pressão popular, houve abertura e diálogo para consolidar um projeto educacional que integrasse as demandas e particularidade do campo. Em 1964, a política educacional passou a sofrer um processo de mudanças, onde a repressão aos movimentos sociais impediu a manifestação dos grupos envolvidos na luta pela consolidação dos projetos que reivindicavam, inclusive a educação do campo (JÚNIOR; NETTO, 2011: 49). Para compreender o contexto: “Esse período foi caracterizado por uma reforma educacional centralizada e excludente ancorada no binômio da segurança nacional e desigualdade econômica” (JÚNIOR; NETTO, 2011: 49); predominava a ideologia empresarial-estatal e nacionalista, e um currículo escolar desprovido de um conteúdo reflexivo crítico (LEITE, 1999 *apud* JÚNIOR; NETTO, 2011: 49). Ainda em um contexto de cerceamento de direitos, no auge da ditadura militar brasileira, foi aprovada a Lei Nº 5.692, em 1971. Essa foi a primeira lei a fixar as diretrizes e bases para o ensino do primeiro e segundo grau. A educação do campo sequer foi mencionada, a única referência à demanda educacional e às particularidades do campo diz respeito ao período letivo, que pode alterar-se de acordo com épocas de plantio, colheita e as safras (BRASIL, 1971).

Em um contexto econômico e social de redemocratização, em 1996, o debate sobre as diretrizes e bases da educação foi retomado na Lei nº 9.394. Em seu Art. 28, dispõe pela primeira vez no âmbito da legislação brasileira sobre a educação do campo e suas especificidades. A

Lei das Diretrizes e Bases (LDB) 9994/96, deu espaço para que a escola do campo tivesse suas próprias demandas e não mais fosse tratada como uma escola urbana fora do espaço da cidade. Todavia, são inúmeras as questões que podem ser levantadas em relação ao tratamento dado à educação do campo pela LDB de 1996. Algumas das dificuldades que a LDB 9994/96 não abrange : dificuldade de locomoção entre moradia, trabalho e escola, dificuldade de conciliar as diferentes demandas e estágios de apreensão dos conteúdos e ausência de materiais e apoio escolar, para educanda(o)s e professora(e)s (LEITE, 1999: 55-56 *apud* JÚNIOR; NETTO 2011: 50).

Como consequência da luta do Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo (GPT) junto aos movimentos sociais o governo brasileiro instituiu, em 2002, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (JÚNIOR; NETTO, 2011: 54). Essa resolução referencia a LDB de 1996, porém trata especificamente da educação do campo, reconhecendo a importância desse espaço desde a troca de saberes e da memória coletiva assim como a pluralidade de experiências para promover a justiça social, o desenvolvimento social - economicamente justo e ecologicamente sustentável - e a ciência. Em seu Artigo 7, por exemplo, contempla questões que a LDB de 1996 não abrangeu, tais como: entender as especificidades pedagógicas de aprendizado para promover a equidade no ambiente escolar e o

incentivo à autogestão das propostas pedagógicas nas instituições de ensino que valorizem a pluralidade de experiências no/do campo.

Outro importante marco surge em 2004, a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que conta com a Coordenação Geral de Educação no Campo (JÚNIOR; NETTO, 2011); com o fim de implementar políticas públicas na área da educação do campo integrando as especificidades desse espaço “[...] atendendo a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional” (MEC, 2014).

Com o Decreto nº 7.352, em 2010, mais um passo é dado para a consolidação institucional do projeto de educação do campo, o decreto específica e legisla sobre a qualificação e ampliação da oferta de educação básica e superior às populações do campo no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Na conversa com uma estudante assentada, foi possível entender a dificuldade que ainda enfrenta a educação do campo mesmo com o avanço das leis e diretrizes para consolidá-la nos assentamentos.

Em São Paulo, por exemplo, o governo não reconhece a necessidade da Escola do Campo agregar nas aulas as particularidades desse espaço. Quando sai a terra a escola não vem junto, tem que haver luta pra isso, assim como tem que haver luta para assegurar outras coisas como posto de saúde. (SILVA, 2016).

A problemática que é estrutural é a de que o Estado garante o básico, a existência da escola até a quarta série, que serve para cumprir sua função básica de oferta da escola do campo e fazer com que as crianças procurem outra escola para dar continuidade a seus estudos (MST, 2004). Como visto, a história da educação do campo foi marcada pelo não reconhecimento das especificidades desse espaço e das diferentes identidades que o integram, muitos anos e muita luta foram necessários para que se avançasse rumo a sua consolidação.

A Escola Estadual Assentamento Santa Clara e suas problemáticas em relação à educação do campo

O MST avançou muito junto a outros movimentos sociais de luta pela terra e pela educação popular no âmbito da educação do campo, no entanto, ainda hoje muitas escolas localizadas nos assentamentos reproduzem um modelo que pouco contribui com as Famílias Sem Terra (MST, 2004), como é o caso da Escola Estadual Assentamento Santa Clara (EEASC). São muitos os empecilhos que fazem com que a educação do campo não consiga consolidar-se mesmo havendo uma legislação que garanta isso a nível federal – que, como no caso de outras leis que garantem direitos dos trabalhadores e camponeses, não funcionam na prática.

No Estado de São Paulo não há uma diretriz que garanta a escola do campo como é o caso de outros estados como o Paraná e

Ceará, onde já dentro dos acampamentos são pensadas todas as formas de se viver daquele lugar, isso inclui a educação. Em todo acampamento existem escolas itinerantes; já no caso de São Paulo, as escolas são consequência, e, depois de muita pressão o Estado assume a escola para si com sua construção e reconhecimento, a partir da necessidade de crianças e adultos de alfabetização, no entanto, não existe uma política de educação do campo junto a isso, o Estado não permite a participação dos movimentos sociais na construção do que e como será ensinado nessas escolas, por mais que nos acampamentos já existissem escolas itinerantes, ou seja, o empecilho maior é a não-existência de uma política de educação como a do Paraná, onde já existe essa garantia, ainda que os governadores sejam conservadores. A educação do campo, no estado de São Paulo, com todo seu histórico de lutas, começa a avançar agora por meio da abertura às discussões e a existência de meios, como a representação política, que garantem esse diálogo e formas de pressão que fazem o estado começar a enxergar as demandas em relação a educação dos sujeitos do campo.. A particularidade de São Paulo é a da lógica de um estado, que, apesar de contar com muitos quadros políticos e apoio de universidades e de movimentos sociais foi influenciado por uma série de fatores permeados pelo conservadorismo e por ser polo de disputa pela terra, como no caso do Pontal do Paranapanema, onde predomina uma forte cultura colonial e coronelista (SILVA, 2016). A problemática levantada no caso da EEASC e sua história na luta pela terra é a despolitização dos sujeitos que nela trabalham - formadores,

coordenadores, educadores e diretores; o que contribui muito para que o debate de luta pela terra não seja feito dentro da escola, por isso mesmo estando no campo a realidade dele não é trazida para dentro desse espaço de construção de conhecimento, e seu modelo é o mesmo de uma escola da cidade. Nesse sentido, é importante fazer menção à antiga diretora da escola; durante sua gestão fez com que a escola dialogasse com a comunidade e adotou a prática da educação do campo, e, ainda hoje é lembrada por ter influenciado muitas e muitos professora(e)s e educanda(o)s (SILVA, 2016).

Os caminhos de resistência da educação do campo na Escola Estadual Assentamento Santa Clara

Diante dos desafios postos pelo conservadorismo, que barram na EEASC o contato com a luta pela terra, o debate que pauta essa questão é feito por outras vias, por meio do trabalho de base dos movimentos sociais e dos sujeitos que reivindicam a educação do campo. Alguns exemplos de ações são os seminários realizados nos acampamentos e oficinas culturais de discussão política e arte, os encontros de agroecologia e as Jornadas de Luta da Juventude Sem Terra (SILVA, 2016). Os assentamentos na região do Pontal do Paranapanema contam também com o apoio da Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), que oferece cursos para especialização em educação do campo para toda(o)s que queiram construir conhecimento que agregue esse pensamento crítico nessas

escolas. Por meio dessas ações, há a possibilidade de construir um diálogo com a juventude para criar e/ou fortalecer a consciência de classe e de sujeito político, pois ainda que muitos jovens vivam no campo não lhes são fornecidas as ferramentas para compreendê-lo; por vezes esse espaço parece uma realidade distante ainda que as relações sociais sejam lançadas sobre esta base territorial.

A socialização influenciada por uma prática pedagógica emancipatória dos sujeitos da terra deve ser pautada pela resignificação de conhecimentos que não levam em consideração as particularidades desses sujeitos, deve ter consciência de que escola é um instrumento de formação da personalidade humana. Aos docentes é necessário entender a realidade educacional e fazer a reflexão sobre quais são os problemas ainda não superados, relacionando a escola com as outras esferas da vida (SAVIANI, 2011). No caso do campo é indispensável trazer o trabalho para o centro dos debates - não dentro de uma lógica capitalista, mas de conhecimento da terra. Segundo a pedagoga socialista, Nadja Krupskaja, a escola tem papel multifacetado na formação das novas gerações e não pode restringir-se, às atividades escolares devem estar associadas atividades extraescolares, com a colaboração dos estudantes, tarefas que exercitam a responsabilidade e autonomia segundo as condições e possibilidades dos sujeitos que ensinam e aprendem (SAVIANI, 2011).

Conclusão

Agora, mais do que nunca, é necessário difundir informação acerca dos movimentos sociais, a fim de combater um conservadorismo baseado na difusão de um discurso que não se sustenta na prática, seu alicerce é a desinformação. É imprescindível também assumir um posicionamento político. A luta pela Reforma Agrária é um dos caminhos para construção de uma lógica que repense a terra enquanto bem gerador de vida, e não somente lucro. Posto isto, educação é o principal processo de formação da pessoa humana nesse espaço, bem como do sujeito político. Entender a história dos movimentos sociais de luta pela terra desde o entendimento dos povos originários sobre a terra até a exploração da sua mão-de-obra por meio da violência é fundamental para a construção de um conhecimento emancipatório, do campo e no campo, tendo contato com uma pluralidade de experiências e demandas que são importantes para esses sujeitos. À juventude são negados saberes, uma vez que a despolitização tem função de manter a ordem. A educação popular do campo se encontra com a luta, e vice-versa, e essa é a única chave para sua consolidação.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Nova LDB (Lei n o 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília, DF, 12 Ago. 1971. Seção 1, p. 6377.

_____. Ministério da Educação – Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF, 2002.

_____. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 nov. 2011. Seção 1, p. 1

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho educação saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, June

_____ (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHAMORRO, Graciela. Decir el cuerpo: historia y etnografía del cuerpo en los pueblos guaraní. Assunção: **Tiempo de Historia**, 2009. 405 p. (Diccionario etnográfico histórico del Guarani) ISBN: 9789995381684.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. L, 2272 p +. ISBN: 9788538541981.

MST. **Boletim da Educação nº 9**. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. São Paulo. 2004.

SAVIANI, N. Concepção Socialista de Educação: a contribuição de Nadedja Krupskaya. Revista **HISTEDBR** On-line, v. 11, n. 41e, p. 28-37, 2011

SILVA, Renata Menezes da. Renata Menezes da Silva: **depoimento** [nov. 2016]. Entrevistadora: A. O. Simioni.

SILVA JUNIOR, A. F; BORGES NETTO, M. Por uma educação no campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando - **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. N. 3, 2011, p. 45 – 60.